



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 35 - Nº 696 - DE 27 DE AGOSTO A 9 DE SETEMBRO DE 2023 - R\$ 5,00

15ª Cúpula do BRICS

A crise mundial impulsiona os choques, as polarizações e os realinhamentos

BRICS se mostrou incapaz de responder à ofensiva do imperialismo, ao impasse da guerra na Ucrânia e à escalada militar

**SOB O GOVERNO LULA,
PROSSEGUE A CRISE POLÍTICA**

**POR UMA OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA AO
GOVERNO DE COLABORAÇÃO DE CLASSE**

**83
anos**

*do assassinato de
Leon Trotsky*

A tarefa dos marxista-leninista-trotskistas se concentra na reconstrução da IV Internacional



A crise mundial impulsiona os choques, as polarizações e os realinhamentos

A decisão do Brics de ampliar seu número de países de 5 para 11, na 15ª cúpula de Johannesburgo, expressou antagonismos econômicos, comerciais e políticos, que vêm se desenvolvendo com o esgotamento das relações internacionais após a Segunda Guerra Mundial. Trata-se de um processo de esgotamento da recomposição das forças produtivas maciçamente destruídas, da partilha do mundo decidida nos acordos de Potsdam e Yalta e da reestruturação das instituições internacionais sob a hegemonia dos Estados Unidos. Tem particular importância as décadas de 1980 e 1990. Nesse período de vinte anos, a China abriu caminho para a penetração do capital multinacional, o Leste Europeu retornou à órbita das potências europeias, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos recrudesceram sua ascendência econômico-militar.

A sucessão de acontecimentos tão amplos e profundos se deram sobre a base de uma nova etapa da crise mundial, que se seguia depois de interregno do pós guerra. De todos, o mais significativo foi a liquidação da URSS. As vitórias da contrarrevolução, no entanto, não serviram senão de válvula de escape às contradições do capitalismo da época imperialista. As forças produtivas altamente avançadas voltaram a se chocar frontalmente com as relações de produção e distribuição, bem como com as fronteiras nacionais. A guerra comercial voltou a se erguer em patamares elevados. As tendências bélicas se potenciaram. Tomadas de conjunto, expressam o processo de decomposição do capitalismo em escala mundial.

A guerra na Ucrânia deita raízes nesse antecedente. Resguardando as diferenças, o mesmo fenômeno se passa com a atual guerra comercial dos Estados Unidos com a China. As forças produtivas controladas pelos Estados imperialistas se esbarram na ascensão econômica chinesa e na manutenção do vasto território farto em meios naturais controlados pela Rússia. A ofensiva do imperialismo nessas duas frentes é impulsionada, ao mesmo tempo, devido ao processo interno de decomposição da economia nos Estados Unidos e na da Europa.

A formação de blocos, a adoção de acordos regionais e os tratados de alinhamentos econômicos se esgotam e fracassam diante do choque entre as forças produtivas e as relações de produção. As fronteiras nacionais, por mais que sejam rebaixadas sob ação do imperialismo, tanto econômico, quanto militarmente, continuam a obstaculizar as forças produtivas altamente internacionalizadas. É nesse marco que se formaram o Grupo dos 7, reunindo as potências, o Grupo dos 20, um pouco mais amplo e o Brics. No fundo, os interesses das potências colidem com os dos países capitalistas de economia atrasada.

O impulso das tendências desintegradoras do capitalismo vem elevando a temperatura dos conflitos a um patamar convulsivo. A guerra comercial com a China favorece a escalada militar, como parte da guerra na Ucrânia. Eis por que o movimento entre os cinco países do Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – para incorporar mais países e o acordo alcançado na Cúpula de Johannesburgo evidenciam as rupturas internacionais e os novos alinhamentos que se desprendem da guerra comercial.

As sanções econômico-financeiras desfechadas logo no início da guerra contra a Rússia afetou a economia mundial como um todo e trouxe à tona os perigos que encerram o controle quase absoluto dos Estados Unidos sobre o funcionamento do

sistema financeiro internacional. O fato de a China exercer uma posição de aliada ou semialiada da Rússia e ocupar um lugar de grande destaque na economia mundial, de um lado, e se encontrar frente a frente aos interesses do imperialismo norte-americano, de outro, certamente, dinamizou a ampliação do Brics. O ingresso da Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Irã e Argentina configura a crescente influência da China. No fundo, estão a guerra da Ucrânia, o afrouxamento dos laços colonial-imperialista tecidos após a Segunda Guerra e o descenso da hegemonia norte-americana.

O Brics surgiu com o propósito de unir os chamados países emergentes para promover suas economias. O princípio que formalmente o guiou foi o de não conflitar com o domínio do G7. O que estava em acordo com os negócios dos banqueiros, que viram nessa união um meio de projetar os seus investimentos. Foram reduzindo suas expectativas na medida em que a China liderava um movimento à margem do controle dos Estados Unidos e das instituições internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial etc.). Considerada nesse sentido, a decisão da 15ª Cúpula do Brics resultou, sobretudo, em um feito favorável à China. Foi veementemente condenada pelo ex-economista-chefe, Jim O'Neill, do banco Goldman Sachs. Seu parecer foi muito utilizado pelos porta-vozes do imperialismo por ter sido considerado quem batizou a organização de Brics, depois Brics, com o ingresso da África do Sul. As autoridades norte-americanas procuraram amenizar o ocorrido.

Lula procurou justificar com o pronunciamento de que o Brics ampliado não pretende fazer “contraponto ao G7 ou ao G20, nem aos Estados Unidos.” As divergências internas ao governo brasileiro foram expostas. Certamente, as posições de política externa do governo Lula vêm abrindo um flanco de crise, que não tiveram ainda maiores consequências porque a dependência da agroexportação perante a China é significativa. Não se sabe ainda até que ponto o novo Brics servirá à China em seu enfrentamento com os Estados Unidos, e à Rússia encontrar uma solução para a guerra na Ucrânia.

No momento, está refletindo o crescimento da penetração econômico-comercial da China na África, Oriente Médio e América do Sul. O que assinala a projeção da guerra comercial e das tendências bélicas. Se o propósito de “democratizar a ONU” vai prosperar não tem transcendência. Se a adoção de uma forma de transação que não seja monopolizada pelo dólar vai se ampliar e se firmar, depende da correlação de força que emergirá da guerra comercial e da escalada militar. Esse também é um desejo de Lula, que sintomaticamente reflete o declínio dos Estados Unidos, envoltos pela crise mundial.

Do ponto de vista da classe operária, o Brics não corresponde a um movimento anti-imperialista das nações oprimidas, embora esteja em choque com os interesses das potências. Os interesses em questão são de ordem eminentemente capitalistas. Em toda a parte, a burguesia vem descarregando a crise sobre a maioria oprimida. Trata-se de defender o programa de reivindicações dos explorados e desenvolver a estratégia da revolução social. Nos países imperialistas, está colocada a frente única operária, nos países oprimidos, a frente única anti-imperialista. A luta contra a ofensiva reacionária do imperialismo, chefiado pelos Estados Unidos, está nas mãos da classe operária. Cabe à vanguarda com consciência de classe lutar com todo empenho para superar a crise de direção.

Prolonga a crise política

A luta pela independência da classe operária

O golpe institucional de 2016, que derrubou o governo de Dilma Rousseff e instalou a ditadura civil de Michel Temer, de transição até a volta de um governo eleito, expôs o ápice do longo processo de crise política, que vem percorrendo todo o período da denominada democratização, iniciada na primeira metade de 1980. O impeachment e renúncia do primeiro presidente eleito após a ditadura militar, Fernando Collor de Melo, indicou que o retorno do País à democracia burguesa não se dava sobre a base de uma estabilidade política. Ao contrário, mais precisamente refletia a instabilidade de todo um período que seguia os 21 anos de ditadura imposta pelo golpe militar de 1964.

A crise econômica que emergiu em meados de 1970 se avolumou e inviabilizou a continuidade do ciclo militar, caracterizado pela centralização autoritária do Estado e pela ausência de liberdades democráticas. A necessidade da ditadura, reconhecida pelo grande capital e pelo imperialismo, exigiu um antídoto à instabilidade política, que vinha se manifestando perigosamente desde meados de 1950 e que se elevou às alturas na primeira metade de 1960. Os desequilíbrios no interior da política institucional e a potenciação da luta de classes, nas cidades e no campo, ditaram às Forças Armadas que agissem para impor centralização autoritária, a serviço do grande capital nacional e internacional. Embora favorecesse os capitalistas com a estabilização política, o regime militar se revestiu de um grau de estatismo econômico que passou a ser incompatível com a crise mundial e a exigência do capital financeiro de iniciar um caminho inverso. Era preciso o retorno à democracia para promover a abertura da economia, estreitar sua subordinação à ordem mundial que passava a uma nova etapa após o fim da Segunda Guerra Mundial, seguir os passos do liberalismo imperialista, fortalecer a influência do capital financeiro sobre o Estado e abrir caminho à desestatização na forma de privatizações.

Com o fim do último governo militar, dinamizaram-se as tendências centrífugas no Estado e na política burguesa em geral. Logo se evidenciou que a unidade das forças burguesas democratizantes, que precisavam do retorno do sistema partidário, das eleições em todos os níveis da Federação e de um Congresso Nacional minimamente independente dos ditames do Executivo, se romperia e abriria um processo de reordenamento oligárquico do Estado, cujo Congresso Nacional passaria a refletir com nitidez cada vez maior. Os choques entre as forças econômicas e políticas das frações oligárquicas, embora relativamente disciplinada, em última instância, pelo Executivo, se agravaram ou amenizaram, de acordo com os impasses econômicos, as disputas interburguesas em torno aos recursos estatais, a projeção da pobreza e miséria das massas e as revoltas dos explorados. Os militares aceitaram a contragosto recuar para os bastidores da política burguesa.

Nas crises políticas mais agudas, que se manifestaram na forma de golpes institucionais – derrubada de Collor de Melo e Dilma Rousseff –, serviram às forças mais poderosas golpistas, não tendo a necessidade de intervir uma vez que a

luta de classes não exigiu. No caso particular da derrubada do governo do PT, em 2016, em que o golpe de Estado ficou mais bem configurado, as massas não saíram em sua defesa, o que poderia levar o movimento do impeachment à borda de uma situação convulsiva e pré-revolucionária. O PT, aliados e a burocracia sindical se adaptaram e procuraram manter-se como parte que foi da democratização burguesa e da reorganização partidária. Tomaram parte da destituição de Collor de Melo e aceitaram passivamente, “democraticamente”, ser vítima de um processo semelhante.

A crescente estatização dos sindicatos e das inúmeras centrais, que se formaram nos marcos da crise capitalista e das respectivas correlações entre as frações da oligarquia burguesa expressas no multifacetado sistema partidário, foi se processando sob as condições de choques interburguesas no seio do Estado, como fator de contenção da luta dos explorados e de canalização do descontentamento popular para as eleições e ilusões parlamentares.

A burguesia tem conseguido administrar seus choques internos, destituir governos eleitos, impor uma ditadura civil provisória, incentivar posições pequeno-burguesas de ultradireita, reconduzir as Forças Armadas à condição de agente direto no governo eleito, como no caso mais explícito de Bolsonaro, sem que suas crises sucessivas se transbordassem em crises revolucionárias, precisamente devido à poderosa estatização dos sindicatos e adaptação dos movimentos às divisões interburguesas, das quais se formam campos políticos de direita, ultradireita e esquerda.

As frações burguesas que conflitam diante da governabilidade contam com a neutralização ou colaboração dos sindicatos, centrais e movimentos para administrarem a permanente instabilidade política. Contam com a crise de direção revolucionária, que se expressa historicamente pela ausência do partido do proletariado, dirigente da luta pela revolução social.

A marca contrarrevolucionária da estatização dos sindicatos e movimentos se observa na renúncia à organização da luta pelas reivindicações mais elementares dos explorados e à colaboração de classe diante das contrarreformas, como a trabalhista e previdenciária. As frações burguesas que conflitam diante da governabilidade contam com a neutralização ou colaboração dos sindicatos, centrais e movimentos para administrarem a permanente instabilidade política. Contam com a crise de direção revolucionária, que se expressa historicamente pela ausência do partido do proletariado, dirigente da luta pela revolução social. A burguesia como classe – não em sua totalidade, evidentemente – reconduziu Lula ao poder. O que se explica pela necessidade da política de colaboração de classes, que somente o PT e aliados, sob a condução de Lula, poderiam e podem cumprir, diante da derrocada do governo da ultradireita.

O esgotamento prematuro de Bolsonaro se deveu à sua incapacidade de responder às profundas disputas

interburguesas, agudizadas nas condições de descenso econômico do País e elevação da miséria e fome entre a maioria oprimida. Mas, sobretudo aos perigos de a burocracia sindical, o PT e os aliados perderem o controle da classe operária, nas condições em que o instinto de revolta - contra o desemprego, o subemprego, a terceirização, os baixos salários e a implantação das contrarreformas - se choque abertamente com a política de colaboração de classes.

A eleição de Lula e a constituição de um governo de frente ampla vêm servindo à manutenção dos bloqueios à luta de classes. Esse fator decisivo nas condições de instabilidade política explica o fato de em pouco tempo de governabilidade se processar fases da crise política, que vêm do governo anterior. A tentativa aventureira do golpe de Estado dos bolsonaristas em 8 de janeiro não pode passar em branco. Apesar do fracasso, não deixou de ser contundente a ocupação da Praça dos Três Poderes, por milhares de manifestantes que contaram com a convivência do governador do Distrito Federal (DF), da polícia militar e de parte do comando do Exército. O processo arrasta-se lentamente, mas as condenações e prisões se tornaram inevitáveis, embora limitadas. A recente detenção de membros da cúpula da PM de Brasília (DF) ocorreu em meio à conturbada CPI do 8 de janeiro, às denúncias de corrupção na alta esfera militar do governo Bolsonaro e ao envolvimento do próprio ex-Presidente da República. Já se tem a comprovação do envolvimento de militares, policiais, parlamentares e empresários nos acontecimentos que resultaram na invasão do Palácio do Planalto e da destruição de bens públicos. A Justiça procura selecionar o máximo possível com provas inquestionáveis para que o amplo processo não se converta em mais combustível da crise política.

A decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de cassar o direito de Bolsonaro se candidatar na próxima eleição foi um duro golpe em sua liderança. A ausência de uma reação de seus partidários significa que a ultradireita teve de se conter, uma vez que o 8 de janeiro havia fracassado, e os militares francamente bolsonaristas se encontram desarticulados e pressionados pelo processo que apura a tentativa de golpe. A prisão do ajudante de ordem de Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid, atingiu o centro do governo. Como um tipo de agente, Cid aproveitou o cargo para movimentar milhões, envolvendo o general de Exército, Mauro César Lourenau Cid. Em torno à venda de joias presenteadas pelo governo da Arábia Saudita, armou-se uma rede de interesses particulares, envolvendo militares de alta patente. Somente falta qualificar Bolsonaro como chefe de uma quadrilha montada na Esplanada. Juristas afirmam que já existem provas para uma prisão preventiva. O que não ocorre devido à crise política. O depoimento do hacker Walter Delgatti Neto na CPMI do Golpe repôs o lado político do golpismo, mostrando o empenho de Bolsonaro e militares de criar as condições para questionar as

eleições presidenciais, e, assim, para o golpe. A campanha dos bolsonaristas que arrecadou rapidamente R\$ 17 bilhões para saldar uma multa a ser paga pelo ex-presidente no valor de R\$ 1 milhão, que, finalmente, foi anistiada pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, está sendo investigada como uma possível manobra para lavagem de dinheiro. Seja como for, o altíssimo volume evidencia o gigantesco apodrecimento da política burguesa.

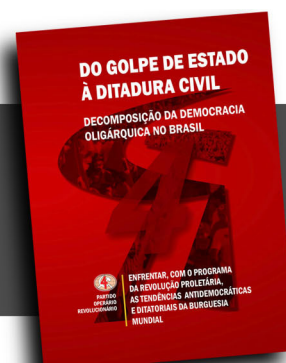
Se, de um lado, a investida institucional e policial contra Bolsonaro e a horda de bolsonaristas alivia a oposição da ultradireita a Lula, de outro, alimenta o processo da crise política e da instabilidade governamental. Uma parcela de parlamentares bolsonaristas procura se diferenciar da oposição radical e passar para o campo da direita, que já tem um pé no governo de frente ampla. Os petistas de esquerda e seus aliados já se conformaram com a composição do governo tipicamente de centro-direita, embora continuem com a conversa fiada de que se trata de um governo em disputa e de que necessário derrotar o fascismo.

Lula montou um governo de compartilhamento com a direita que controla o Centrão na Câmara dos Deputados. Fechou os olhos para os primeiros sinais de corrupção de seu presidente Artur Lira e ficou aliviado com o cancelamento do processo pelo ministro do STF Gilmar Mendes. É nesse marco de relações político-administrativas completamente apodrecidas que o governo burguês de frente ampla dá continuidade às contrarreformas, que foram impulsionadas nos governos de Temer e Bolsonaro.

A burocracia sindical em geral e sua ala à esquerda em particular auxiliam o governo, que descaradamente trai os trabalhadores que confiaram nas palavras de Lula que iria combater a desigualdade social. Ao contrário, medidas como “Arcabouço Fiscal”, “Marco Temporal” e “Reforma Tributária” servem estritamente os interesses do grande capital. Os recentes cortes de verbas à saúde e educação, para atender as metas fiscais, não deixam dúvidas de que Lula irá sempre em direção às exigências dos banqueiros, latifundiários, industriários, enfim, dos exploradores da maioria oprimida.

A tendência mais provável é de agravamento da crise política, que vem marcando todo o período da democratização. A libertação da classe operária das direções burocráticas, carreirista e servisais é a tarefa estratégica da situação. A bandeira de oposição revolucionária ao governo burguês de Lula guia a ação da vanguarda com consciência de classe. A defesa do programa próprio dos explorados, o trabalho sistemático de abrir caminho aos instintos de revolta dos explorados, a dedicação voltada à organização das massas por meio de seus métodos de luta e aplicação de sua democracia coletiva são as condições para combater a pobreza, a miséria e a fome que desgraçam a vida de milhões de trabalhadores brasileiros.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Rejeitar a demagogia do governo Lula com a reivindicação proletária de “trabalho igual, salário igual”

No dia 3 de julho, o presidente Lula (PT) sancionou a lei nº 14.611 que trata da “igualdade salarial e de critérios remuneratórios (...) entre mulheres e homens para a realização de trabalho de igual valor ou no exercício da mesma função (...)”. A aprovação da lei foi comemorada como uma conquista que serviria ao propósito de liquidar a amplamente conhecida diferença salarial (segundo pesquisa do IBGE no final de 2022, as mulheres ganhavam em média salários 22% menores que os dos homens). A nova lei prevê que as empresas com mais de 100 funcionários deverão elaborar semestralmente um relatório anonimizado de transparência salarial e caso se verifique desigualdade salarial a empresa “apresentará e implementará plano de ação para mitigar a desigualdade, com metas e prazos (...)”. Nos casos de verificação de diferença específica, caberá multa no valor de 10 vezes o salário.

Ocorre que a CLT já previa legalmente a obrigatoriedade de igualdade salarial. Em seu artigo 461, dizia “Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá, igual salário, sem distinção de sexo”. A própria imprensa burguesa apontou hipocritamente esse fato. Ao que Lula respondeu que seu governo fará cumprir a lei.

A classe operária, os demais trabalhadores e a juventude oprimida não devem cair na enganação do discurso demagógico do caudilho reformista. O mesmo governo, que diz que fará com que a sua lei seja cumprida, é o mesmo que mantém todas as medidas que atacam os direitos trabalhistas e “rasgam” a CLT.

A terceirização e a informalidade vem avançando no país. Os trabalhadores informais, a exemplo dos trabalhadores de “aplicativos” (como Uber, Ifood etc.), sequer possuem um salário fixo, e arcam com um trabalho precarizado, sem a garantia de direitos mínimos, nem sequer férias e ausências médicas lhes são garantidas. Os terceirizados recebem salários rebaixados. Com o avanço da terceirização, até mesmo nas chamadas “atividade-fim”, vemos terceirizados que recebem 3 vezes menos do que o trabalhador efetivo, sem contar com os direitos das convenções coletivas.

As reformas trabalhista e previdenciária são outras medidas que beneficiam os capitalistas e atacam diretamente o trabalhador. Enquanto o trabalhador terá de trabalhar mais tempo em sua vida para poder se aposentar (muitos morrem antes mesmo de ver a aposentadoria), os capitalistas lucram cada vez mais com o rebaixamento do valor da força de trabalho.

Diante da crise, os capitalistas, que exploram a força de trabalho da maioria dos brasileiros, jogam um enorme contingente hu-

mano na rua, que se somam aos milhões de desempregados, que formam os milhões de miseráveis e famintos. Demitem em massa com a desculpa de baixa demanda, ocultando os rios de dinheiro que lucraram e continuam lucrando com o sangue dos explorados. E ocultam seus lucros porque não existe, e não existirá, nenhuma “transparência” nas contas dos capitalistas, como almeja a nova lei, pois fazem parte do segredo comercial burguês.

Os oprimidos não devem depositar confiança nesse governo burguês de frente ampla, que segue aplicando todos os mandos e desmandos dos capitalistas. Suas medidas servem para atender aos interesses do capital, não dos trabalhadores, a exemplo do “Arcabouço Fiscal” que serve para garantir uma fábula de dinheiro ao pagamento dos juros da dívida pública e que implica cortes nos setores sociais, que atendem os explorados e suas famílias, como saúde e educação.

Os governos burgueses são agentes da classe dominante. Não é por coincidência que nenhum desses governos, nem mesmo os governos petistas passados (de Lula e Dilma), até hoje fizeram cumprir a lei que já existia, a CLT, que diz a obrigatoriedade do salário igual para trabalho igual. Não podemos ter dúvida de que não serão os governos que aprovam e mantêm a flexibilização capitalista do trabalho que punirão os capitalistas e suas empresas.

As reivindicações da classe operária e dos demais oprimidos só serão conquistadas com a luta. Luta que colocará na ordem do dia a necessidade de varrer os governos burgueses, lacaios dos capitalistas, e erguer um governo próprio, expressão da ditadura de classe do proletariado, um governo operário e camponês.

É preciso levantar uma luta unitária da classe operária, demais trabalhadores e da juventude oprimida em torno de suas reivindicações. Com essa luta será possível impor verdadeiramente a reivindicação de salário igual para trabalho igual. É fundamental pôr abaixo todas as contrarreformas e a lei da terceirização, que só servem aos capitalistas. É preciso defender o emprego a todos, com a divisão das horas nacionais de trabalho entre todos os aptos a trabalhar. É preciso rejeitar o salário mínimo de fome e defender o salário mínimo vital, com seu valor definido pelos organismos próprios da classe operária, que não seja menor do que o valor calculado pelo DIEESE de R\$6.528,93, de forma que nenhum trabalhador ganhe menos que o necessário para sustentar sua família. É preciso pôr abaixo os cortes nos setores sociais, rechaçar toda a privatização, que só interessa aos capitalistas, e garantir o financiamento integral da educação e saúde públicas.

Tarcísio implanta a linha da ultradireita em São Paulo, sob a sombra do governo Lula

O governador direitista, Tarcísio de Freitas, se viu envolvido em dois conflitos políticos, que quase chegaram ao ponto de setores da burguesia considerarem que era preciso substituir o secretário da Educação, Renato Feder, e o da Segurança, Guilherme Derriete. O ponto alto, no caso de Feder, foi a decisão de abandonar o Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) e utilizar somente material didático digital nas escolas estaduais.

No momento em que saiu a decisão de que o governador utilizaria nas escolas estaduais material 100% digital, vieram à tona inúmeras denúncias sobre as empresas que são direta ou indiretamente ligadas ao empresário e secretário da Educação. Entre elas, a revelação de que a Multilaser, da qual Feder é acionista, já tinha fechado três contratos com o governo Tarcísio. São contratos que totalizam R\$ 200 milhões com compras de notebooks e materiais

digitais, que tem sido implementados desde a divulgação do nome de Feder para ocupar o posto. As revelações dos contratos com a Multilaser foram além da área da educação, se expandiu para a saúde, com compras de materiais cirúrgicos para o Iamspe e hospitais regionais. Mesmo diante dessa negociata, Feder mostrou naturalidade diante do fato do governo comprar materiais de sua empresa. Foi além quando disse que o Estatuto do Funcionalismo Público de São Paulo não proíbe que funcionários sejam acionistas de empresas com contratos ativos com o Estado. Esse escândalo de corrupção precisou ser rapidamente contido por parte do governador, que almeja as eleições presidenciais de 2026.

Tarcísio, para remediar o conflito aberto com a editoras de livros didáticos e não desfazer prematuramente seu secretário da Educação, deu meio passo atrás. Manteve o programa do MEC de distribuição dos livros didáticos, sem, contudo, anular os contratos milionários com a compra de materiais digitais. As direções sindicais da educação cantaram vitória e as editoras não tiveram nada mais a reclamar. Momentaneamente, Tarcísio conseguiu aparar essa aresta.

Ocorre que o governador está obrigado a ir mais fundo em suas medidas privatizantes. Para isso, Tarcísio e Feder armaram uma reunião, logo após esses conflitos, envolvendo diretores de escolas, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público (Mário Sarubo), promotor de Justiça João Faustinoni, a presidente do Todos pela Educação (Priscila Cruz), o Presidente do Conselho Estadual de Educação (Roque Teofilo), em um total de 28 especialistas e entidades. O objetivo da reunião foi o de avaliar os conflitos recentes sobre as medidas do governo e as ações judiciais que recaem sobre Feder. Certamente, visam a estabelecer um acordo, evitando que novas polêmicas possam desgastar o governo. Isso porque precisa implementar os materiais digitais adquiridos, aprovar um projeto de lei estadual para fazer frente à suspensão das escolas cívico-militares, aprovada pelo governo Lula e dar sequência ao Novo Ensino Médio, reprovado pela “consulta popular” encomendada pelo MEC. Pretendem, assim, criar uma barreira para impedir que o descontentamento nas escolas possa ganhar força e o governo tenha de substituir seu fiel escudeiro privatista Feder.

Por outro lado, há a situação da cracolândia e dos milhares de moradores de rua que ocuparam o centro da cidade. O secretário da Segurança, o capitão Derrite, que esteve à frente da chacina de Guarujá e que resultou no assassinato de mais de duas dezenas de pessoas, foi duramente criticado, inclusive por parte da imprensa burguesa, pela ação violenta da polícia sobre os moradores e pelas medidas repressivas desfechadas juntamente com a Guarda Civil Municipal (GCM) no centro da cidade. Essas polêmicas repercutiram no governo, exatamente porque almeja apoiar a reeleição de Ricardo Nunes (MDB) nas eleições para a prefeitura da capital. Para fazer frente às denúncias de violência policial, Tarcísio recorreu a um plano milagroso, depois do fracasso de deslocar a Cracolândia do centro para o Bom Retiro. Uma velha receita que inclui: 1) combate às drogas, prendendo os traficantes de drogas na favela do Moinho, que supostamente vendem as drogas nas ruas onde estão os usuários; 2) moradia popular no centro, por meio do programa “O Casa Paulista”, reformas de prédios abandonados e isenção do IPTU para os comerciantes e moradores do centro; 3) programa de saúde e internações aos usuários de drogas e moradores de rua. São medidas já utilizadas por prefeitos e governadores, que foram água a baixo. Ao contrário de eliminar esse grave problema social, o que se verificou foi o aumento dessa chaga. Na realidade, os governantes têm uma única resposta, que é a repressão diária para expulsar essa massa humana das ruas do centro. É o que se passa diariamente com a GCM e a Polícia Militar reprimindo com gás de pimenta, bombas e cassetetes para dispersar os considerados bandos de drogados.

Há um outro espinho para o governador. Trata-se de pôr em prática o audacioso plano de privatização. Nesse caso, tem como aliado a burguesia e a vasta campanha na imprensa. O plano de

privatização de estatais paulistas tem sido defendido como sendo o grande triunfo do governador e sua porta para a disputa das eleições presidenciais em 2026. Um feito que nenhum governador do PSDB conseguiu realizar.

Constam desse plano 15 projetos de privatizações, parcerias público-privadas e concessões. Para isso, Tarcísio recorreu a encontros nos Estados Unidos no sentido de atrair compradores internacionais. Sabe-se, de antemão, que terá dificuldade em expandir as parcerias públicos-privadas nos setores da educação, principalmente. No entanto, a aposta estão nas rodovias e na concessão das linhas 10, 11, 12, 13 e 14 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), do sistema de Trens Intercidades (TIC) Sorocaba e das linhas atualmente operadas e em estudo para implantação ou expansão pelo Metrô. Tarcísio assegurou aos futuros compradores que as linhas de trem da CPTM operados pela ViaMobilidade, que constantemente causam transtornos de funcionamento, passarão por reformas antes dos leilões de concessão. Nas palavras do governador: não entregaremos nada “sucateado”.

No caso do Porto de Santos, administrado por uma empresa pública ligada ao Ministério da Infraestrutura, Tarcísio depende do ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França (PSB), que vem se posicionando a favor da concessão de terminais portuários, e contra a desestatização da autoridade portuária. Mas como França é do governo Lula, Tarcísio tem pela frente as negociações com Lula/Alckmin.

Tudo indica que as dificuldades se concentrarão na desestatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Há na Assembleia Legislativa (Alesp) uma frente de deputados, comandada pelo PT, que se movimenta contra a venda, que também inclui a CPTM e linhas do Metrô. Mas o governador, que tem maioria na Alesp, dá tempo ao tempo, jogando sua finalização somente para o próximo ano. O êxito de Tarcísio está na execução dessa privatização, considerado “joia da coroa” e, em suas próprias palavras, “a Sabesp é a grande privatização do Brasil hoje”.

Tudo dependerá da reação dos trabalhadores e dos explorados em geral. Até o momento, Tarcísio continua ditando o seu plano privatista, sem que haja um movimento de massa em defesa das estatais. As poucas manifestações foram extremamente limitadas, incapazes de enfrentar o plano direitista do governador bolsonarista. As direções sindicais há muito vem anulando os sindicatos como instrumentos em defesa de um programa de reivindicações, que inclui a luta contra as privatizações. O resultado tem sido uma classe operária e demais trabalhadores anestesiados pela política de conciliação de classes. Incapazes de expressar sua capacidade de luta para enfrentar os governos seja de direita ou de frente ampla, como é o caso do governo Lula.

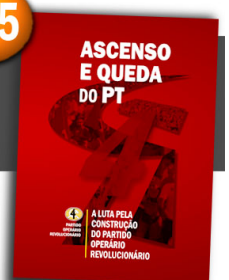
É visível que o governo da ultradireita em São Paulo desenvolve uma política antinacional e antipopular, com a anuência do governo Lula. A orientação da frente ampla que sustenta Lula é a de manter uma convivência pacífica e mais próxima possível do governador republicano Tarcísio de Freitas. As direções sindicais subordinadas ao governo Lula tudo fazem para evitar mobilizações e convulsões sociais. Assim, a burguesia continua impondo as contrarreformas e seu plano de privatização. É preciso denunciar essa diretriz de convivência do governo federal com o governador que se prepara para reerguer a ultradireita bolsonarista.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.





Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XIX - Agosto de 2023

(11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Braskem - Distribuição do Boletim Nossa Classe

Conversa com os terceirizados

Durante a entrega do Boletim Nossa Classe na Braskem, companheiros aposentados informaram que estão trabalhando como terceirizados para complementar a aposentadoria de miséria. Veja a que ponto chega um operário que se aposenta com salário que não dá manter sua família. Está obrigado a continuar vendendo sua força de trabalho, agora, para uma empresa terceirizada.

A terceirização nas fábricas é uma tática dos capitalistas para extrair mais lucro da força de trabalho dos operários, pagando um baixo salário, enquanto as empresas que terceirizaram o serviço apenas fazem a gestão da exploração, dando recorrentes golpes para driblar os direitos trabalhistas que restam: declaram falência quando têm gigantescas dívidas com os terceirizados, não são responsáveis com as condições de trabalho e acidentes (explosão, exposição à gases tóxicos etc.) e perseguem com demissão e ameaçam os que se revoltam abertamente contra a exploração.

O problema está em que as direções sindicais continuam aceitando essa sangria sobre a classe operária. O sindicato dos ter-

ceirizados só está interessado em aumentar suas filiações, o que significa expandir a terceirização. Mas é fato que tem aumentado o descontentamento entre os terceirizados. O primeiro passo é exigir que os sindicatos convoquem assembleias gerais e organizem a luta imediata pela efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. O combate à terceirização é uma luta de toda classe operária e dos demais trabalhadores. Por isso, é um erro as direções sindicais separarem os trabalhadores efetivos dos terceirizados. Hoje um trabalhador pode ser efetivo, amanhã pode se ver na condição de terceirizado. Isso por que a expansão da terceirização vem reduzindo o número de trabalhadores efetivos e crescendo o contingente de terceirizados. Faz parte dessa luta a defesa do um piso salarial, ou seja um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias. Somente assim os aposentados não precisariam acabar seus dias vendendo sua força de trabalho para completar sua renda.

Rio Grande do Norte

Trabalhadores terceirizados do Canteiro de Obras da UFRN paralisam por seis dias e conquistam pagamento dos salários atrasados e retroativo

Entre os dias 8 e 15 de agosto, foram seis dias de paralisação. As reivindicações foram: 1) pagamento imediato dos salários atrasados; 2) pagamento imediato e integral do retroativo (referente a novembro de 2022); 3) abono da falta do dia 22 de junho, dia de paralisação e ato no Ministério do Trabalho. Os salários atrasados foram pagos no dia 10 de agosto (3º dia de paralisação). Os trabalhadores mantiveram a paralisação, até que tivessem atendidas as demais reivindicações.

No dia 14, os trabalhadores realizaram uma nova marcha pelos setores de aulas da UFRN em direção à Reitoria, entusiasmando estudantes e outros trabalhadores terceirizados por onde passaram. Neste momento, a empresa D&L chegou a dizer que pagaria o retroativo integral, desde que a Reitoria da UFRN garantisse que a verba seria imediatamente repassada para a empresa. A Corrente Proletária/POR defendeu que o movimento mantivesse a reivindicação de pagamento integral e imediato do retroativo, e pressionasse a Reitoria para que garantisse, frente à empresa, o atendimento da reivindicação.

O movimento já havia incorporado a tática de que, diante dos problemas dos terceirizados, deve-se comprometer sempre empresa e universidade juntas. Chegando à Reitoria, buscou-se a Pró-Reitoria de Administração para que fosse realizada nova reunião entre empresa, Reitoria e sindicato, para resolver o retroativo. No entanto, nessa reunião, que ocorreu na própria segunda-feira, a Reitoria, que já vinha assumindo uma postura de convivência com a empresa, não foi capaz de fazer com que a empresa pagasse o retroativo.



Após a reunião, a empresa D&L, depois de ter oferecido, no início da greve, um parcelamento de 6 vezes e em seguida de 4 vezes do retroativo, apresentou uma proposta de parcelamento de 3x a começar do próximo pagamento, e disse que acatava o abono da falta de 22 de junho.

Na assembleia de 15 agosto, um dos três encarregados, que vi-giavam os trabalhadores, resolveu filmar com o celular. O militan-

da Corrente Proletária/POR usou a palavra para denunciar as perseguições diárias dos encarregados contra os trabalhadores, e se dirigiu ao que estava filmando exigindo que parasse de filmar, caso contrário se retirasse da assembleia. Diante da sua teimosia, os trabalhadores expulsaram os três encarregados do local, e firmaram aquela assembleia como própria dos trabalhadores, sem a presença de supervisores da empresa.

O dirigente do SINTRAMEM apresentou a proposta da empresa de parcelar o retroativo em 3 vezes e o abono da falta de junho, e se posicionou pela aceitação do acordo, desde que formalizado na Justiça do Trabalho. A Corrente Proletária/POR defendeu a aceitação da proposta, com os argumentos: 1) a Reitoria não foi firme em resolver a questão junto à empresa, se eximindo de sua responsabilidade; 2) o movimento conquistou muitos avanços, como o pagamento dos salários, a diminuição das parcelas do retroativo para 3 vezes e o abono da falta de junho, mas corria o risco de, ao ir para o “tudo ou nada”, cair num impasse com a empresa e esta acionar a justiça burguesa, com o resultado a depender da arbitrariedade do juiz; 3) além das conquistas econômicas, o movimento obteve uma grande conquista organizativa, ganhando um importante terreno frente à empresa, a ponto de forçá-la a negociar com um sindicato que não reconhecia e de expulsar os encarregados da assembleia, e era o momento então de consolidar o terreno ganho, aprofundar a organização coletiva e elaborar uma pauta de reivindicações para uma próxima luta por aumento salarial e melhores condições de trabalho.

A proposta de aceitar o parcelamento em três vezes e retornar ao trabalho no dia seguinte foi aprovada por unanimidade. Foi uma decisão acertada, no sentido de preservar esse setor mais avançado dos terceirizados, que também poderá servir como ponta de lança para uma luta unificada dos trabalhadores terceirizados da UFRN. Pesou também o fato desse movimento se encontrar isolado, tanto pela ausência de outras lutas (reina a passividade e o corporativismo das direções sindicais e estudantis) quanto pela

falta de apoio dos demais sindicatos e centrais (a exceção de alguns apoios de sindicatos como o SINTEST e Sindbancários).

O Comitê em Defesa dos Terceirizados, formado por correntes e entidades estudantis (Faisca, UJC, Correnteza, Juntos, RECC, CA e mais recentemente a direção do DCE), Corrente Proletária/POR, SINTEST, mandato de Robério (PSOL) etc., apesar de suas debilidades organizativas (não ter uma intervenção sistemática, ausência de reuniões frequentes), foi importante no sentido de cercar de solidariedade o movimento, o que contribuiu para elevar a confiança dos trabalhadores na luta.

A paralisação das atividades, as marchas e manifestações consistem no método da ação direta, que é um método próprio da classe operária. Além disso, todas as decisões do movimento foram tomadas coletivamente, em assembleias, com deliberações coletivas, ou seja, pelo método da democracia operária.

A Corrente Proletária/POR propagandeou no interior do movimento a bandeira da efetivação imediata dos terceirizados. Trata-se de uma bandeira de fácil assimilação por esses trabalhadores, pois a terceirização é uma das bases sobre a qual os seus problemas emergem. Alguns trabalhadores chegam a questionar se seria possível a efetivação, e como conseguiu-la. A resposta está em que as centrais e sindicatos devem organizar um movimento nacional unificado em defesa das reivindicações gerais, como salário mínimo vital, escala móvel de horas de trabalho e de reajustes, e que inclua a reivindicação da efetivação de todos os terceirizados, a começar com um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios.

A Corrente Proletária/POR atua para formar uma fração revolucionária entre os trabalhadores terceirizados, que sirva como uma direção classista do movimento. Na base do SINTEST (sindicato dos trabalhadores efetivos da UFRN), atua para que o sindicato se coloque à frente na defesa das reivindicações dos trabalhadores terceirizados, de modo a constituir a real unidade entre efetivos e terceirizados.

Pernambuco - Boletim Nossa Classe

Greve dos metroviários

Cresce a revolta da categoria com o governo Lula

Desde a noite de 02 de agosto, os metroviários de Pernambuco estão em greve por tempo indeterminado. Houve a suspensão da greve entre os dias 07 e 10 de agosto, como sinal de “boa vontade” do sindicato diante da promessa de resposta da CBTU. Na última semana, foi realizada uma caravana, com cerca de 100 trabalhadores até Brasília. No dia 17, estava marcado um ato na capital federal com o mote: “Lula, não privatize o Metrô do Recife”. Mas, na prática, o que houve foi mais uma demonstração de fraqueza frente ao governo, pois foi realizada lá uma “assembleia” que decidiu acatar a imposição antidemocrática da Justiça de obrigar o metrô a funcionar 100% nos horários de pico.

Com o funcionamento integral nos horários de pico, a greve perde muita força, em termos de impactos sobre a economia (sobretudo nos serviços e comércio) da região metropolitana. A maneira de projetar a força dos mais de 1.500 trabalhadores seria com manifestações massivas, nas ruas, com a participação de outras categorias e da população, em geral, em defesa dos empregos, salários, direitos e contra a privatização. As ações chamadas pelo sindicato permanecem, porém, minoritárias e subordinadas à pressão parlamentar. Na noite de 11 de agosto, por exemplo, foi chamado um ato em frente à FIEPE, quando o vice-presidente e Ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, estava na sede da federação patronal. Um ato esvaziado, desorganizado, sem carro de som.

Até o momento, a empresa não negociou absolutamente nada e o governo Lula não deu nenhum sinal de que retiraria a CBTU

do Plano Nacional de Desestatização. Uma inspeção do Congresso Nacional, aprovada antes mesmo da greve, enfim foi realizada no dia 21 de agosto. Uma grande encenação em que o senador Humberto Costa (PT) e Túlio Gadelha (Rede) andaram de metrô, visitaram o “cemitério de trens”, onde 40% da frota está parada e se deteriorando. Nenhuma novidade. Ao mesmo tempo, as falas dos parlamentares apenas reafirmam o caminho da privatização. Gadelha defende a estadualização, antessala da privatização. Enquanto Costa reafirma a fala do ministro da Casa Civil, Rui Costa, de que a “modelagem” do que fazer com a CBTU ainda precisa ser definida, sendo mais urgente interromper o sucateamento.

A questão é que para interromper o sucateamento e garantir a expansão do sistema, são necessários R\$ 4 bilhões. Entre o orçamento anual solicitado para o funcionamento básico do sistema e o orçamento liberado, há um abismo. Dos R\$ 400 milhões solicitados para 2023, apenas R\$ 100 milhões foram liberados. O compromisso do governo burguês de Lula/Alckmin com os grandes capitalistas e os credores da dívida pública é incompatível com o atendimento das reivindicações dos trabalhadores e a proteção da economia nacional. No Novo PAC estão previstos míseros R\$ 4 milhões para o Metro-REC, exclusivamente para estudos, que certamente servirão de base para a privatização.

O Boletim Nossa Classe atua com a defesa de que os trabalhadores exijam das centrais sindicais e sindicatos que se engajem na luta contra a privatização do metrô. Não bastam os discursos

dos dirigentes, é preciso quebrar o isolamento com o engajamento das bases das categorias. A revolta da categoria com a traição de Lula tem obrigado o sindicato a fazer críticas ao governo, que avalizou perante os trabalhadores. Mas a contenção da radicalidade da greve serve ao governo. Já passa da hora de transformar a revolta dos trabalhadores em oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla. É preciso uma luta geral contra as privatizações, pela reestatização da Eletrobras e outras empresas, e defesa do controle operário das empresas estatais, hoje nas mãos dos mesmos gerentes e dirigentes do Centrão, herdados da gestão bolsonarista, incluídos nos acordos com as oligarquias políticas. É preciso exigir das centrais e sindicatos uma luta geral contra toda a legislação antigreve, pelo direito irrestrito de manifestação, organização e greve para os trabalhadores.

Nota do Boletim Nossa Classe

Para que serviram os Congressos Estaduais da CUT (CECUTs)

Nesse final de semana, realiza-se o último Congresso Estadual da CUT (CECUT), em São Paulo. O objetivo é reforçar a política da direção de defesa do governo Lula, submeter as reivindicações dos trabalhadores às mesas tripartites (governo, capitalistas e direção sindical), utilizar o governo Lula para restabelecer um mecanismo similar ao imposto sindical, apresentar razões para não exigir do governo Lula a revogação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro, eliminar algum descontentamento que por ventura haja em algum sindicato cutista sobre as reforma tributária, Marco Temporal, Novo Ensino Médio e outras medidas que recaem negativamente sobre os explorados, avaliar positivamente os acordos realizados com a patronal, endossar a diretriz da chamada pressão parlamentar e preparar as candidaturas para as eleições municipais do próximo ano.

O presidente da CUT nacional, Sérgio Nobre, tem participado de grande parte dos CECUTs para fazer a campanha por uma reforma que, em suas palavras, “reorganize a estrutura dos sindicatos e que faça os verdadeiramente representativos sobreviverem”. Justifica que “são 12.500 sindicatos e 40% não fazem luta”, e não é certo que por conta desses sindicatos a CUT seja criticada por não fazer nada. Isso para defender que a “mesa nacional” criada pelo governo Lula, onde está cavando uma forma de contribuição sindical, intitulada de “novo modelo sindical”. Também reforçou o acordo com Lula de garantia de algum direito aos trabalhadores informais. Voltou a falar que o bolsonarismo não está derrotado, deu exemplo do que ocorreu com as eleições primárias na Argentina, e que, apesar das dificuldades que Lula vem enfren-

No dia 25, haverá uma nova assembleia da categoria. Há grande risco da direção querer afundar a greve ou seguir com deliberações que a enfraquecem dia após dia. A total ausência de compromisso do governo e da CBTU dificultam a operação. O Boletim deve se apoiar na revolta dos metroviários para ajudá-los a avançar na sua consciência, a evitar a subordinação das camadas mais proletarizadas aos interesses mesquinhos dos setores administrativos, que já aceiram a privatização como dada e querem apenas negociar a estabilidade para poucos. O caminho da vitória é outro, é constituir o comando de greve com trabalhadores da base e dar à greve um caráter ativo, projetá-la para as ruas e bairros, com comitês de apoio e manifestações massivas, com bloqueios de avenidas e rodovias.

tando, é o governo que está com a democracia.

Um dos dirigentes da CUT estadual retrata bem a submissão ao governo de frente ampla de Lula. Eis: “Os quatro anos que temos pela frente são completamente diferentes dos últimos quatro anos de mandato. Isso nos coloca em uma posição em que, ora temos que defender um projeto de Estado que ajudamos a eleger, ora temos que mobilizar a classe trabalhadora para reivindicar os nossos direitos”. O problema está em que somente a primeira parte do discurso é verdadeira.

Até o momento, os CECUTs acabaram reelegendo as direções estaduais, para os próximos 4 anos. Foram os casos da Bahia, Rondônia, Minas Gerais, Pernambuco etc. O fato de não ocorrerem as assembleias e plenárias para discutir as teses nos sindicatos filiados à CUT, os delegados foram indicados pelas direções ou em reuniões virtuais. Assim, os CECUTs reproduziram o que já vinha ocorrendo há anos. Ou seja, a quase totalidade de delegados é da diretoria dos sindicatos. São Congressos burocratizados que servem apenas para referendar a política de conciliação de classes da CUT. A classe operária e a maioria dos trabalhadores permanecem alheias ao que se passa nesses Congressos.

O 14º CONCUT, que ocorrerá entre os dias 19 e 22 de outubro, será o coroamento desse processo burocrático e oposto às necessidades da maioria trabalhadora. Será de celebração dos 40 anos da Central, uma grande festa dos burocratas traidores da classe operária, que fizeram da CUT um instrumento de colaboração com a patronal e de sustentação dos governos petistas.

Volkswagen

Campanha do POR pela readmissão de dois operários demitidos por justa causa

Os militantes poristas estão percorrendo os sindicatos para discutir a campanha pela readmissão dos companheiros operários. Publicamos abaixo a moção. Faça parte da luta contra a perseguição patronal aos lutadores.

Moção pela readmissão dos metalúrgicos José Parane e Eduardo Marques

Os sindicatos e associações abaixo-assinados exigem a readmissão dos operários José Parane e Eduardo Marques demitidos por justa causa pela Volks. Os motivos alegados são estritamente políticos, e expressam claramente uma ação repressiva da multinacional alemã. Em ambos os casos, a empresa se valeu do fato dos operários terem compartilhado um vídeo de internet.

Parane, em abril, foi demitido por justa causa devido ser um crítico das demissões e retirada de direitos, e por ter apoiado a constituição de uma chapa de oposição nas eleições do sindicato. A direção da Volks usou um compartilhamento para ocultar a perseguição política. Marques, em agosto, teve o mesmo destino, simplesmente por ter compartilhado uma foto-montagem de crítica ao que se passava na fábrica, que se encontrava nas redes sociais. Os dois têm em comum o interesse da Volks em demitir os operários lesionados.

Já houve uma grande demissão coletiva. Os operários dão a vida trabalhando na multinacional e acabam sofrendo profundas sequelas em sua saúde e capacidade. A demissão por justa causa é uma punição pelo fato de Parane e Marques terem uma atitude crítica diante das más condições de trabalho e as injustiças causadas pela montadora.

Os sindicatos se colocam prontamente contra as demissões em geral e contra a demissão por justa causa, que é uma arma política usada pelo patronato. A classe operária e os demais trabalhadores têm enfrentado uma verdadeira tragédia com a reforma trabalhista, a terceirização e a crescente informalidade. As demissões em massa se tornaram corriqueiras. As multinacionais aplicam constantemente os layoffs, PDVs, Banco de Horas etc. A defesa dos dois metalúrgicos da Volks é parte da defesa da integridade física e social dos trabalhadores.

Os abaixo-assinados vêm diante da Volks e dos governantes exigir a readmissão de José Parane e Eduardo Marques.

Rio Grande do Sul

Conflito na Fazenda do Arado em Belém Novo - Porto Alegre

Na noite do dia 22 de agosto, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre, aprovou o projeto de construção do loteamento da “Arado Empreendimentos Imobiliários”. Trata-se da construção de um condomínio de luxo na Fazenda do Arado Velho, na extrema zona sul de Porto Alegre, situada no bairro Belém Novo, onde atualmente existe uma mobilização da comunidade pela preservação ambiental e também uma retomada Mbya Guarani na ponta do arado. Esse empreendimento é mais um ataque dos capitalistas imobiliários às condições de vida dos moradores do bairro, uma tentativa de espoliação de terras indígenas e uma destruição ambiental catastrófica para a região.

A Fazenda do Arado se estende das margens do Rio Guaíba à divisa com o núcleo urbano de Belém Novo. É composta por matas de restinga, campos de várzea e banhados (tanto sazonais quanto permanentes), que servem de zona de escoamento das águas das chuvas. Se o empreendimento ocorrer e aterrarem esse local, as chuvas vão inundar as casas dos moradores do bairro! Além disso, encontra-se um sítio arqueológico guaraníco da era pré-colonial, que, inclusive, comprova a ocupação ancestral das terras e fortalece o processo de retomada em curso. Situado numa zona de transição entre o bioma da pampa e da mata atlântica, o Arado Velho também é o ambiente de uma fauna diversificada que abriga, inclusive, animais que atualmente correm risco de extinção (como o bugio ruivo e o gato maracajá). O empreendimento visa destruir tudo isso!

Os proprietários, através de seus apoiadores no governo, conseguiram modificar o Plano Diretor da cidade em dezembro de 2021, permitindo a aprovação do Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU), para a construção do empreendimento. Isso atesta, inequivocamente, o caráter burguês do Estado, dada sua maleabilidade conforme os interesses capitalistas e a total impossibilidade de barrar esses ataques pelas vias da institucionalidade. Nesse sentido, os processos na MP se mostraram nulos, a regulamentação da Área de Proteção do Ambiente Natural (APAN) se revelou inócua e a disputa institucional como um todo não passou de uma ilusão.

Portanto, as táticas do movimento “Preserva Arado”, que tem se pautado por ações de cunho jurídico, midiático e petição online pelo site Avaaz, não foram eficazes para articular uma resposta capaz de enfrentar realmente o avanço do empreendimento. Por sua vez, os Mbyá Guarani, ao ocuparem a Ponta do Arado defendendo a retomada das suas terras originárias, demonstram de forma exemplar a efetividade do método da ação direta dos explorados

Já assinaram a moção:

- Os 102 professores participantes da eleição de delegados para os Congressos da Apeoesp e CSP-Conlutas, no dia 19 de agosto, na Lapa;
- A subseção da Apeoesp de Itaquera/SP;
- 24 presentes no 2º Encontro Internacional Leon Trotsky;
- O Sindsipfe, seção do Sinasefe de Pernambuco;
- Seção sindical dos servidores civis do CMR e EAMPE.

e oprimidos, mas que também só será capaz de se sustentar se superar a institucionalidade burguesa. Além disso, os seguranças contratados pelos empresários cercaram a passagem da Ponta do Arado para o resto da Fazenda e impedem a circulação dos indígenas pelo solo, obrigando-os a navegar com um pequeno barco pelo Guaíba. Em janeiro de 2019, chegaram a disparar com armas de fogo contra os indígenas. É urgente que se convoque um comitê de autodefesa de bairro que responda a esses jagunços do capital!

Esse conflito está diretamente relacionado com a luta contra o Marco Temporal, um projeto que o governo de Lula e Alckmin está garantindo a aprovação através do imobilismo e conciliação de classes, fazendo com que as organizações reformistas de esquerda e as direções burocratizadas das entidades impeçam qualquer proposta de luta direta e combativa. Tanto os empreendimentos imobiliários, quanto a mineração e a expansão da agropecuária disputam a exploração do solo, possuem interesse na supressão dos povos originários e destroem os ambientes. E tudo isso está conectado com o momento histórico atual do modo de produção capitalista, cujas implicações ambientais já estamos vivenciando as consequências, com inundações, ciclones e extinção massiva de espécies.

Diante dessas condições, a dependência às instituições burguesas, a pressão ao “poder público” e outros métodos que demandam submissão às autoridades sabotam a luta e preparam a derrota do movimento. Cada vez mais, os capitalistas e seus lacaios no governo avançam ofensivamente sobre os territórios indígenas e deterioram as condições de vida e moradia proletárias. Fazer exigências pela via da legalidade e da politicagem às instituições burguesas legitima o poder delas, centralizando a capacidade de ação nas mãos dos nossos inimigos de classe.

É necessária uma tática revolucionária de combate. A mobilização precisa ultrapassar o imediatismo, atacando o inimigo de classe e suas instituições (o Estado). Para isso, é imprescindível organizar comitês de luta que defendam as necessidades proletárias na luta de classes e os métodos de luta dos explorados (como manifestações e bloqueios de rua). Esses comitês podem se dividir por bairro, local de trabalho e de estudo. Que o comitê do bairro Belém Novo promova como medida a expropriação da Fazenda do Arado, colocada sobre gestão do comitê dos moradores unidos com os indígenas. Somente assim a “Arado Empreendimentos Imobiliários” será derrotada, junto com seus representantes no governo.

**O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR).
Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa
das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.**

Campanha do Boletim Nossa Classe

Abaixo as contrarreformas do governo Lula

No dia 6 de julho, foi aprovado na Câmara de Deputados o “projeto de Reforma Tributária”, de Fernando Haddad. A previsão é de que até 4 de outubro o Senado o aprove definitivamente. Segundo ministro da Fazenda de Lula, o projeto teria por objetivo “simplificar o sistema de arrecadação de impostos”, através da substituição dos três impostos principais que existem hoje: IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados), ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias) e ISS (Imposto Sobre Serviços) pelo IVA (Imposto sobre Valor Agregado). Ou seja, com a aprovação da reforma o imposto passará a ser cobrado não mais na produção das mercadorias, mas no seu destino final de consumo. Houve atritos entre os entes da federação (Estados e Municípios). Afinal, todos querem aumentar ainda mais sua fatia do bolo. Receia-se que, com a maior centralização da arrecadação, alguns municípios e estados sejam mais beneficiados em detrimento de outros. O setor industrial paulista afirmou que “todos ganham com a reforma”. A pergunta é: Quem são esses “todos”?

O sistema de arrecadação de impostos existe para sustentar a máquina do Estado, que segundo Lênin em “O Estado e a Revolução”, nada mais é do que a ditadura de classe da burguesia. Em outras palavras: a arrecadação de imposto é a forma que a burguesia tem para manter a sua “ditadura de classe”.

No Brasil, a taxa de arrecadação de impostos é uma das maiores do mundo (35% em média). Na verdade, a reforma tributária do governo Lula tem por objetivo aperfeiçoar e aumentar a arrecadação de impostos, que recai principalmente sobre a população pobre. O que a reforma não consegue fazer é taxar a minoria rica. Trata-se de uma contrarreforma, que vai complementar o “Arcabouço Fiscal” que foi aprovado, bem como as contrarreformas trabalhista e previdenciária e a Lei da Terceirização dos governos Temer e Bolsonaro.

Intervenção do POR nos comitês contra a privatização da Sabesp, Metrô e CPTM

No dia 9 de agosto, o sindicato, Sintaema, convocou uma plenária para organizar a campanha contra a privatização da Sabesp, Metrô e CPTM. Os primeiros a falarem foram os deputados do PT, PSOL. Depois, representantes das centrais sindicais, CUT, Força Sindical, Conlutas, Sindicato dos Metroviários, Ferroviários e outros. Em seus discursos, os deputados fizeram críticas apenas ao projeto de privatização do governo de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Em nenhum momento criticaram a política do governo burguês de Lula, que mantém as privatizações feitas nos governos anteriores, como a Eletrobras, as refinarias da Petrobrás de Isaac Sabaá em Manaus, a Landulpho Alves na Bahia, privatizadas por Bolsonaro. O governo Lula avança em outra forma de privatização de entrega das estatais ao privado, através das PPP’s – parcerias público-privadas.

O representante do Sintaema informou que fará um plebiscito em setembro para consultar a população sobre a privatização, e que vai organizar em outubro, com todos os sindicatos, um dia de greve em São Paulo.

O POR está intervindo nos comitês contra a privatização. Em sua fala na plenária defendeu que a luta contra a privatização deve ser nacional e com os métodos da ação direta, próprios da classe operária. Que a luta contra a privatização deve estar vinculada ao combate à terceirização, as reformas trabalhista e previdenciária e à defesa dos empregos, salários e direitos. Ressaltou nossa bandeira de fim da terceirização e efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. Constituição dos comitês de luta, independentes nas fábricas, bairros, campo e outros locais de trabalho. Concluiu exigindo que as centrais sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisação e bloqueios, como preparação da greve geral.

Não à privatização da Sabesp, Metrô, CPTM e do Porto de Santos!

Que as centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios!

Defender os empregos, salários e direitos!

Pela revogação das reformas da previdência, trabalhista e da Lei da Terceirização!



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

(11) 95446-2020
pormassas.org
@massas.por
anchor.fm/por-massas

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Ceará

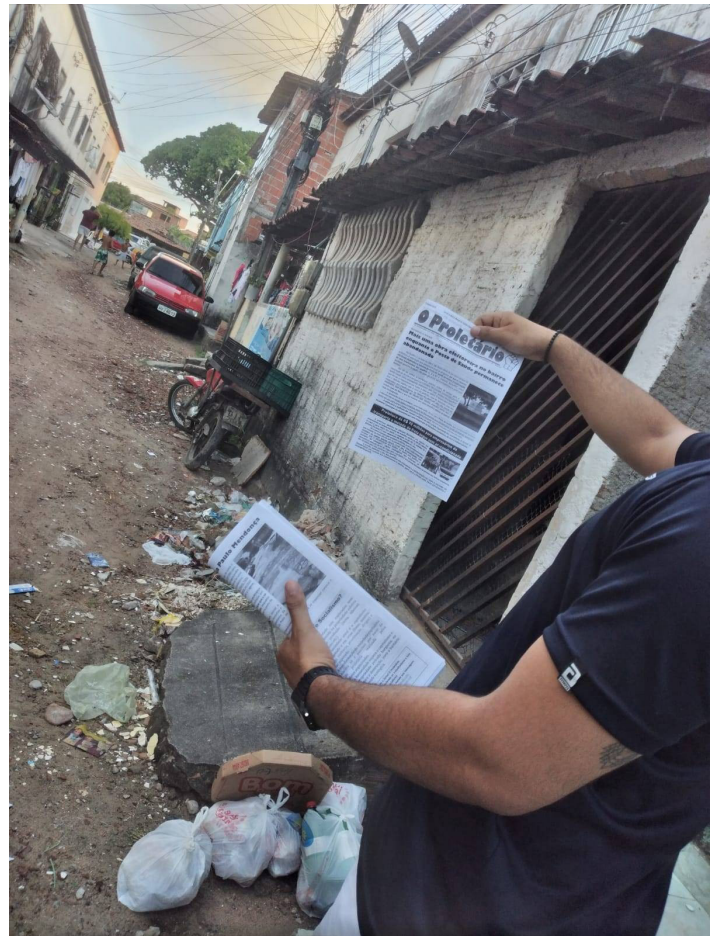
Boletim O proletário - Agosto

O Boletim O Proletário inicia denunciando mais uma obra eleitoreira no bairro. O prefeito Sarto/PDT e os politiquieiros do bairro fazem demagogia com a construção de um microparque, enquanto a população pobre reclama que não há reforma do posto de saúde, nem previsão de se colocar o piso intertravado das quadras 1, 2 e 5. Diz: “Na Quadra 1, ao lado do CRAS, são feitas obras de um micro parque da prefeitura. A população que passa pelo local se pergunta: por que os recursos não foram destinados à reforma do Posto de Saúde ou mesmo à implantação do piso intertravado das quadras 1, 2 e 5? A resposta: Sarto/PDT, como qualquer governo burguês, não pode governar para os explorados e ouvir suas queixas”. O Boletim conclui que: “A saída para a melhoria das nossas condições de vida é a luta organizada dos moradores. O Jornal ‘O Proletário’ prossegue na campanha por uma Associação de Moradores combativa, de luta e independente”

O Boletim denuncia o repasse absurdo de dinheiro dos governos para os empresários do transporte (R\$ 90 milhões da prefeitura e R\$ 30 milhões do governo do estado) que sequer cumprem a promessa de religar o ar-condicionado em toda a frota.

Também o descaso da prefeitura com as ruas do bairro tem sido denunciado, como é o caso da rua Paulo Mendonça. Os governos burgueses sempre abandonaram os bairros proletários, enquanto os bairros burgueses são cuidados com zelo impecável.

O Boletim finaliza com a campanha do POR contra o corte de R\$ 3,2 bilhões no orçamento pelo governo Lula/Alckmin (o que afeta a saúde e a educação) e com artigo de formação sobre o que é o socialismo e porque os explorados precisam lutar pela superação do capitalismo e sua barbárie.



São Paulo

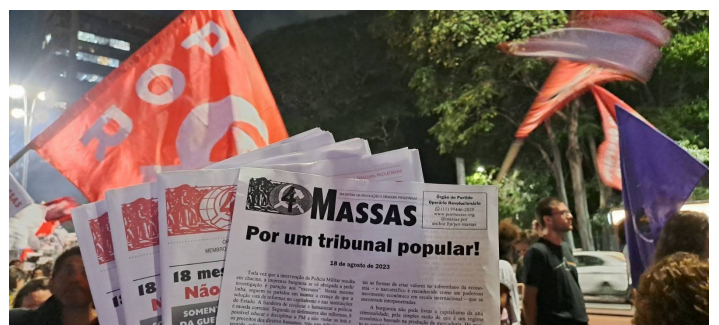
Ato contra os assassinatos promovidos pela polícia

No dia 20 de agosto, aconteceu o ato contra as chacinas promovidas pela Polícia Militar. Foi um ato chamado pelo Movimento Negro. O POR participou do ato e levou a bandeira do Tribunal Popular.

A barbárie do capitalismo não tem nada a oferecer para os trabalhadores e a juventude explorada. A matança tem sido naturalizada pela imprensa burguesa. A polícia Militar é o braço armado do governo, que vem agindo violentamente contra o povo pobre, principalmente sobre a juventude negra. Exemplos disso são a chacina no Guarujá, a morte da menina Eloah da Silva, dentro de sua própria casa entre outros.

É fundamental que as direções sindicais e populares organizem os comitês nos bairros pobres para organizar a luta contra os assassinatos desfechados pela polícia. Mas não é o que vem ocorrendo. O ato foi esvaziado. Juntamente com o POR, somente duas outras correntes atenderam ao chamado pela manifestação. Nenhuma central ou sindicato compareceu.

A luta contra a violência de classes é a luta contra o capitalismo e pelo socialismo. Os partidos reformistas dizem que é possível humanizar e disciplinar a PM para que ajam sob os princípios dos direitos humanos. Isso é uma falácia, pois a alta criminalidade



é fruto desse próprio sistema capitalista. É fundamental que levantemos as reivindicações mais sentidas pela classe operária: salário, emprego e moradia. Precisamos confiar nas nossas próprias forças e ter independência de classe dos governos e da burguesia. Somente assim conseguiremos formar os tribunais populares como auto defesa de classe e condenação para os crimes que a burguesia.

Nesse sentido, o Partido Operário Revolucionário (POR) defende que as Centrais Sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta. Só destruiremos a barbárie capitalista com os métodos de luta de classe, sob o programa da revolução proletária.

Reproduzimos a seguir o Manifesto do Partido Operário Revolucionário:

CONTINUA →

Por um tribunal popular

Toda vez que a intervenção da Polícia Militar (PM) resulta em chacina, a imprensa burguesa se vê obrigada a pedir investigação e punição aos “excessos”. Nessa mesma linha, seguem os partidos em manter a crença de que a solução virá de reformas no capitalismo e nas instituições do Estado. A bandeira de civilizar e humanizar a polícia é moeda corrente. Segundo os defensores das reformas, é possível educar e disciplinar a PM a não violar as leis e os preceitos dos direitos humanos. Não tem faltado, nesse sentido, esforços de governos e secretarias de segurança em busca da diminuição da letalidade policial. A adoção de câmaras acopladas nos homens encarregados da “lei, da ordem e da proteção à sociedade”, de forma a garantir o fim das chacinas, dos assassinatos individuais e excesso de violência tem sido apresentada como um meio de controle.

O estado de São Paulo é o mais bem aparelhado. Por muitos anos, esteve sob o controle do PSDB, que é de centro-direita, se diz adepto dos direitos humanos e fez o que podia para elevar a PM a um patamar mais próximo do mandamento “não matarás em vão”. Não foi capaz de aplacar a mortandade provocada pelas ações policiais nos bairros e favelas. Mas, a esperança se depositava no índice que demonstrava a queda dos homicídios em geral e das mortes resultantes de “confrontos entre a polícia e os marginais”.

Uma fábula é destinada ao aparelhamento da PM. A “segurança pública” ocupa um significativo espaço no orçamento dos estados brasileiros. E a tendência não foi e não será de diminuição. Trata-se de uma grande soma aplicada em fins parasitários. E, certamente, que movimentam as atividades econômicas dedicadas ao armamentismo, e aquelas que servem de auxiliares. O “combate ao crime” envolve uma importante cadeia de negócios. Uma vez que a criminalidade aumenta e tende a crescer, o aparato policial se agiganta e se complexifica nos meandros dos negócios. Não se pode desvincular o narcotráfico desses meandros. Não são os pequenos roubos e furtos diários que levam a PM a se tornar tão aparelhada e letal.

Na base da constituição de um Estado policial, como o que temos no Brasil, se encontra o fortalecimento do narcotráfico, e, interligado a essa poderosa atividade econômica, se fortalecem as quadrilhas como parte da divisão do trabalho no submundo econômico-social da sociedade capitalista. Tráfico de armas e contrabando são os que mais se ressaltam nas especialidades do crime. De conjunto, movimentam muitos recursos, que passam a ter importância para o Produto Interno Bruto (PIB). São tantas as formas de criar valores no subterrâneo da economia – o narcotráfico é reconhecido como um poderoso movimento econômico em escala internacional – que se encontram interpenetradas.

A burguesia não pode livrar o capitalismo da alta criminalidade, pela simples razão de que é um regime econômico baseado na produção de mercadoria. Há muito se constituiu uma fração burguesa narcotraficante, que como tal se acha entrelaçada à burguesia como classe exploradora e acumuladora de capital. Os seus reflexos e condicionamentos na política burguesa são visíveis.

Neste exato momento, ainda está quente o assassinato do candidato a presidência da República no Equador, e a responsabilidade tem sido atribuída ao narcotráfico. Analistas se referiram à existência de um Estado narcotraficante. Certo ou não, é incontestável a forte influência da fração burguesa narcotraficante na política que rege os poderes estatais.

No Brasil, o Rio de Janeiro é um dos estados da federação mais suscetível ao peso do narcotráfico e das milícias. O assassinato da vereadora do PSOL, Marielle Franco, está comprovado como responsabilidade das milícias. Foram importantes as denúncias

e as pressões políticas para revelar os meandros do assassinato, ou pelo menos parte dos envolvidos na execução. A prisão deste ou aquele executor do crime, porém, não alterou em nada a ordem econômica, social e política das organizações criminosas. O narcotráfico, as milícias e os mais diversos tipos de quadrilhas se gestaram nas relações capitalistas de produção e distribuição, se tornando estruturais à sociedade de classes.

O Estado policial foi se configurando como disciplinador. No entanto, se converteu em parte do problema, e não em sua solução. O recrudescimento da violência policial contra as facções armadas ocorre em meio à população miserável e faminta. Os bairros operários pobres e as favelas abrigam a criminalidade, e são o campo em que se desenvolve uma forma guerra civil, onde a supremacia das forças armadas do Estado conta com todas as vantagens materiais e com a lei.

Nessa guerra, o narcotráfico e quadrilhas afins incorporam homens, mulheres, adolescentes e mesmo crianças em suas fileiras. Impõem nas “comunidades” a sua lei econômica e o poder das armas. Baseado nessa relação, o Estado policial encontra sua justificativa, e procura apresentá-la à população oprimida como uma necessidade criada pela criminalidade, ocultando as relações capitalistas que as criam, as impulsionam e as mantêm em permanente conflito.

Estamos aqui neste ato contra a matança ocorrida no Guarujá entre 28 de julho a 1º de agosto, sendo que no dia 17 uma criança de cinco anos, Eloah da Silva, foi alvejada por uma bala “perdida” em sua casa, quando brincava de pula-pula em uma cama. O fato é comum, já que esse tipo de ocorrência tem sido denunciado corriqueiramente pela imprensa. Poucos dias antes, Thiago Faustino, foi barbaramente assassinado pelo Batalhão de Choque da Cidade de Deus. Alvejado na garupa de uma moto foi derrubado com um tiro e já no chão recebeu mais quatro balaços. Tudo isso se tornou muito natural. Na Operação Escudo, da PM comandada pelo governador Tarcísio de Freitas, 18 foram mortos – uma das maiores do estado mais rico do País. O morticínio foi saudado pelas autoridades como resultado da defesa da “sociedade” contra o crime armado. O laudo necroscópico revelou que Felipe Vieira Nunes foi abatido por 7 tiros no tronco. Basta essa configuração para se ter claro que se tratou de fuzilamento. Ocorre que a câmara do atirador estava “descarregada”. Em outros casos, a desculpa foi de que não “houve acionamento do modo gravação alta qualidade”, de maneira que não se tem nitidez de imagem.

Tarcísio e as autoridades policiais burlam os acontecimentos descaradamente. Nada acontece, a não ser a elevação das rixas políticas locais, principalmente pela preparação para as eleições municipais. O presidente Lula fez de conta que não era com a União. Uma boa vizinhança com o governador bolsonarista do estado de São Paulo é conveniente para as alianças partidárias no parlamento. A recente chacina na Bahia, que já matou mais de 30 desde o final de julho, está sob a responsabilidade do PT e, portanto, mais diretamente do presidente Lula. A resposta do governador petista foi a mesma do bolsonarista: “eventuais excessos serão investigados”.

Segundo o Anuário de Segurança Pública, a Bahia ultrapassou o Rio de Janeiro em letalidade policial, concentrando 22% das mortes no País. As chacinas e mortes de crianças causam indignação na imprensa momentaneamente. Logo caem no leito da naturalização. Uma parte da população pobre, sem compreender as causas fundamentais da barbárie social, aprova essa via de combate à criminalidade.

Há uma camada da classe média que aplaude as chacinas, seguindo o preceito fascista de “bandido bom é bandido morto”. Está pela pena de morte informal e falsamente justificada como defesa da “sociedade”. Mas, há uma importante camada da maioria oprimida que sente na carne a violência policial, cujo componente racial não se tem como disfarçar, uma vez que a maioria dos presos

que superlotam os presídios do país e a maioria dos assassinados pela política são de negros. A política burguesa, que se expressa por meio dos partidos, do judiciário, das igrejas e das organizações civis, se dividem em apoiar as ações letais da polícia, em disfarçar o apoio e a condenar.

É nesse marco que se levanta bandeiras como “fim da polícia militar”. Seria um grande feito democrático, mas nos marcos de reformas capitalistas não passa de palavreado. Não há como desmontar o Estado policial, que se ergueu sobre a base da decomposição econômica do capitalismo e da conseqüente barbárie social. Essa forma e conteúdo de resposta ao narcotráfico e a toda sorte de atividade econômica impulsionada por uma fração burguesa, bem como a sua expressão social calcada no desemprego, no subemprego, na miséria e no desespero de milhares de famílias que se decompõem envoltas pela barbárie somente têm a função disciplinadora, que se realiza pela violência policial, judicial e carcerária. Está implantado o Estado policial no Brasil por razões estruturais. Distintamente seria se fossem transitórias, conjunturais.

A luta para pôr fim à guerra entre o crime organizado e as forças estatais – e assim acabar com a violência policial - está inteiramente nas mãos da classe operária e dos demais trabalhadores. Não passa de ilusão democrática e de oportunismo eleitoral a pretensão de humanizar o capitalismo, diminuindo as “desigualdades, incluindo os pobres, eliminando a miséria e extirpando os preconceitos raciais” etc., por meio de governos reformistas e de políticas públicas.

A volta de Lula ao poder reascendeu a chama do reformismo, encarnado por sua ala esquerda. Mas, nada puderam fazer no passado de forma a evitar o curso que tomou a economia sob os governos democratizantes após a ditadura militar e que levou à potenciação da barbárie social. A ditadura criou a polícia militar.

E os governos eleitos que a substituíram não apenas mantiveram esse braço armado do Estado, como o fortaleceram. Sob o restabelecimento das instituições da democracia burguesa, permaneceram as tendências crescentes de projeção do Estado policial, nas condições de avanço da decomposição do capitalismo e da barbárie social. Essa questão do Estado policial deve ser encarnada pelo movimento operário, camponês e popular. Qualquer nuvem que se pressuponha democrática e que oculte o Estado policial servirá às mais distintas formas de barbárie, entre elas a fome de milhões.

A tarefa democrática de acabar com a violência policial, que recai sobre os oprimidos, não pode ser cumprida pela burguesia e por seu Estado. Esse pressuposto é decisivo para colocá-la nas mãos da classe operária e do conjunto dos explorados. A luta contra a violência policial tem como partida a luta por um programa próprio dos trabalhadores, que esteja em contraposição à brutal exploração do trabalho, ao infame desemprego, ao criminoso salário mínimo, à violenta destruição de velhas conquistas trabalhistas e sindicais etc. Tem como partida a defesa do trabalho da mulher e dos jovens; da igualdade real entre pretos e brancos.

Essa luta permitirá criar organizações dos explorados, capazes de pôr em pé um tribunal popular assentado na classe operária. Esta manifestação poderá ter importância no combate à violência policial, se der mais um passo voltado à organização de um movimento de massa.

Uma bandeira que serve a esse objetivo é a de exigir das centrais sindicais que convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios. O Partido Operário Revolucionário (POR) tem claro que o combate conseqüente à barbárie capitalista depende de os explorados avançarem em sua organização independente, com seus métodos de luta de classes e com a estratégia da revolução proletária, da conquista de um governo operário e camponês.

Rio Grande do Sul

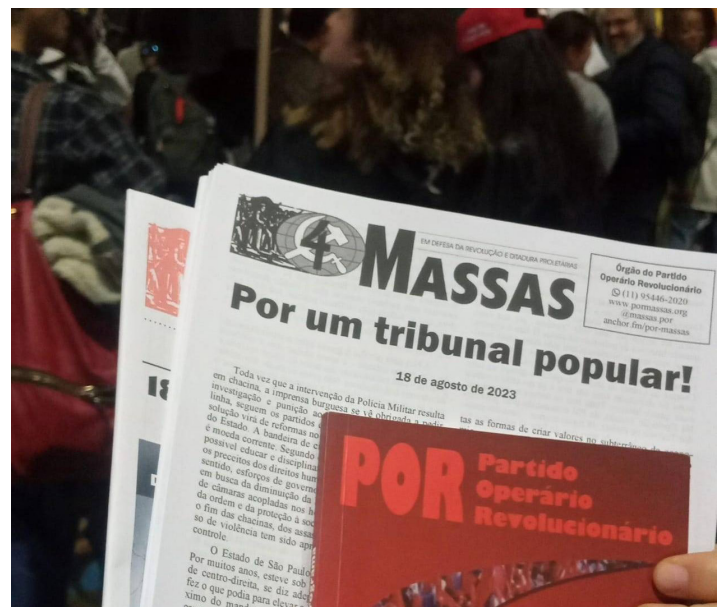
Ato contra a violência policial termina dividido

Em Porto Alegre, a manifestação do dia 24 de agosto contra a violência policial após os recentes assassinatos em série das polícias pelo Brasil inicialmente reuniu governistas, militantes das esquerdas, dos movimentos negros e policiais “antifascistas”. Durante duas horas, os proprietários do carro de som mantiveram o ato subordinado a manifestações culturais e discussões inter-religiosas e apenas representantes destes e alguns parlamentares tiveram o direito à palavra. Diante da tentativa de tirar o caráter político do ato e da burocratização escancarada, a maior parte dos manifestantes abandonou a direção do ato e sob gritos de “vamos marchar”, saiu em caminhada para o lado oposto, atravessando o centro da cidade em bloco, entoando palavras de ordem combativas como “chega de chacina, eu quero o fim de todas as polícias”, mas também outras que se limitavam a exigir o fim da polícia militar ou a prisão de Bolsonaro.

Há muito tempo não acontecia de um ato se dividir em Porto Alegre. Romper com a direção do ato - cujas posições se limitavam a pedir mais câmeras nas fardas, mais espaços culturais, e toda sorte de cantilenas - foi uma ação de protesto, principalmente da juventude, das bases das organizações políticas e também de manifestantes independentes. Expressou a revolta contra as chacinas e a rejeição de utilizar o ato para shows culturais e missas públicas.

Mas é preciso romper também com as ilusões na justiça burguesa, nas instituições do Estado e com as ilusões de que é possível humanizar a polícia e acabar com a opressão racial, reformando o capitalismo. A violência policial, a guerra do Estado contra os pobres e miseráveis, o aumento da criminalização e a desigualdade racial são problemas estruturais do capitalismo em decomposição, e, portanto, só tendem a se aprofundar. Para destruir o

aparato repressivo do Estado burguês é necessária uma luta por um programa próprio dos trabalhadores, contra a exploração do trabalho, contra a miséria, a fome, o desemprego, através de um movimento massivo que impulse os explorados a criarem suas organizações, e a erguerem um Tribunal Popular para que todos os crimes de classe da burguesia sejam julgados. Este era o conteúdo do manifesto distribuído pelo POR nesse dia de revolta contra a violência policial.



São Paulo

Ato contra a violência policial e chacinas



No dia 24 de agosto aconteceram manifestações convocadas pelo movimento negro em diversas cidades do país. Os atos foram chamados devido às chacinas que ocorreram no Guarujá, em SP e na Bahia. Foi agregado posteriormente o repúdio ao violento assassinato da líder quilombola Bernadete Pacífico, na Bahia. A manifestação em SP reuniu aproximadamente mil pessoas na avenida Paulista. O POR participou com um manifesto “Por um Tribunal Popular”, para julgar e punir os crimes de classe da burguesia e de seus governos. Além disso, fizemos a propaganda do Jornal Massas, intervenção no carro de som e entrevista para um canal no Youtube.

O que se destaca no conteúdo político da manifestação é a contradição entre a disposição de luta de uma parcela da vanguarda e os desvios reformistas das direções políticas do movimento. Embora entoassem palavras de ordem pelo fim das chacinas, da violência e da polícia, concluíram o ato com a leitura de um manifesto que pede para que o STF, Congresso e Planalto resolvam o problema. O primeiro ponto do manifesto é suficiente para ilustrar tal desvio: “Que o STF proíba operações reativas, com caráter de vingança. Assassinatos de policiais e operações invasivas em comunidades sob pretexto de combater o tráfico de drogas [...]”; disseram ainda, “precisamos de uma reforma, que estabeleça padrões, de promoção e proteção dos direitos humanos. Iniciativas como o uso da câmera tem contribuído para reduzir a letalidade policial.”, ignorando o fato de que é a própria polícia que tem controle sobre tais câmeras e que na Chacina do Guarujá a maioria das câmeras não estavam ligadas na hora das mortes. Além disso, pedem no manifesto que o governo, Congresso e STF criem “critérios objetivos” para a abordagem policial para não serem racistas etc.

Como podemos ver, a direção do movimento negro brasileiro, que está profundamente atrelada ao governismo e no apoio do governo burguês de Lula, aposta na reforma das polícias. Pedem que a justiça burguesa e os governos, responsáveis pelo acobertamento da matança e da violência reacionária do Estado, julgue e puna a polícia. Permanecem as ilusões de que é possível reformar e humanizar a polícia, o que é consequência da ideia falida do reformismo de que é possível democratizar o Estado Burguês. Assim, as direções servem de freio à luta e desvio da necessidade de se construir um programa próprio da maioria explorada. Na intervenção no carro de som, o POR respondeu mostrando o caráter de classe das polícias e, portanto, a inviabilidade de sua reforma.

O POR, diferente dessas direções, aponta que a única saída possível está na luta de classes e no rompimento com o governismo. Defende que se organize um movimento nacional de luta contra a violência policial e as matanças. Um movimento que una essas com as demais reivindicações mais urgentes das massas ex-

ploradas, como o emprego para todos, o salário mínimo vital, moradia para todos, a revogação das contrarreformas etc. São essas reivindicações que colocarão milhões nas ruas, confiando em suas próprias forças, e se utilizando dos métodos próprios do proletariado, as greves, os bloqueios e ocupações.

Pronunciamento do POR no carro de som

Boa noite companheiros, eu sou do Partido Operário Revolucionário, e para ser breve vamos trazer aqui duas ideias. A primeira é a de quem são os verdadeiros responsáveis pelas chacinas. A chacina no Guarujá tem o dedo no gatilho do Tarcísio de Freitas. A chacina na Bahia tem o dedo no gatilho do Jerônimo, do Partido dos Trabalhadores (PT). As chacinas que acontecem no Rio de Janeiro tem o dedo do Cláudio Castro. Todos os governos são responsáveis, porque são governos da burguesia. Mas não são só os governos estaduais, o governo federal tem responsabilidade. Por que não fala uma palavra? Por que não se movimentam? Por que não intervêm sobre esse monte de chacina? Principalmente na Bahia, onde é o governo do Partido dos Trabalhadores. O governo Lula/Alckmin não se manifesta e por isso tem responsabilidade também.

A segunda ideia, camaradas, é que nós vivemos em um Estado policial. E a polícia é o braço armado do Estado. Se é assim, ela defende os interesses da burguesia e dos governos. Aquela frase que aparece na polícia de “servir e proteger”, na verdade significa servir a burguesia e proteger a propriedade privada. Essa é a verdadeira função da polícia.

Por isso camaradas, nós dizemos: não é possível reformar a polícia! Não é possível humanizar a polícia! Não é possível reformar o capitalismo em decomposição e nem o Estado. Não dá para pedir controle social da polícia. Não dá para pedir desmilitarização. É preciso lutar pelo fim da polícia, pelo fim da violência e pelo fim da polícia militar. No entanto, nós sabemos que não é possível acabar com a polícia dentro do capitalismo. Só é possível ser coerente na defesa do fim da polícia se se defende o fim do capitalismo.

É preciso colocar as massas em luta, colocar as massas em movimento. É só com milhões nas ruas, não é com milhares, é com milhões nas ruas que nós poderemos colocar essa bandeira de fim da polícia, de forma concreta, na luta de classes. Para isso, precisamos vincular a defesa de fim da polícia com a defesa das necessidades mais elementares dos trabalhadores, o emprego para todos, o salário e os direitos; são essas necessidades que pesam sobre a maioria oprimida, principalmente os pretos e pretas. A defesa do fim da polícia é parte desse programa.

São Paulo

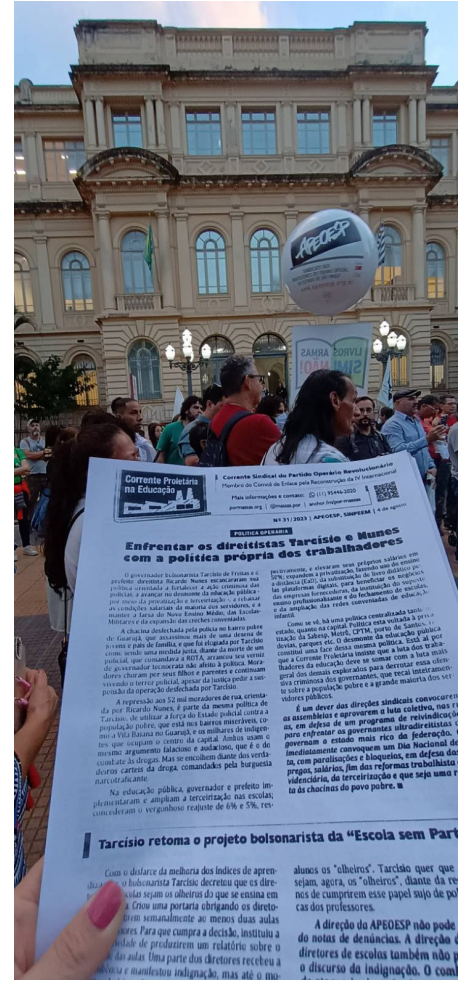
Intervenção da Corrente Proletária no ato convocado pela APEOESP

No dia 16 de agosto, a Apeoesp realizou uma manifestação em frente à Secretária da Educação contra a medida do governador Tarcísio de se desvincular do programa do MEC de livros didáticos (PNLD) para as escolas estaduais, substituindo pelos materiais digitais. Como vimos, travou-se uma disputa entre as editoras e as empresas em que o secretário da Educação, Renato Feder, é um dos sócios. O que escancarou o escândalo de corrupção do governador direitista, com a Multilaser, principalmente.

A Apeoesp aproveitou a situação para defender o programa do MEC, agora do governo Lula, e denunciar as falcatuais envolvendo Feder e o governo Tarcísio. No entanto, não fez nenhum esforço para convocar os professores e realizar uma manifestação massiva. Por isso, o ato ficou limitado às direções das regionais do sindicato e a própria burocracia. Levantou a bandeira de "Fora Feder", que foi seguida pela maioria das correntes presentes no ato.

Durante a manifestação, outras reivindicações foram defendidas, como o fim das APDs, que submete o professor a uma jornada de trabalho extremamente violenta.

A Corrente Proletária/POR interveio mostrando que o sindicato não pode ficar a serviço da disputa interburguesa, entre editoras e empresas tecnológicas. E que os problemas nas escolas são enormes. Daí a necessidade urgente que a Apeoesp convoque uma assembleia, para aprovar o caminho para impor as reivindicações mais sentidas pelo professorado, entre elas o fim das APDs, das PEIs, da Escola Cívico-Militar, da terceirização, da abertura das salas de aula fechadas, da efetivação de todos os professores contratados e pela reposição das perdas salariais. Somente com a unidade do professorado, com a organização da luta, e com os métodos próprios dos trabalhadores poderemos enfrentar o governador ultradireitista e privatista.



Ceará

Burocracia do Sindiute muda estatuto e impõe eleição virtual no sindicato

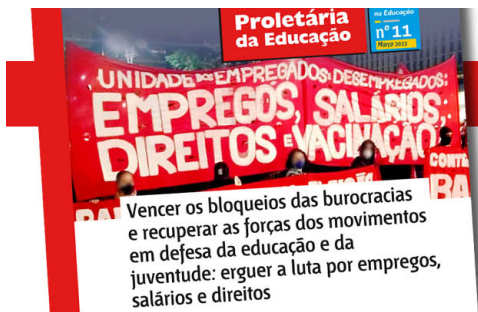
A burocracia do Sindiute (PT) convocou para o dia 24/08 uma assembleia geral do magistério municipal para mudar o estatuto da entidade e introduzir novas medidas antidemocráticas.

A assembleia foi realizada no luxuoso hotel Praia Centro e a categoria mal tomou conhecimento da convocatória feita com apenas 2 dias de antecedência. Na verdade, a burocracia sindical aproveitou a reunião dos representantes de escola (em sua maior parte domesticados pela direção) para alterar o estatuto sem se importar com o completo desconhecimento das propostas de alteração por parte da base. É importante mencionar que nem os professores de vanguarda, nem os representantes de escola e menos ainda as correntes de oposição tiveram acesso (com antecedência) às propostas que a direção colocaria em votação.

A burocracia sindical não suprimiu o princípio da proporcionalidade do estatuto, mas impôs a regulamentação das assembleias e eleições virtuais. Há anos, a burocracia tem substituído as assembleias presenciais por lives com a presidente da entidade, reforçando o atraso político de boa parte do professorado. Dessa vez, foi ainda mais longe e aprovou que as eleições para a entidade possam ocorrer de forma virtual.

A Corrente Proletária na Educação/POR esteve presente na assembleia e defendeu a proposta de manutenção do estatuto. Explicou que é uma medida antidemocrática, que sequer é possível à base e aos representantes de chapa fiscalizarem uma eleição virtual, inteiramente controlada pela comissão eleitoral. Outras correntes de oposição (a exemplo do PSTU) também fizeram a defesa contrária à eleição virtual. A burocracia defendeu a mudança do estatuto, comparando a manutenção do voto em urna, pela oposição, com a campanha bolsonarista contra as urnas eletrônicas. Por fim, a proposta da alteração foi levada a voto e aprovada por ampla maioria. Cerca de 10% dos presentes rejeçaram a posição da burocracia.

A mudança do estatuto, feita com a justificativa de atualizar o documento, tem por finalidade reforçar o poder da burocracia sobre a entidade. O fortalecimento da burocracia petista, por sua vez, serve à conciliação com os governos burgueses, especialmente Lula/PT e Elmano Freitas/PT. Os trabalhadores com consciência de classe no magistério municipal têm como tarefa imediata erguer uma oposição unificada, classista e combativa e recuperar o sindicato para as lutas da categoria.



Revista Proletária na Educação



As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

São Paulo

Fim da greve dos trabalhadores das ETECs e FATECs

A greve dos professores do Centro Paula Souza, iniciada dia 8 de agosto, foi suspensa no dia 21 pelo SINTEPS, após uma proposta de plano de carreira que, segundo a base dos professores, aprofunda ainda mais o desmonte das ETECs e FATECs pelo governo privatista de Tarcísio.

A categoria manifestou reivindicações salariais em mais de 100 unidades, mas a direção do sindicato não foi capaz de orientar o movimento grevista para atacar as raízes do problema que é a corrente onda privatista, além de não aliar a luta dos trabalhadores do Centro Paula Souza com as demais categorias em luta.

Com a suspensão da greve, o governo impôs aos grevistas a reposição dos dias parados ou desconto na folha. Trata-se de um ataque ao direito de greve. Diante disso, a direção do Sindicato marcou uma reunião do comando de greve para os próximos dias com a possibilidade de retomar o movimento. Depois da suspen-

são de uma greve, o retorno ao movimento grevista se torna muito difícil.

É fato que a greve se manteve isolado. A direção sindical não conseguiu fazer manifestações massivas de rua, que pudessem fazer frente aos governantes. As direções das centrais sindicais não se movimentaram em defesa da greve, certamente temiam que o movimento grevista respingasse no governo Lula, que acaba de aprovar os cortes de recursos à educação.

Está aí por que os trabalhadores e estudantes devem se colocar pela independência política e organizativa dos sindicatos diante dos governos, lutar pela quebra do isolamento das greves e ganhar as ruas. Uma greve isolada e passiva, é derrota na certa.

A Corrente Proletária chama os trabalhadores grevistas e estudantes a fazerem um balanço crítico desse movimento e se colocarem por constituírem as frações revolucionárias nos sindicatos.

São Paulo - ABC

Boletim da Corrente Proletária na UFABC

Em sua 15ª edição, o Boletim contém cinco matérias “Não aceitar o condicionamento do reajuste salarial à aprovação do Arca-bouço Fiscal!”, “Reitoria da UFABC ataca o direito de greve dos TAEs”, “Direção majoritária do SinTUFABC não organizou coletivamente a paralisação”, “Golpe governista boicota eleição de delegados para Congresso da CSP-Conlutas”, “PT e PSOL votam contra assinar moção pela readmissão de operários demitidos pela Volks!”.

Os textos denunciam a política de conciliação entre as burocracias e os capitalistas. Chama os trabalhadores a erguerem uma oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla, o qual não respondeu a reivindicação de reajuste das perdas salariais dos servidores federais, condicionando-a à aprovação do Arca-bouço Fiscal.

Em relação a Paralisação dos Técnico-Administrativos em Educação da UFABC no Dia Nacional de Lutas e Paralisações dos Servidores Federais, o Boletim denuncia a política da direção majoritária, governista, que não organizou coletivamente e não rechaçou a exigência de compensação de horas para que o ponto e os salários não fossem cortados pela Reitoria, assim como a política autoritária da Reitoria, levantando as seguintes bandeiras: “Abaixo a compensação das horas! Pelo fim do controle eletrônico de frequência! Em defesa da real autonomia universitária! Pelo direito

irrestrito de greve!” e “Que o SinTUFABC organize assembleias democráticas e regulares! Chega de submissão ao autoritarismo da burocracia universitária!”.

O Boletim denuncia o autoritarismo também por parte da direção sindical majoritária, que promoveu um golpe ao cancelar a assembleia de eleição de delegados para o 5º Congresso da CSP-Conlutas, no último dia do prazo regimental à convocação de assembleias, boicotando a categoria. O Boletim também denuncia a traição de classe por parte de integrantes da direção sindical majoritária, em especial do PT e PSOL que, para blindar a patronal e os burocratas encastelados na direção do Sindicato dos Metalúrgicos, votaram contra incluir a assinatura do SinTUFABC na moção/abaixo-assinado pela readmissão dos metalúrgicos José Parane e Eduardo Marques, operários demitidos por justa causa pela Volks como forma de perseguição política. Coloca que os governistas tentaram repetir a posição do ano passado, quando o SinTUFABC não assinou a moção contra a prisão do dirigente da Central Operária Departamental de Chuquisaca (COD), Rodrigo Echalar Amorós, perseguido pelo governo boliviano; e que, apesar da política governista, formou-se maioria a favor de assinar a moção, o que expressa uma vitória importante à solidariedade política com os trabalhadores demitidos.

PT e PSOL votam contra assinar moção pela readmissão de operários demitidos pela Volks

Para blindar a patronal e os burocratas encastelados na direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, integrantes da direção majoritária do SinTUFABC, envolvendo PT e PSOL, votaram contra a proposta de incluir a assinatura do SinTUFABC na moção/abaixo-assinado pela readmissão dos metalúrgicos José Parane e Eduardo Marques, operários demitidos por justa causa pela Volks como forma de perseguição política. Para tanto, os traidores da classe mostraram discordância com a campanha expressa no Boletim Nossa Classe, Boletim operário do POR, e reservas em se “intrometer” na questão. Apesar disso, formou-se maioria favorável à assinatura da moção, uma vitória importante à solidariedade

política com os trabalhadores perseguidos. Os governistas tentaram repetir a posição do ano passado, quando o SinTUFABC não assinou a moção contra a prisão do dirigente da Central Operária Departamental de Chuquisaca (COD), Rodrigo Echalar Amorós, perseguido pelo governo boliviano.

Denunciamos essa atitude nefasta à luta dos trabalhadores, que é parte da política de conciliação de classe do PSOL e PT. Não podemos aceitar a perseguição aos lutadores! Solidariedade de classe! Pela imediata readmissão de José Parane e Eduardo Marques!

São Paulo

DCE da UFABC não encaminha propostas aprovadas na assembleia

Um dia após a Assembleia do SinTUFABC que aprovou a adesão dos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) ao Dia Nacional de Lutas e Paralisações dos Servidores Federais de 10 de agosto, ocorreu a Assembleia do DCE-UFABC, a qual, por sua vez, aprovou a participação dos estudantes no Ato de 11 de agosto, Dia Nacional dos Estudantes, em São Paulo. Além desse ato, introduziram outros temas como os cortes no orçamento nacional; os atrasos na concessão de auxílios socioeconômicos pela ProAP (Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Comunitários); e o aumento dos preços das refeições no Restaurante Universitário (RU), comunicado pela Reitoria pouco antes do início da assembleia.

Em sua intervenção, a Corrente Proletária expôs que os recentes cortes no orçamento, promovidos pelo governo Lula, estão nos marcos do Teto de Gastos e do Arcabouço Fiscal, que visam a garantir o pagamento dos juros da dívida pública, de forma que se colocar contra os cortes exige também nos posicionar contra essas medidas. Em relação aos auxílios, defendeu o pagamento imediato, e colocou que o atraso nas análises à concessão é fruto da precarização da ProAP, que possui déficit de servidores e de recursos, a ponto da maioria das equipes, como a de Bolsas Socioeconômicas e a de Nutrição e Restaurante Universitário, sequer existirem na Estrutura Organizacional da UFABC. Por isso defendeu exigir da Reitoria a institucionalização de todas as equipes da ProAP no Organograma. Junto a isso, tendo em vista que recentemente o governo Lula criou algumas vagas para servidores (TAEs e docentes), propôs a organização de uma assembleia universitária, dos três setores, estudantes, professores e funcionários, para discutir quais devem ser os cargos dessas vagas. Quanto ao aumento do RU, expôs a importância do fim das privatizações e das terceirizações, e da efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. Defendeu, ainda, a criação de um Comitê de Luta, que possa envolver estudantes, professores, TAEs, trabalhadores terceirizados e comunidade em geral. No fim, todas as propostas defendidas pela Corrente Proletária foram aprovadas.

Tais propostas objetivaram unificar a comunidade universitária, enfrentar as burocracias, e fortalecer o movimento pelas reivin-

dicações. Isso porque um eventual aumento do subsídio da universidade e a reativação imediata da CAFRU (Comissão de Apoio ao Funcionamento do Restaurante Universitário), defendidos pelo Correnteza, não garantirão a plena assistência. O movimento universitário não pode se limitar à intervenção nos órgãos controlados pela burocracia universitária. Deve discutir e elaborar respostas aos problemas em suas instâncias próprias. O Comitê é uma forma de concentrar forças, reunindo as diversas entidades e, neste caso, também uma forma imediata de mobilização considerando o recesso acadêmico entre o segundo e o terceiro quadrimestre letivos, e a realização de novas assembleias em 18 de setembro. Contudo, até o momento, a Gestão do DCE não organizou o Comitê, dentre outras propostas aprovadas na assembleia.

A Faisca/MRT se absteve na votação de duas das propostas: institucionalização das equipes da ProAP e assembleia universitária. Essa posição demonstrou que as críticas à Reitoria e a campanha “por permanência sem precarização” por parte da Faisca se restringem a defesa, em palavras, da efetivação dos terceirizados, uma vez que se mostraram incapazes de se colocar contra a precarização dos servidores e a condução burocrática da instituição. Uma integrante do Correnteza chegou ainda a justificar a abstenção na proposta de assembleia unificada com o argumento corporativista de que não é uma pauta dos estudantes; como se a função da universidade não fosse justamente formar estudantes. Essas abstenções expressaram a confusão e o atraso político no movimento estudantil da UFABC.

A Corrente Proletária interveio na assembleia também com uma banca de materiais, e com a distribuição de seu Boletim, contendo o manifesto “Que o Dia do Estudante seja o ponto de partida do movimento estudantil para enfrentar os governos e os capitalistas!” e a síntese do Balanço do 59º Congresso da UNE, na qual consta a defesa do livre acesso à educação superior e uma crítica às cotas. No dia da assembleia, a Câmara dos Deputados aprovou a reformulação da Lei de Cotas, mantendo o acesso apenas para uma pequena parcela da juventude.

Paraná

Estudantes exigem revogação da LGU e enfrentam reitora

No dia 23 de agosto, no Campus de Apucarana da UNESPAR (Universidade Estadual do Paraná), os estudantes apresentaram à reitora um Manifesto requerendo o atendimento das reivindicações estudantis, assinado por mais de 360 estudantes.

A apresentação foi realizada em uma reunião do DCE com a reitora durante a qual discutiram sobre a falta de restaurantes universitários nos 7 campi da universidade, as carências de estrutura física, ausência de moradia estudantil e continuidade da propaganda neonazista no campus.

Mas, a denúncia mais importante foi da convivência da reitoria com a aplicação progressiva da Lei Geral das Universidade (LGU), dispositivo legal aprovado pelo governo Ratinho Jr. (PSD), que tem a finalidade de enxugar radicalmente o sistema de ensino superior estadual e subordinar as universidades ao governo.

Os estudantes exigem que as autoridades da universidade enfrentem as medidas que tendem a liquidar a Instituição como um espaço de formação livre e autogovernado. Ocorre, no entanto, que as autoridades das sete universidades paranaenses foram cúmplices na elaboração e aprovação dessa Lei, e já estão aplicando.

A iniciativa dos estudantes contrasta com o silêncio dos sindicatos, dos conselhos superiores das IEES e coloca a importância do ME se estruturar em torno a um claro programa de defesa da universidade pública e gratuita, o que implica a defesa da substituição da estrutura política vigente (reitorias) pelo autogoverno, ou seja, pelo governo tripartite, subordinado à Assembleia Geral Universitária, com voto universal e revogabilidade de mandato.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Pernambuco

IFPE - Eleições para o SINDSIFPE**Um chamado à construção de uma direção classista e democrática**

O sindicato dos servidores federais do Instituto Federal de Pernambuco (seção do Sinasefe) está em período de formação de chapas para a próxima gestão. A Corrente Proletária na Educação faz um chamado à construção de uma direção classista e democrática, convidando professores e técnico administrativos. Para este chamado, o ponto de partida deve ser a avaliação do governo Lula, que está longe de atender às reivindicações dos servidores e dos trabalhadores em geral. Lula não revogou as privatizações e contrarreformas (trabalhista, previdência, Novo Ensino Médio) de Temer e Bolsonaro. Além disso, o governo dá continuidade ao arrocho salarial, cortes no orçamento, arcabouço fiscal, novo teto de gasto, risco de aprovação da reforma administrativa, e mantém as medidas repressivas bolsonaristas, como a IN 54, que fere o direito de greve. Estes ataques mostram a importância de um sindicato classista, democrático e independente.

É preciso fazer um balanço crítico da atual gestão do Sindsifpe (PT), que segue a linha política de defesa da governabilidade da direção nacional majoritária (PT/PSOL/PCB). A experiência mostrou que estas direções abandonaram os métodos próprios de organização e luta no período das eleições e agora protegem o governo Lula. No ano passado, apesar de alguns campi terem aprovado e até iniciado a greve, em assembleias presenciais nos campi, a direção do Sindsifpe convocou assembleia geral virtual, que durou mais de 10 horas, que decretou o fim da greve. A assembleia virtual só serviu para enfraquecer o movimento de greve que iniciava, facilitando a reação contrária à greve. Isso foi de encontro à política da direção nacional (DN) do Sinasefe, que só usava greve como blefe, quando a greve foi aprovada nos campi de algumas seções, a DN convocou plenária nacional virtual para “suspender a greve”, afirmando que o momento era de direcionar as forças para a derrubada de Bolsonaro, com a eleição de Lula. Substituindo a greve em andamento, enquanto método de luta próprio dos trabalhadores, pela disputa burguesa nas eleições. A defesa das liberdades democráticas contra as ameaças golpistas da ultradireita se fará tendo como auxiliar os sindicatos classistas, e não os

submetendo à política de conciliação de classes para sustentar a governabilidade de Lula.

Por isso, a Corrente Proletária chamou uma Plenária democrática para debater a construção de uma chapa classista e democrática para o Sindsifpe, que se baseie nos seguintes pontos: 1) Independência política e organizativa do sindicato diante do governo, e burocracia institucional. Onde defende que uma direção classista e independente não pode alimentar nenhuma ilusão no governo Lula, e que não se pode ficar imobilizados em nome de “governabilidade”; 2) Democracia sindical, com crítica ao imobilismo e passividade dos métodos virtuais, que só serve à burocratização e distanciamento da base. Além disso, é importante defender o controle das finanças do sindicato pela base, por meio das assembleias; 3) Defesa das reivindicações que unificam os servidores, contra o empobrecimento da maioria dos servidores, defesa da reposição integral e imediata das perdas salariais. Contra a precarização do trabalho no interior do IFPE, que os trabalhadores terceirizados e professores substitutos sejam imediatamente efetivados, sem necessidade de concurso. Defender a unidade dos trabalhadores contra as medidas que atacam os empregos, salários e direitos. Pela imediata revogação da IN 54. Pela imediata revogação das contrarreformas: trabalhista, previdenciária, do Ensino Médio e Lei da Terceirização; 4) Defesa de uma educação científica, voltada à produção social. Os ataques sofridos pela rede federal de ensino só expressam o capitalismo decadente, que destrói antigas conquistas, como o direito à educação, junto a isso cresce o obscurantismo religioso em contraposição à ciência. Diante disso defende: sistema único de ensino público, gratuito, para todos e em todos os níveis, laico, vinculado à produção social e sob controle de quem estuda e trabalha; estatização, sem indenização, de toda a rede privada de ensino. Extinção do ensino a distância; financiamento integral da educação pelo Estado, sob o controle de quem estuda e trabalha. 5) Combater o capitalismo, fonte de toda a forma de opressão – em defesa da sociedade socialista.

Rondônia

Uma experiência que deve ser combatida

Desde janeiro que os burocratas conciliadores do Sindicato dos Professores do Estado de Rondônia (SINPROF-RO), do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (Sintero) e Sindicato dos Servidores Municipais de Porto Velho (SINDEPROF) sentam em mesa de negociações com a prefeitura, para atualização de 14,95% do Piso Salarial. Participaram de reuniões intermináveis, mas não fizeram nenhum esforço para organizar os servidores para enfrentar a intransigência do prefeito.

Estamos na última semana do mês de agosto, e as poucas assembleias que aconteceram foram por pressão da categoria em obter uma resposta das tais negociações. Foram assembleias que contaram com uma participação significativa da base e mostraram disposição de luta, para exigir do prefeito o cumprimento da Lei do Piso Nacional. Mas sofreram um balde de água fria das direções conciliadoras, empenhadas nas negociatas com o prefeito.

No dia 8 de agosto, o prefeito anunciou o decreto em que atualização do piso do magistério de 14,95% seria na forma de complemento salarial, tendo em vista o percentual do reajuste salarial dos 5,79 em julho para todos os servidores municipais. Os burocratas sindicais recorreram ao prefeito, cobrando a atualização integral

do Piso, mas a resposta foi a reafirmação do decreto.

Sem luta nas ruas, o prefeito continuou “nadando de braçada”. Agora, o ataque veio para os aposentados. Ou seja, os professores aposentados, que conquistaram paridade e integralidade salarial, estão sendo alvos do prefeito, que diz que já foram contemplados com o valor do piso, desconsiderando a conquista da paridade e integralidade salarial, que significa o direito dos aposentados terem o mesmo salário dos trabalhadores da ativa.

Os trabalhadores da educação estão vivendo uma dura experiência: de um lado, o prefeito direitista do União Brasil, que rejeita as reivindicações; de outro, as direções sindicais que se envolveram nas negociatas com o prefeito e quebraram a disposição de luta, que se manifestava nas assembleias. Essa é uma lição para ser compreendida e, certamente, combatida pelos trabalhadores. A situação da educação no estado está cada vez mais precária e as condições de trabalho são insuportáveis, o que necessitam de uma resposta classista. Daí a importância de fortalecer a oposição, que se expressa na Corrente Proletária, para recuperar o sindicato para a luta em defesa das reivindicações dos servidores e dos demais trabalhadores.

Rio de Janeiro

A crise na educação traz à tona diversos problemas

Como se já não bastassem a superlotação de alunos por turma (em torno de 44 alunos por sala), as taxas de desemprego e miséria que afetam a vida dos alunos fora da escola e as escolas de áreas periféricas que não recebem verba o suficiente para ter materiais básicos, ainda existem as dificuldades enfrentadas pelas crianças especiais e suas famílias.

A falta de mediadores, para os alunos com algum tipo de transtorno de neurodesenvolvimento, de dificuldade de aprendizagem e de deficiência, tem ido um grande problema nas escolas do estado. A ausência desses profissionais, que deveriam acompanhar esses alunos diariamente, durante todo o período de aulas para atender suas necessidades, afeta seu aprendizado e o trabalho dos demais professores. Além disso, o estresse mental e físico que essas crianças passam por não ter suas necessidades atendidas na escola, atrapalha seu tratamento médico.

Um levantamento feito pelo SEPE, que é o Sindicato dos professores do Estado do Rio de Janeiro, indica que na rede municipal de ensino, existem 19.165 alunos com algum tipo de deficiência e apenas 1.125 moderadores. Isso significa que existe um mediador para cada 20 crianças.

Uma sala de aula com 44 alunos, pequena, sem estrutura, sem material de trabalho, onde 6 tenham algum tipo de necessidade

especial, sem um mediador, apenas com o professor dessa turma se torna um lugar inviável para o aprendizado.

No final de 2022, a Câmara de Vereadores aprovou uma emenda à lei orçamentária que garantia recursos para contratação de mediadores, mas o prefeito Eduardo Paes vetou o artigo. Os pais que conseguem mediadores muitas vezes passam anos lutando e se humilhando na Justiça burguesa.

Enquanto isso, os professores por sua própria conta tentam entender mais sobre as questões que cada aluno apresenta. Muitos procuram de forma quixotesca se desdobrar em dois para dar conta da demanda. As múltiplas funções do professorado na escola são também causas de adoecimento na categoria. O sindicato, dirigido principalmente pelo PSOL, não realiza uma campanha pelo atendimento das necessidades dos professores, que nesse caso atenderia também as necessidades das famílias. É preciso organizar um movimento de professores com independência de classe com uma plataforma de reivindicações, que inclui o aumento geral dos salários, efetivação dos contratados, redução do número de alunos por turma etc. A contratação de profissionais capacitados para os alunos com necessidades especiais é parte dessa plataforma de reivindicações.

Grupo de Estudos

Homenagem a Trotsky e Programa de Transição

No último dia 22, o Grupo de Estudos do POR realizou um encontro dividido em três partes: informes da conjuntura; 83 anos do assassinato de Trotsky, com discussão do Manifesto do CERQUI; e discussão do Programa de Transição (sobre os soviets).

No primeiro ponto, foram dados informes sobre as atividades políticas da semana, incluindo os Congressos da CUT, Apeoesp e Conlutas, onde o POR vai participar com a política proletária de independência de classe, defendendo a luta por um programa próprio da classe operária, que poderá ganhar corpo na construção de uma oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin.

No ponto sobre os 83 anos do assassinato de Trotsky por um agente do estalinismo, foi feita uma apresentação geral do Manifesto do CERQUI, destacando seus principais pontos, como a precisa caracterização de Trotsky e da Oposição de Esquerda Internacional, de que o proletariado, na década de 1930, quando foi escrito o Programa de Transição, se encontrava em uma profunda crise de direção, já que suas direções políticas se estavam submetidas à política contrarrevolucionária surgida no seio do movimento operário, que era o estalinismo, de um lado; de outro, submetidas à política também contrarrevolucionária da socialdemocracia. Foi nesse contexto que emergiu o nazifascismo e a Segunda Guerra Mundial. Os prognósticos de Trotsky, que se encontram no Programa de Transição, principalmente no seu primeiro ponto, foram plenamente confirmados, já que a humanidade foi e continua sendo arrastada para uma barbárie absoluta. Neste sentido, mostramos o desenvolvimento posterior à Guerra, que levou a derrocada da URSS, interrompendo assim a transição do capitalismo ao socialismo. Foi importante demonstrar que tal derrocada se deu por consequência de ações externas (ação do imperialismo na “guerra fria”) e internas (política estalinista), o que levou à restauração capitalista nos antigos Estados operários. Com a queda da URSS, em

1991, o imperialismo recrudesciu suas ações e ampliou o cerco à Rússia, através da OTAN, com objetivo de acabar de vez com seu controle regional e assim submeter de vez o país que realizou a grande revolução proletária em 1917.

Este ponto de discussão levou naturalmente ao estudo do Programa de Transição, onde debatemos sobre os soviets. Alguns simpatizantes participaram e fizeram intervenções. Uma dessas intervenções foi em defesa do governo Lula e da suposta “luta contra o fascismo”. Isso obrigou a militância porista, de forma educativa, a mostrar o erro dessa análise, sem desvincular a discussão que estava sendo feita ali. A premissa básica da luta pelas reivindicações transitórias, dissemos, está na ação das massas, é ter as massas luta. Nesse sentido, é preciso avaliar se a eleição de um governo burguês de frente ampla, para substituir um governo burguês de ultradireita, conduz de alguma forma para a movimentação das massas. A constatação que temos a partir da realidade é que não. A eleição de Lula não só não colocou as massas em luta, mas tem dificultado ainda mais essa luta através da estatização dos sindicatos e movimentos populares, estudantis etc.

Discutimos que nos levantes de massa, os trabalhadores criam suas próprias formas de luta e organização. Essas formas encontram nos soviets (conselhos), canal por onde as diferentes tendências de luta, as diferentes reivindicações dos trabalhadores podem se expressar democraticamente. Por isso, não se trata de criar os conselhos de forma artificial, sem cumprir a tarefa mais elementar de todas, que é colocar as massas em movimento. Para isso, é preciso ter uma tática clara, precisa. É preciso levar um programa próprio de reivindicações, que parta das necessidades mais imediatas por emprego, salário, direitos e moradia, para fazer a ponte entre as reivindicações estratégicas, que orientam as massas em luta para a tomada do poder e construção da sociedade socialista. É nesse processo de luta que os conselhos terão seu lugar.



Intervenção da Corrente Proletária na Educação/POR na eleição de delegados para o XXVII Congresso da APEOESP

No dia 19 de agosto, realizou-se o Encontro para a eleição de delegados para o XXVII Congresso da Apeoesp. Desde o final de julho, travou-se nas escolas uma disputa entre as correntes de oposição e a direção do sindicato, entre a chapa 2 e a chapa 1, que concorreram as eleições em 26 de maio. Na avaliação que a Corrente Proletária fez sobre esse processo consta a vitória do PT, que continua na direção da Apeoesp, desde 1981, agora reforçada com a adesão de quase todas as correntes do PSOL e PCB. Agora, reproduzindo essa força da burocracia pró-governista, se empenharam para que o Congresso fosse o espelho do que se passou nas eleições de maio. Dessa forma, constituíram uma comissão estadual e comissões regionais, sob o regimento extremamente antidemocrático, já utilizado em Congressos passados, mas reforçado com a adesão das correntes que compuseram a chapa 1, entre elas a Resistência (ex-PSTU e hoje PSOL), Conspiração Socialista, PCB etc. que nos Encontros Regionais defenderam a Tese 19.

Como em Congressos passados, a forma de eleição de delegados é um acinte à democracia sindical. Isso porque a direção da Apeoesp encaminha, via correio, as atas numeradas para as escolas e algumas para as subseções, para serem usadas em caso de extravio. Como a grande maioria das escolas não recebe essas atas, conseguir uma ata numerada é como ganhar na loteria. Mas a situação calamitosa não se restringe a isso. Cada dez filiados nas escolas têm direito a um pré-delegado. No entanto, não há uma lista de filiados por escola, o que obriga as correntes de oposição a percorrer todos os períodos de funcionamento da escola e todos os dias da semana. Essa maratona já existia, o que mudou foi o deslocamento de correntes que faziam parte da Oposição Unificada para o lado da burocracia, enfraquecendo a disputa pelas atas. Após essa etapa de eleição de delegados nas escolas, é preciso passar pelo filtro do pré-congresso, que são os Encontros Regionais para eleger os delegados. Cada subseção tem direito a uma cota. Assim, novos embates ocorrem para a disputa dessa cota. Foi o que ocorreu no dia 19 de agosto.

Para os velhos e novos burocratas da Apeoesp, esse Congresso é fundamental para que haja a consolidação da política de conciliação de classes, a sedimentação legal do apoio ao governo de frente ampla de Lula, a preparação para as eleições municipais e a mudança nos estatutos do sindicato, tornando-o ainda mais antidemocrático. Evidentemente, para a concretização desses objetivos foram necessários arrastar correntes do PSOL e o PCB, na tentativa de esmagar os setores de Oposição. Algumas subseções, que no passado estavam sendo dirigidas pela Oposição Unificada, introduziram a modalidade virtual para os Encontros Regionais, como são os casos de Itaquera e Sul, reforçando os mecanismos governamentais de EaD e formação virtual, portanto, uma ação abjeta, despolitizadora.

Abaixo, publicamos a intervenção da Corrente Proletária/POR, Tese 5.

Encontro Regional da Lapa

Na subseção Oeste-Lapa, compareceram 135 professores pré-delegados, disputando a cota de 34 delegados. Na abertura do

Encontro, duas moções foram apresentadas: 1) defendida pelo POR, de reintegração dos dois companheiros operários demitidos por justa causa pela Volks. A moção fez parte de um abaixo-assinado, onde a grande maioria dos presentes assinou; 2) a moção de apoio à greve da Fatec e Fundação Paula Souza, que foi aprovada por aclamação.

Em seguida, a mesa explicou que cada tese inscrita na regional teria 10 minutos de defesa, conforme deliberação da Comissão que conferiu as atas enviadas pelas escolas. Houve uma tentativa por parte do PSOL (Resistência) de modificar o critério, limitando a 20 minutos para cada agrupamento de teses. Essa manobra se apoiou no argumento despolitizador de que as exposições das teses causaria um cansaço no plenário. Na realidade, havia uma clara intenção de não abrir um debate sobre o governo Lula/Alckmin, evitando assim a distinção entre as teses e acobertando que a Tese 19, do Fórum, é de defesa da governabilidade de Lula, portanto, da política de conciliação de classes. Essa manobra já tinha sido reprovaada pela Comissão Regional. Dessa forma, a Mesa realizou o sorteio das apresentações. Pela Oposição (Chapa 2), foram defendidas as teses 3, 4, 5, 8 e 12. Pela situação (Chapa 1), as teses 1 e 19.

Após as defesas, a Chapa 1 obteve 80 votos, com direito a 21 delegados; a Chapa 2, 50 votos, 13 delegados. Cabe ressaltar que a Chapa 1 contou com 29 aposentados inscritos. Reproduzindo a velha tática da burocracia, a exemplo da subseção dirigida pelo burocrata Guido, que arregimenta aposentados para obter a maioria. Isso por que 1 aposentado equivale a 10 professores eleitos nas escolas. Entre os 13 delegados da Chapa 2, de acordo com o número de pré-delegados de cada tese, a Tese 12, do PSTU, ficou com 5; a Tese 5, do POR, 5; a Tese 3, da Esquerda Marxista, 2; e a Tese 4, da CST, 1 delegado. As três suplências: 1 PSTU, 1 POR e 1 Esquerda Marxista. Cabe ressaltar que à defesa da Tese 8, feita pelo militante da LOI, coube uma suplência, em função de não ter pré-delegados no plenário, mas o militante recusou.

A Corrente Proletária, Tese 5, ressaltou em sua exposição o rechaço à política de conciliação de classe e pela defesa da democracia operária. Destacamos alguns pontos:

1. Na conjuntura internacional, destacou os impactos da guerra da Ucrânia, que já dura 18 meses por responsabilidade dos EUA e aliados, sobre a vida dos trabalhadores do mundo e do Brasil, e a tarefa da classe operária para colocar fim à guerra. Apontou, também, a necessidade dos trabalhadores apoiarem todos os mo-

Balancão das eleições na APEOESP (2023)

A Oposição Unificada Combativa - Chapa 2 obteve uma importante vitória política diante da chapa governista do PT e aliados, inclusive setores que eram da Oposição e capitularam à Chapa !!

LANÇAMENTO!
Adquira já com o distribuidor do Massas por apenas R\$ 5,00



vimentos de resistência, que eclodem contra a exploração do capitalismo;

2. Na conjuntura nacional, caracterizou o governo de Lula como burguês de frente ampla, voltado a atender os interesses das oligarquias nacionais e do imperialismo. Ressaltando o contínuo das contrarreformas e a rejeição em revogar as reformas trabalhista e previdenciária; a lei da terceirização e o Novo Ensino Médio. Que é preciso rejeitar que se trata de um governo “em disputa”, como justificam as teses embocadas na Chapa 1, mas um governo de continuidade das reformas antioperárias e antipopulares. Mostrou que a ultradireita não se derrotará com os métodos da democracia burguesa, mas sim com os da luta de classes. E a importância dos sindicatos e centrais aprovarem um programa próprio de reivindicações e a organização dos trabalhadores para defendê-lo nas ruas;

3. Na conjuntura estadual, enfatizou o caráter de classe do governo Tarcísio de Freitas, como da direita bolsonarista. Que é um governo privatista, entregando as estatais (Sabesp, Metrô, Porto de Santos) e ampliando as terceirizações nos serviços públicos. Concluiu ressaltando a importância de organizar a classe com seus métodos pra enfrentar os governantes;

4. Sobre a educação, defendeu a posição proletária de um sistema único de ensino, público, gratuito, para todos e em todos os níveis, vinculado à produção social. Defendeu, ainda, a estatização de toda a rede de ensino privada sem indenização.

Encontro Regional de Salto

O Encontro Regional da Subseção de Salto foi realizado no dia 19 de agosto. Foram apresentadas duas teses: a tese 19, Tese do Fórum – Chapa 1, assinada por várias correntes do PSOL e coletivos; e a tese 5, da Corrente Proletária na Educação/POR.

O expositor da Tese 5 fez um resumo dos pontos contidos no documento, destacando a guerra na Ucrânia como de dominação, a caracterização do governo Lula como de frente ampla, a defesa da independência de classe dos sindicatos diante do governo e a luta pela democracia operária em todas as instâncias do sindicato. Levantou as reivindicações que unificam os explorados e o método próprio dos trabalhadores. E a necessidade de aprovar a bandeira de oposição revolucionária ao governo Lula.

A Corrente Proletária apresentou a proposta do critério da proporcionalidade, sem o corte, que foi aprovada por unanimidade. Assim, a Tese 5 obteve 10% dos votos, que lhe deu direito a 1 delegado ao Congresso da Apeoesp.

Encontro Regional de Itaquera

Encontro de pré-delegados virtual esteve na contramão das necessidades do professorado

A subseção de Itaquera sempre foi de oposição. Mas, nas últimas eleições da Apeoesp, as correntes majoritárias “Escola na Luta, Conspiração Socialista, Caravana da Educação, TLS”, que fazem parte do PSOL, decidiram ingressar e apoiar a chapa 1, da burocracia do PT. Agora, para o Congresso, se agruparam na Tese 19, do Fórum. Para surpresa dos professores da região, introduziram a modalidade virtual para a realização do Encontro de pré-delegados. Lembremos que, na primeira reunião do CR, essas mesmas correntes do PSOL propuseram que o Encontro fosse presencial. Certamente, pesava sobre essas correntes do PSOL a avaliação negativa das eleições para a diretoria do sindicato dos trabalhadores da educação (Sinpeem), que tinha sido virtual e a fraude foi escancarada. Parte dos professores dessas correntes fizeram parte da

chapa de oposição que combateu a eleição virtual e também fazem parte da subseção de Itaquera. O que trouxe muita indignação dos professores, por criticar e depois apoiar a farsa do virtual.

A Corrente Proletária combateu a decisão da direção de Itaquera e reafirmou a importância de realizar o Encontro presencial, para que os pré-delegados pudessem participar e questionar as Teses, bem como a manutenção dos critérios burocráticos de eleição nas escolas e depois o filtro do Encontro Regional. A subseção de Itaquera tem direito apenas a 41 delegados. Diante dessa situação, a Corrente Proletária solicitou a chave da subseção para que no dia do Encontro pudesse reunir seus pré-delegados e discutir as Teses. No entanto, a direção negou o empréstimo da chave, certamente, para inviabilizar a tentativa de reunir professores contrários à modalidade virtual. Durante a eleição de pré-delegados nas escolas, a Corrente Proletária mostrou o caráter antidemocrático e despoliticizador do Encontro virtual. Entre os argumentos, destacou que a forma virtual privilegia o individual (o professor) e não o conjunto de professores que intervém no Encontro presencial, sem dizer que somente uma parcela consegue ter acesso à plataforma.

A direção da subseção foi além. Depois de impor o Encontro virtual determinou a exigência de 20% dos pré-delegados para ter direito a delegados. Apoiou no instrumento burocrático da CUT, que no passado recente combateu, para aferir os 41 delegados. Isso para impedir que a Corrente Proletária, única corrente de oposição na região, tivesse direito a delegados.

No dia do Encontro, ocorreu o que já se previa. Vários pré-delegados não tiveram acesso à plataforma, que limitou a participação de cerca de 100 pessoas. Diante dessa situação, a Corrente Proletária pediu a suspensão do Encontro e sua realização presencial. O clima de desconfiança estava instalado. Mas, mesmo assim foi mantido. Para remendar, os dirigentes da subseção propuseram uma reunião extraordinária, no dia 21, para apresentar o resultado da votação virtual e a conferência das atas das eleições nas escolas. O fato é que queriam legitimar o processo antidemocrático.

A Corrente Proletária fez um recurso à Comissão Estadual do Congresso, exigindo a anulação do Encontro virtual e realização do Encontro presencial. A partir daí, a direção da subseção, na reunião extraordinária, reconheceu que a Corrente Proletária obteve os 20%, o que lhe daria o direito a delegados. Sem condições de conferir ata a uma reunião, a Corrente Proletária aceitou os 5 delegados ao Congresso.

Esse balanço, que precisou ser mais detalhado, mostra a luta da Corrente Proletária contra a burocracia que se instalou na subseção de Itaquera. Luta essa que trava contra a direção da Apeoesp, que cada vez mais cria critérios impeditivos de participação dos professores ao Congresso.

O combate às posições burocráticas, ao sindicalismo de aparato e a todas as formas que impedem a democracia sindical implica o fortalecimento da fração revolucionária desde as escolas. Nesse sentido, a Corrente Proletária vem trabalhando para constituir essa fração classista, democrática e de luta.

Encontro Regional de Itapeçerica da Serra

O Encontro ocorreu no plenário da Câmara Municipal de Itapeçerica da Serra. Compareceram presencialmente 48 pré-delegados, e 2 pelo formato virtual. A Subseção é dirigida majoritariamente pelas correntes Unidos Pra Lutar, Frente de Oposição Socialista (FOS) e Apeoesp na Escola e na Luta (Analu), as quais estiveram unidas na Chapa 1 na última eleição sindical – vale lembrar que eram correntes políticas que compunham, no passado, a oposição na Apeoesp, tendo capitulado na disputa atual. As duas primeiras (Unidos/FOS) assinaram conjuntamente a Tese 11, à qual acabou se

juntando a Analu/Tese 19. Na Oposição, compareceram unidas as mesmas correntes que disputaram a última eleição como Chapa 2 na Regional, a Corrente Proletária na Educação/POR (que assinou a Tese 5), o Grupo Operário Internacionalista (GOI, da Tese 18) e independentes.

Encerradas as apresentações, passou-se, então, à votação das Teses, com o seguinte resultado: 35 votos para a Tese 11, correspondendo a 13 delegados, mais 2 delegados aposentados; 11 votos para a fusão das teses 5 e 18, dando direito a 4 delegados; a Tese 1 recebeu 3 votos, sem conseguir atingir o corte de 10%, ficando sem direito a delegados. Houve uma abstenção.

Assim como ocorreu nas eleições de maio, o fato de a Oposição ter conseguido manter-se coesa, sustentar o combate à burocracia sindical, em choque com as correntes que bandearam para o lado da direção corrompida da Apeoesp, e ainda eleger 4 delegados, representa uma vitória política, a despeito de ter ficado em minoria. O bloco Unidos-FOS-Analu tentou se diferenciar da direção petista, da Chapa 1. Está tentando reconquistar um terreno perdido, se reabilitar diante da base de professores na região. Sem uma auto-crítica profunda e a correção na prática, dificilmente convencerá o professorado de que o apoio e a participação na chapa da Maria Izabel/PT foi uma questão "tática".

As tarefas da oposição, no entanto, são muitas. Em termos percentuais, o desempenho da oposição foi pior nessa eleição de delegados em comparação com a eleição da Diretoria. Mas, essa diferença se explica pelo fato de que pesa mais na escolha dos pré-delegados a influência pessoal (militantes antigos, conhecidos na região), enquanto a disputa por chapas para a eleição da Diretoria minimizou esse fator. Essa constatação reforça a importância da ampliação do trabalho de base, das visitas às escolas pela militância oposicionista. É preciso ganhar mais simpatizantes, aumentar a propaganda e enraizar a linha de defesa da independência de classe e da democracia operária. O primeiro passo é fazer um bom trabalho conjunto durante o próprio Congresso; depois, fazer um balanço rigoroso da atuação e começar a enfrentar os desafios apontados acima. O terreno é fértil para o crescimento da Oposição, visto que a atual direção e seus aliados, grande parte do PSOL e o PCB, continuarão submetidos à política conciliadora do reformismo/centrismo, enquanto a crise do capitalismo continuará se impondo, forçando os governos a infligirem mais ataques sobre o funcionalismo e os explorados em geral. O movimento oposicionista terá de se apoiar na revolta instintiva dos trabalhadores e juventude oprimida, atuando no sentido de transformar essas explosões, além do descontentamento represso, em ação coletiva, massiva, radicalizada e organizada.

Nesta edição:

- **Manifesto do CERQUI:** 83 anos do assassinato de Leon Trotsky
- **Encontro Internacional Leon Trotsky:** Pronunciamento do POR / Texto base para o pronunciamento
- **Argentina:** Três candidatos do imperialismo disputarão a presidência do país / Recuo eleitoral do centrismo
- **Chile:** 50 anos após a instalação do governo de ditadura cívico-militar
- **Trotsky:** A guerra contra o ocidente

Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional




Declaração do

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui)

15 de Agosto de 2023

83 anos do assassinato de Leon Trotsky
Todo empenho em superar a crise de direção!

A guerra na Ucrânia e escalada militar no Indo-Pacífico expressam, desgraçadamente, a premissa básica que introduz o Programa de Transição, da IV Internacional, aprovado em setembro de 1938. Eis: "A situação política mundial no seu conjunto caracteriza-se, antes de mais nada, pela crise histórica da direção do proletariado." Em 1939, se inicia a Segunda Guerra Mundial. Partindo da necessidade de superar a crise de direção, o Programa prevê: "Na verdade, a burguesia dá-se conta do perigo que uma nova guerra representa para a sua dominação. Mas é atualmente infi-

nitamente menos capaz de evitar a guerra do que na véspera de 1914." E conclui: "Os requisitos objetivos da revolução proletária não só estão maduros, como começaram mesmo já a apodrecer. Sem a revolução social, no próximo período histórico, toda a civilização humana está ameaçada de ser arrastada para uma catástrofe. Tudo depende do proletariado, e antes de tudo, da sua vanguarda revolucionária. A crise histórica da humanidade reduz-se à crise da direção revolucionária."

A Revolução Chinesa, que levou o proletariado ao poder em 1949, confirmou a potencialidade das revoluções sociais que se gestaram em meio à guerra. O imperialismo norte-americano teve de impulsionar a guerra civil na Coreia e dividir o povo coreano, para que a revolução fosse estancada na região. A derrubada da velha ordem no Leste Europeu contrariou os objetivos da aliança imperialista vencedora, em particular os dos Estados Unidos. Os levantes nas colônias, por sua vez, se projetaram como consequências da guerra e da nova partilha do mundo.

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ocupou um lugar fundamental para a derrota de Hitler e seus aliados fascistas. Os sacrifícios do povo russo e do Exército Vermelho foram os mais elevados em uma guerra provocada pelas potências imperialistas. Mas, o acordo de paz concluiu com uma nova partilha do mundo, sob a hegemonia dos Estados Unidos. Como desfecho, o imperialismo norte-americano fez o teste com a bomba atômica, quando o Japão já estava arruinado e sem capacidade de continuar a guerra. A experiência em Hiroshima e Nagasaki assinalou a que ponto poderia chegar o capitalismo esgotado historicamente e em decomposição. O nazifascismo com sua poderosa parafernália militar e a democracia imperialista armada com a bomba atômica levaram a humanidade à beira de um profundo precipício, como previa o Programa de Transição.

Como aliada das potências vencedoras, a URSS acabou tomando parte da partilha que passaria a ser regida pelos Estados Unidos, que ganharam muito com a guerra, saindo praticamente ilesos, se comparados com a Europa e o Japão transformados em escombros, e que passaram a chefiar uma nova ordem mundial. A criação da OTAN em 1949 indicou a preparação para uma nova conflagração. Como parte da reconstrução econômica da Europa e do Japão, os Estados Unidos edificaram um braço armado – a OTAN – como suposta garantia da paz de Yalta, de fevereiro de 1945, voltada a manter a nova ordem mundial, que se erguia sob seu império. Na realidade, as forças do imperialismo se concentraram em torno à nova potência ocidental, para reagir às revoluções, reorganizar o domínio imperialista sobre os continentes, e, nesse movimento, combater a URSS e a China, que recém vencera os colonizadores e adentrava ao processo de transição do capitalismo ao socialismo, iniciado com a Revolução Russa.

A Guerra Fria foi uma reação imediata da aliança imperialista, com o fim da guerra, ao fortalecimento da URSS, à expropriação da burguesia no Leste Europeu, ao avanço da revolução social na China e à emergência dos movimentos nacionalistas contra o colonialismo e a opressão nacional. A divisão interimperialista que levou à Segunda Guerra postergou a união das potências para cumprir o objetivo de derrubar a URSS, liquidar as conquistas do proletariado revolucionário e interromper a transição do capitalismo ao socialismo. As relações mundiais de dominação capitalista não podiam coexistir indefinidamente com as novas relações de produção socialistas, ainda que embrionárias. Enquanto a URSS se mantivesse em pé, a imensa e rica região da Eurásia manteria a sua independência imposta por meio da luta de classes, e os perigos da revolução mundial estariam presentes. A Guerra Fria, na realidade, foi concebida para um futuro confronto militar do imperialismo com a URSS. De forma que a OTAN jamais teve a função de prevenção, autodefesa e manutenção de uma “coexistência pacífica”.

A reconstrução das forças produtivas, depois de sua massiva destruição no pós-guerra, organizada pelos Estados Unidos, assentou um período em que as potências puderam cercar economicamente a URSS, os seus satélites do Leste Europeu e a China. O imperialismo aproveitou as novas condições políticas para consolidar a OTAN e recrudescer a Guerra Fria. Nesse marco, emergem novos aspectos da crise de direção, reconhecida no Programa de Transição. Dos Processos de Moscou da década de 1930 ao assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940, a ditadura burocrática

de Stalin saltou para a liquidação organizativa da III Internacional em junho de 1943. Organizativa, porque já a havia degenerado e liquidado programaticamente sob o revisionismo do marxismo-leninismo.

A URSS saiu fortalecida da guerra, mas graças às contradições do próprio capitalismo e às divisões interimperialistas, e não à posição programática e à ação política da burocracia estalinista. O aspecto histórico de maior importância se encontra na constatação de que a ditadura burocrática se firmou e se fortaleceu como instrumento das forças restauracionistas, contrárias às da revolução mundial.

A IV Internacional emergiu na contracorrente dos acontecimentos, e foi duramente atingida pelo assassinato de Trotsky. Não se tratou simplesmente da eliminação de um dirigente de alto nível, mas de um dirigente que encarnou a luta de morte e vida ao revisionismo estalinista, à contrarrevolução termidoriana e à restauração capitalista. Era fundamental na guerra de classes destruir a IV Internacional, tendo sido prevista pelo estalinismo a possibilidade de liquidar a III Internacional. A IV Internacional encarnava a continuidade das conquistas revolucionárias da Revolução Russa e as melhores experiências do combate mundial do proletariado ao capitalismo da época imperialista. Mas, distintamente da origem da III Internacional, inclusive em relação à I e II Internacionais, a fundação da IV Internacional se impôs nas condições mundiais de ascensão do fascismo, de preparação do imperialismo para a Segunda Guerra e de desarme ideológico, político e organizativo do proletariado, pela ação revisionista do estalinismo e pela repressão sangüinária à Oposição de Esquerda Russa, que levou aos Processos de Moscou, à destruição de toda direção bolchevique e ao assassinato de Trotsky.

As divisões entre as potências imperialistas jamais poderão ser superadas. Mas, podem ser administradas e reorientadas em determinados momentos históricos. A partilha do mundo após a Segunda Guerra, a reconstrução econômica, a adaptação das direções sindicais e políticas aos governos e a expansão da OTAN permitiram aos Estados Unidos manterem a aliança imperialista vencedora e incorporar a aliança derrotada de forma a potencializar a Guerra Fria e a recuperar o terreno perdido para as revoluções. A orientação da burocracia do Kremlin à procura da “coexistência pacífica” com as potências e a ilusória possibilidade de construir o “socialismo em um só país”, bem como a divisão sino-soviética, em cuja base se encontrava a negação do internacionalismo proletário, ajudaram imensamente o imperialismo norte-americano a manter unidas as frações capitalistas em seu objetivo de derrubar a URSS e reincorporar a China em sua órbita de domínio. É com esse conteúdo e sentido histórico que se manifesta a crise de direção após a Segunda Guerra.

A IV Internacional foi varrida organizativamente pelo revisionismo interno, nos anos de 1950 e 1960, em cuja direção se manifestou toda incompreensão do lugar do estalinismo na restauração capitalista e, portanto, dos fundamentos do Programa de Transição. Sem que suas seções tivessem se organizado no seio do proletariado, desenvolvendo o programa da revolução internacional, segundo as particularidades nacionais, a direção herdeira da obra de Trotsky e, portanto, da Oposição de Esquerda, sucumbiu às pressões mundiais do imperialismo e das contradições expressas na impotência do estalinismo diante do cerco que se montava à URSS, fundamentalmente. É nesse âmbito que se isolaram as experiências e formulações do marxismo-leninismo-trotskyismo na Bolívia, encarnadas pelo Partido Operário Revolucionário (POR). E se facilitaram as influências nefastas da burocracia soviética sobre a Revolução Cubana.

A derrocada da URSS e o avanço geral da restauração capitalista refletem a responsabilidade do estalinismo em destruir a III Internacional, trair os processos revolucionários em toda parte e,

assim, respeitar a partilha do mundo, ditada pelos Estados Unidos e Inglaterra, levantando a bandeira da coexistência pacífica com o imperialismo.

Nestes 83 anos do assassinato de Trotsky, a vanguarda com consciência de classe se defronta com uma mudança qualitativa da situação mundial, cujo marco se encontra na derrubada da URSS em dezembro de 1991 pelas forças restauracionistas internas e externas. Os conflitos que se aprofundaram e as guerras civis que eclodiram entre as ex-repúblicas soviéticas são conseqüências do processo de restauração em sua fase mais aguda e do esgotamento das relações mundiais após a Segunda Guerra.

A decomposição política que tomou conta da Ucrânia, o triunfo da oligarquia pró-União Europeia, a guerra civil e, finalmente, a invasão das tropas russas refletem o longo processo de restauração capitalista e do cerco econômico e militar do imperialismo, que necessita se apossar de toda a região anteriormente controlada pela URSS e submeter a Rússia aos interesses mundiais das potências. No Indo-Pacífico, a guerra comercial toma a forma de escaldada militar. A OTAN se potenciou com a política estratégica dos Estados Unidos, de fazerem da Ucrânia um peão contra a Rússia, e do seu povo, bucha de canhão.

A raiz da guerra de dominação se encontra no capitalismo em decomposição e no esgotamento da ordem estabelecida pela partilha da Segunda Guerra. Mas, é fundamental reconhecer o processo de restauração que levou à queda da URSS e a necessidade imperiosa da Rússia de não perder o controle da ex-repúblicas soviéticas, sendo para isso obrigada a recorrer à opressão nacional.

Essas contradições não devem obscurecer que somente o proletariado, com seu programa da revolução social e com sua orientação internacionalista, pode reagir por meio da luta de classes e derrotar a ofensiva do imperialismo, que caminha a desencadear uma conflagração generalizada, porta para uma Terceira Guerra

Mundial. Evidentemente, as direções sindicais e políticas, serviçais de seus governos, têm conseguido sustentar o atraso dos explorados em se unir pelo fim da guerra e por uma paz sem anexação, e sem nenhuma imposição da aliança imperialista. Essa poderosa trava expõe à luz do dia as condições materiais da revolução socialista e da profunda crise de direção.

O Programa de Transição é a arma com que a vanguarda consciente das leis da história, que levará à superação da sociedade de classes pela sociedade comunista, luta para resolver a crise de direção, recuperar o terreno perdido para a contrarrevolução restauracionista e unir o proletariado de todas as latitudes em torno à revolução social. Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, essa é a bandeira que guia o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) nesse mar revolto, agitado pela guerra na Ucrânia, pela escalada militar no Indo-Pacífico, pelas guerras civis no Oriente Médio, na África, alimentadas pelas potências imperialista, pelas contrarreformas capitalistas e pelo avanço do desemprego, do subemprego, da pobreza, da miséria e da fome.

Trotsky foi assassinado a mando de Stalin por combater em defesa da URSS e contra a restauração capitalista. O estalinismo se desmoronou servindo aos objetivos do imperialismo. Trotsky teve inteira razão em organizar a Oposição de Esquerda sob o programa da revolução política. Trotsky vive no Programa de Transição! Lutemos com as armas do marxismo-leninismo-trotskyismo para resolver a crise de direção.

Vida eterna a Leon Trotsky!

Todo empenho em assimilar e aplicar o Programa de Transição!

Pela reconstrução da IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista!

2º Encontro Internacional Leon Trotsky

O Encontro foi promovido pelo Comitê Mário Pedrosa. A mesa da qual o POR participou teve como questão "As tarefas do trotskismo no Brasil hoje". Abaixo publicamos a transcrição da exposição e da conclusão.

Pronunciamento do Partido Operário Revolucionário (POR)

Agradeço em nome do POR e do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional, a possibilidade de fazer uma referência sobre o assassinato de Leon Trotsky, que certamente foi um assassinato político dos mais graves na história do capitalismo. Não se assassinou apenas um homem, se procurou assassinar um programa, se procurou destruir uma ideia, se procurou liquidar a oposição marxista às forças restauracionistas do estalinismo que se despontaram desde 1923.

Todo acontecimento que diz respeito a Trotsky merece todo cuidado, merece um preparo rigoroso. Quando eu vi que estava na mesa sobre as tarefas dos trotskistas hoje, fiquei contente porque se trata de uma mesa que não permite academicismos, porque o academicismo se utiliza muito do trotskismo. É um terreno em que se pode falar muito e se praticar pouco, e se realizar pouco.

Esta mesa está composta por correntes políticas que se reivindicam do trotskismo. E há muita dúvida quem é trotskista. Como caracterizar-se como trotskista, por que é que estamos tão divididos? Porque justamente numa mesa que vai tratar um dos maiores problemas da história, que foi a destruição de um dirigente da Revolução Russa, um dirigente da Oposição de Esquerda russa, um dirigente da Oposição de Esquerda internacional e um dirigente que levou à constituição da Quarta Internacional. Isso tem uma importância transcendental hoje, por isso achei que era uma mesa muito importante. Mas sabia também que esta mesa poderia derivar em discussões etéreas entre as correntes. Não se trata disso, o POR não tem interesse algum em fazer o balanço de qualquer uma das correntes aqui presentes. Nós só temos interesse em apresentar quais são as tarefas de fato do trotskismo. É isso que eu me propus a fazer nesta noite.

CONTINUA →



O que caracteriza o momento é a profunda crise do capitalismo, a sua decomposição, de um lado, e uma crise de direção extraordinária, de outro. Essa é a discussão. Essa também foi a discussão quando em uma Conferência se aprovou o Programa de Transição, no início de setembro de 1938. Então o Programa de Transição inicia justamente com a formulação do grande problema que a Oposição de Esquerda enfrentava, que a Quarta Internacional que nascia enfrentava, que era a grave crise de direção. E o Programa de Transição conclui em sua introdução que a crise da humanidade naquele momento se reduziu à crise de direção do proletariado. E nós estamos, ainda hoje, diante de uma profunda crise de direção. E qual é a responsabilidade das correntes que se reivindicam do trotskismo diante da crise de direção? De onde vem essa fragmentação enorme das correntes? Vem do próprio revisionismo no interior do trotskismo. Todos aqui conhecem a revisão que se gestou na direção da Quarta Internacional em meados de 1950, que vai se agravar já em meados de 1960, em consequência, a Quarta Internacional se espatifou, se fragmentou e, até hoje, existe uma grande fragmentação de correntes que se reivindicam do trotskismo.

Agora, essa fragmentação nasceu do revisionismo no interior do trotskismo. E o fundamental do revisionismo diz respeito à direção da Quarta que não foi capaz de compreender toda a luta da Oposição de Esquerda contra o estalinismo. Incapaz de compreender o Programa de Transição, como aplicá-lo na realidade particular de cada país, construir as seções da Quarta Internacional e, sobretudo, incapaz de compreender o lugar do estalinismo na Segunda Guerra Mundial e posterior a ela. Justamente a impotência dessa direção em responder ao problema da guerra - da Segunda Guerra - levou à desintegração da Quarta Internacional. Todos aqui conhecem a história de Michel Pablo, do pablismo, que minou por dentro a direção da Quarta Internacional, e a incapacidade da fração opositora de manter funcionando a Quarta Internacional. Então vejam, que a crise de direção é o grande problema que está em nossas mãos.

A que se reduz a crise de direção? Precisamente, à ausência de partidos marxistas-leninistas-trotskistas implantados no proletariado. Essa é nossa compreensão, da qual decorre a tarefa estratégica. Como implantar-se no proletariado aplicando o Programa de Transição, em nosso país, no Brasil, na América Latina e, enfim, no mundo, nas condições de profundo retrocesso provocado, em particular, pela ação restauracionista do estalinismo que levou à liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A derrocada da URSS em 1991, em dezembro de 1991, indicou uma mudança qualitativa na situação mundial. E essa mudança qualitativa correspondeu à vitória da contrarrevolução imperialista, que se serviu da burocracia estalinista para levar à derrocada da maior obra do proletariado mundial, que foi a criação da URSS. Então, as relações mundiais passaram a ser caracterizadas, por um lado, pelo processo de decadência do capitalismo. Assim, que se passaram os primeiros momentos da recuperação das forças produtivas após a Segunda Guerra Mundial, o imperialismo entrou em profunda crise, já na década de 1970, isso de um lado, e o avanço da restauração capitalista, de outro.

Se não se entende a gravidade da restauração capitalista não se pode ser trotskista, porque o que destaca Trotsky na história é que deu continuidade ao leninismo. Por isso que o POR se reivindica marxista-leninista-trotskista. A continuidade do leninismo, através do trotskismo, era a única possibilidade de evitar que o processo de decomposição do Partido Comunista na Rússia e o processo de burocratização do governo operário, do Estado Operário levassem à restauração. A grande luta do trotskismo foi contra a restauração capitalista. Vejam, Trotsky liderou um movimento sob uma perseguição sanguinária, sob uma sanha sanguinária que poucas lideranças na história sofreram. Justamente nas condições de um processo de destruição de toda antiga direção do Partido Bolchevique é que se desenvolve a luta da Oposição de Esquerda. Essa destruição teve uma importância profunda na história do

capitalismo e na história da humanidade, porque, como Trotsky analisava e prognosticava - não se fazia análise sem prognóstico, todas as formulações de Trotsky, em grande medida estava vinculada a um prognóstico: ou se derrotava a burocracia estalinista - uma força burocrática assentada nas conquistas revolucionárias do proletariado -, que era revisionista, que substituiu o internacionalismo pela falsa teoria do socialismo num só país; ou restauração capitalista se imporia, cedo ou tarde.

E como Trotsky analisa essa situação? Analisa a partir da constatação de que se vivia uma profunda crise de direção, e levantar a Quarta Internacional, nessas condições, era uma tarefa que se fazia na contracorrente dos acontecimentos. Na situação em que o imperialismo passava a enfrentar uma nova crise mundial, de aproximação da Segunda Guerra, a classe operária se desorganizava pela ação do reformismo socialdemocrata e pela ação do estalinismo - eliminava-se partido bolchevique na URSS e impunham-se traições aos levantes e revoluções - sendo assim a Quarta Internacional embrionária não tinha como cumprir a mesma tarefa que cumpriu a Terceira Internacional que nasceu impulsionada pela revolução. Pois foi justamente nas condições de contrarrevolução, das tendências mais profundas da contrarrevolução, que nasceu a Quarta Internacional.

Quantas vezes a direção do Partido Comunista alemão, nomeadamente Thälmann, acusou o trotskismo e Trotsky de sectarismo. Quantas vezes disseram que os trotskistas não sabiam utilizar a correlação de forças. O problema é que a correlação de forças não é subjetiva, mas objetiva. Não depende da subjetividade, que age em última instância, por meio do partido. Depende das condições econômicas e depende das condições da classe operária, de sua organização. E hoje estamos na contracorrente da mesma forma e em pior situação, porque na época da fundação da Quarta se estava lutando para preservar o processo de transição do capitalismo ao socialismo, se lutava por isso. Hoje, lutamos por que camaradas? Lutamos para retomar o processo de transição do capitalismo ao socialismo, é por isso que lutamos. E se há uma tarefa a ser feita, se há uma tarefa a ser discutida profundamente, é a reconstrução da Quarta Internacional.

Não se pode ser trotskista, se não se trabalha pela reconstrução da Quarta Internacional. Não se pode ser trotskista, se o Programa de Transição sirva apenas como um livro para comentar em tempos de debates e de festas. Não! O Programa de Transição é uma arma do proletariado. É a arma que os revisionistas do trotskismo não foram capazes de manchar. A Terceira Internacional começou a ser liquidada não organizativamente, começou a ser liquidada em seu programa. O estalinismo começou a liquidá-la desde o Quinto Congresso (julho de 1924) e vai liquidá-la, finalmente, no Sétimo Congresso (agosto de 1935) o programa dos Quatro Primeiros Congressos da Terceira Internacional, para depois, em 1943, liquidá-la organizativamente, dissolvendo-a por uma simples resolução expedida pela camarilha dirigente, entregando, portanto, a Terceira Internacional ao imperialismo.

A Quarta Internacional não sofreu esse processo, e nem poderia sofrer, porque não chegou a se implantar nas massas, no proletariado. E por isso, a Quarta vive no Programa de Transição. Para se dizer trotskista, que constrói o Partido Revolucionário tem de ter o programa em seu país. E concluo aqui com uma ideia de que o POR do Brasil pertence ao Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional, junto ao POR da Bolívia. E o POR da Bolívia sempre esteve à margem dessa crise toda que se passou na direção da Quarta Internacional. Os pablistas, os mandelistas, os morenistas e as várias tendências que desses troncos se desprenderam, e dentro dessas tendências existem muitas tendências, são responsáveis pelo revisionismo. As inúmeras tendências que fragmentam o trotskismo são o resultado de um revisionismo que vem lá de trás. E, por isso, defender a obra de Trotsky, saudar todo o esforço, todo empenho, toda dedicação de vida à revolução

mundial, à revolução proletária, que é o que temos de fazer, não só diante do momento de seu assassinato, mas diariamente. Cumprir essa tarefa exige que construamos o partido com seu programa. Esse tem sido todo o esforço do POR do Brasil que nasceu 1989, essa foi a primeira tarefa que passou a cumprir. Em nossos primeiros contatos com Guillermo Lora, ouvimos “você têm de estabelecer o programa da revolução social no Brasil”, “tem que se armar com o programa”. A questão estava em armar-se com o programa. Se não armássemos o POR com o programa, não poderíamos estar à altura da tarefa de superar a crise de direção, que é a de reconstruir a Quarta Internacional.

Eu me limito a esse tema. Poderia entrar na questão do PT, poderia entrar na questão eleitoral, poderia entrar na questão de como o PSOL faz parte do governo burguês de Lula, poderia entrar na questão como o PSTU votou no segundo turno no candidato Lula, poderia entrar em todas essas questões, mas acho que essas questões neste momento e nesta mesa não vão responder à questão fundamental: qual é o trabalho para superar a crise de direção, que é profunda no momento em que a guerra na Ucrânia e o cerco econômico do imperialismo à China estão criando uma predisposição para uma Terceira Guerra Mundial. Essa é a compreensão mais profunda que nós devemos ter para este momento, portanto concluo com a ideia de que a tarefa dos trotskistas é a de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a Quarta Internacional. Isto pode parecer uma abstração, no entanto, é exatamente a tarefa que expressa as leis da história, que não só caminha em avanços, mas também em recuos. Nós estamos agora, em um momento da lei da história em se que provocou um grande recuo, mas, certamente o proletariado, que é a classe revolucionária por excelência, com a sua capacidade social recuperará o terreno perdido para a contrarrevolução. Isto está na mão do marxismo-leninismo-trotskismo, e de nenhuma outra. Obrigada.

Resposta conclusiva

Essa discussão está evidenciando a crise de direção. Isto aqui é um retrato, como afirmei na exposição, a crise de direção tem a ver com o revisionismo que dissolveu a Quarta Internacional. Parte das correntes aqui, talvez a maioria, é fruto da divisão do morenismo. Talvez o POR seja o único que está à margem desse estilhaçamento, porque o POR da Bolívia não fez parte dessa crise, ao contrário. Na luta na Bolívia o POR enfrentou o pablismo, sofreu duas divisões por causa do pablismo, ligada à revolução de 1952 e à Assembleia Popular em 1971.

Eu insisti que a tarefa dos trotskistas é a de lutar pela reconstrução da Quarta Internacional, e não ouvi nenhum pronunciamento sobre essa questão. Cada corrente procura se formar nos países como se fossem núcleos, satélites, de uma central e a Quarta Internacional não tem nada a ver, o internacionalismo não tem nada a ver com esse tipo de construção. Essa é a primeira consideração.

A segunda: é muito importante a formulação sobre as tendências direitistas e fascizante, porque ela é real, mas é preciso entender que nenhuma política burguesa ou pequeno-burguesa vai derrotar as tendências fascistas. Nenhum governo burguês por mais democratizante que seja vai enfrentar as tendências fascistas. E por quê? Porque o fascismo é fruto da falência da democracia burguesa. Isso é historicamente comprovado. Nós vivemos uma etapa de desagregação das democracias burguesas. Vejam a crise nos EUA. Vejam o que acabou de acontecer no Chile. A esquerda foi toda atrás do impostor Boric, e Boric deu um tapa na cara de todo mundo. Está na questão da guerra na Ucrânia apoiando a intervenção da OTAN. Vejam na Colômbia. A eleição de um governo de esquerda, ex-guerrilheiro, e que se mostra pró norte-americano. Vejam a falência dos governos reformistas. E por quê? Porque é impossível reformar o capitalismo. Todas as variantes do reformis-

mo, do nacional-reformismo, fracassam, permitem e facilitam a emergência das tendências fascizantes da burguesia, das ditaduras.

Se não se equacionam as crises capitalistas pelos métodos da democracia burguesa, a burguesia recorre aos métodos fascistas. Isto devido ao temor da classe operária. A classe operária está extremamente retraída no Brasil e no mundo. Vocês já viram um período de tanto ataque à classe operária como tivemos e estamos tendo? As contrarreformas, a contrarreforma trabalhista, a contrarreforma da previdência, e, agora, as contrarreformas no governo Lula são de continuidade, continuam no governo Lula. Do ponto de vista das contrarreformas, é a continuidade justamente das de Temer e Bolsonaro. Não se consegue distinguir o governo Lula do ponto de vista econômico. Distinguir o governo Lula do ponto de vista dos valores, da opressão sobre os homossexuais, do aborto, do lugar das igrejas na política, por aí encontramos as distinções. Mas, do ponto de vista de como responder aos problemas da classe operária, como os da terceirização, da informalização, do subemprego etc., que é por onde a classe operária vai se levantar, o governo de frente ampla montado por Lula não faz senão seguir as pegadas dos governos de direita e ultradireita. A classe operária não vai se levantar porque dizemos que somos antifascistas. A classe operária vai se levantar contra o fascismo, se o seu programa estiver em questão, se ela estiver lutando por suas reivindicações.

Vejam o fechamento de fábricas, como o da Ford, da LG. Vejam a destruição de milhares de postos de trabalhos, sem nenhuma reação. O que a burocracia sindical tem feito? Assinado acordos de PDV, acordos de demissão, e todo mundo está correndo atrás de eleição, achando que vai eleger um governo antifascista. Ora, esse é uma discussão, se alguém fala em caracterização, toda caracterização inicia-se pelo proletariado, pelo lugar do proletariado na luta de classes. Sem essa caracterização do lugar do proletariado na luta de classes, não há caracterização. São caracterizações descritivas sobre os manejos da política burguesa, os encaminhamentos da política burguesa. Ao contrário, nós trotskistas nos baseamos na situação da classe operária. A situação da classe operária no Brasil e no mundo é trágica. Essa é a segunda consideração.

A terceira e última consideração é sobre Ucrânia. É de uma importância enorme. Nós estamos diante de uma situação – nós estamos distantes, mas quem é europeu e está lá enfiado na situação da Europa está vendo que esse conflito é um conflito bem maior – que envolve a China e é um conflito que é o maior depois da Segunda Guerra Mundial e que as tendências bélicas do imperialismo estão alcançando uma força inaudita. Depois da Segunda Guerra Mundial, é o momento mais elevado do militarismo e a classe operária está retraída. Porque só a classe operária tem uma política para a guerra. Sabemos que essa guerra tem uma particularidade, diferente das guerras anteriores, que diz respeito à presença da restauração capitalista. É verdade o que o camarada disse aqui que a Rússia não é imperialista. Estou de acordo com essa caracterização, a Rússia não chega a ser imperialista. Mas ela é uma potência militar regional, que também oprime as nações que se desprenderam da URSS. Vejam que nós estamos tratando de uma questão muito complexa, de como responder a essa guerra. Já venceu meu tempo, mas só para concluir, nós do Comitê de Enlace temos um livro que se chama Guerra na Ucrânia e o jornal MASSAS, durante 18 meses, estampa em toda capa e todo editorial o que se passa com a guerra na Ucrânia. Sempre procurando deixar clara a posição de classe sobre a guerra e a defesa das consignas. Nós não descuidamos um segundo sobre a guerra. Cada passo, cada elemento da guerra, porque nós achamos que a situação nacional do Brasil e da América Latina está condicionada hoje pela crise mundial. O governo Lula está caminhando para o fracasso em meio à turbulência da crise. E as correntes pequeno-burguesas, que querem fazer da democracia um lugar em que se vai derrotar o fascismo, vão fracassar também e vão fracassar na rabeira do PT. Essa é a nossa caracterização. Obrigada e boa noite camaradas.

O Encontro foi promovido pelo Comitê Mário Pedrosa. A mesa da qual o POR participou teve como questão “As tarefas do trotskismo no Brasil hoje”. Abaixo publicamos a transcrição da exposição e da conclusão.

“As tarefas do trotskismo no Brasil hoje”

Base para a exposição do Partido Operário Revolucionário (POR) no 2º Encontro Internacional Leon Trotsky, 23 de agosto

1. No dia 20 de agosto, completaram-se 83 anos do assassinato de Leon Trotsky, a mando de Josef Stalin. Daqui a mais alguns dias, em 3 de setembro, completam-se 85 anos da fundação da IV Internacional. Há um vínculo absolutamente claro entre esses dois acontecimentos históricos. Cerca de dois anos após a Conferência, realizada nas imediações de Paris, ter aprovado o Programa de Transição para a Revolução Socialista, Trotsky foi golpeado na cabeça por um sicário da polícia política do Kremlin.

Não bastou à ditadura burocrática estalinista expulsar da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) o mais firme e elevado opositor ao processo revisionista do marxismo-leninismo e desfechar uma perseguição político-policial no exterior, sem precedentes que superassem tamanha sanha reacionária. A ordem da ditadura termodoriana foi a de não permitir que a Oposição de Esquerda Russa e Internacional se firmassem, avançassem e dessem expressão organizativa ao internacionalismo proletário.

Stalin e seus comparsas apostaram no fracasso do “trotskismo” em reunir forças para se contrapor às deformações revisionistas da III Internacional, impostas a partir de seu V Congresso, realizado já sem a presença de Lênin e de Trotsky. A partir de 1933, ficou claro que a Oposição de Esquerda marcharia em direção à fundação da IV Internacional. Embora lutando na contracorrente dos acontecimentos impulsionados pela burguesia imperialista e em confronto com o poderoso aparato do estalinismo, o débil movimento pela constituição de uma nova Internacional se encorpou, alicerçado nos fundamentos iniciais da Oposição de Esquerda Russa, embaçada no documento “O Novo Curso”, de 1923, de que a direção controlada por Stalin alterava completamente o funcionamento leninista do bolchevismo e desfechava duros golpes contra o centralismo-democrático. A burocratização do partido marxista-leninista se configurava como ponto de partida para a degeneração do Estado Operário e da ditadura de classe do proletariado.

A destituição de Trotsky do Comitê Central, seu confinamento e em seguida sua expulsão da URSS se revelaram como um processo geral de destruição de toda a direção bolchevique e sua substituição por arrivistas e burocratas alheios ao bolchevismo. Os Processos de Moscou, que se instalaram entre 1936 e 1937, indicaram o caminho do terror bonapartista, que percorreria a ditadura estalinista, até atingir o seu objetivo maior de assassinar Trotsky, da forma mais traiçoeira possível. Mas, dos primeiros choques em 1923 à formação da IV Internacional, a Oposição de Esquerda pôde dar expressão organizativa às posições programáticas e teóricas encarnadas por Trotsky. A teoria da revolução permanente se enriqueceu e se elevou com a luta contra o revisionismo estalinista, que substituiu o internacionalismo proletário pela absurda teoria da possibilidade de construir o socialismo em um só país.

Está patente que o Programa de Transição corresponde à continuidade dos fundamentos, princípios, análises e tarefas históricas concentrados nos documentos dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional. A IV Internacional concentra a rica experiência da Revolução de Outubro, de 1917, e os primeiros passos da construção da URSS, ainda sob a direção de Lênin. É sobre essa base que responde ao processo de burocratização, que deformaria completamente o Partido Comunista Bolchevique e que aplina-

ria o caminho para o fortalecimento das forças internas e externas pró-capitalistas e restauracionistas.

Em 1938, cria-se a IV Internacional, em 1940, Trotsky é assassinado e, em 1943, Stalin ordena a dissolução da III Internacional. Na liquidação organizativa da III Internacional, uma vez que sua liquidação programática se iniciou já em meado de 1924, no V Congresso, se tem a prova mais completa do caráter contrarrevolucionário do estalinismo, em cuja essência se encontra o nacionalismo e a negação do internacionalismo marxista-leninista. A enorme batalha de Trotsky contra o revisionismo antimarxista de Stalin e de sua casta burocrática deixou um imprescindível legado para a vanguarda com consciência de classe. A IV Internacional, com seu Programa de Transição, continua sendo a trincheira do proletariado em sua luta pelo fim do capitalismo historicamente esgotado e pela sociedade comunista.

2. A Segunda Guerra Mundial, finalmente, se iniciou em setembro de 1939. Confirmou os prognósticos da Oposição de Esquerda Internacional e do Programa de Transição, de que a burguesia era “infinitamente menos capaz de evitar a guerra do que na véspera de 1914”, apesar de ter clareza sobre “o perigo mortal para a sua dominação”. O problema fundamental, identificado pela IV Internacional, porém, residia na “crise histórica de direção”. A burocratização do Estado Operário na URSS, o revisionismo estalinista e as traições da III Internacional diante dos levantes revolucionários punham à luz do dia a crise de direção. Esse fator político, subjetivo, se encontrava em contradição com as condições objetivas de desintegração do capitalismo. A guerra que se aproximava, generalizando as tendências bélicas, que voltaram a se potencializar depois da conflagração de 1914 a 1918, era a prova mais visível de que as premissas históricas para as revoluções proletárias estavam mais do que maduras.

A fundação da IV Internacional comparecia como um instrumento necessário e impostergável para enfrentar a crise de direção. O proletariado já não podia contar com a III Internacional dos Quatro Primeiros Congressos, liquidada programaticamente e voltada à linha revisionista do “socialismo em um só país” e da tática das Frentes Populares colaboracionistas. E a IV Internacional, por ser embrionária, teria de superar suas debilidades organizativas. O primeiro ponto, introdutório ao Programa de Transição, se inicia com a formulação sobre a crise de direção e conclui com a premissa de que “a crise histórica da humanidade se reduz à crise da direção revolucionária.” A devastação de forças produtivas e as montanhas de cadáveres retrataram a que ponto pode chegar a barbárie do capitalismo da época imperialista, de guerras, revoluções e contrarrevoluções. A Primeira e Segunda Guerra, somadas, mais do que comprovaram que as condições objetivas para as revoluções socialistas estavam maduras. Comprovaram que se encontravam em estado de putrefação. Mas, a burguesia imperialista vencedora pôde reanimar o capitalismo, após deixar países e continentes inteiros sob escombros. O que não pode fazer é superar o seu esgotamento histórico. O que não pode fazer é banir as guerras regionais e arrefecer as tendências bélicas que levaram a duas grandes guerras.

Com o programa da revolução social e do internacionalismo

proletário, a luta revolucionária contra a guerra de dominação imperialista passava assim para as mãos da IV Internacional. Inevitavelmente, os internacionalistas teriam de “remar” contra a corrente. Diante das guerras, sejam de dominação sejam de libertação, a bandeira internacionalista continua sendo: “Proletários de todos os países uni-vos!”. Desgraçadamente, Trotsky não pôde analisar e responder ao acordo de Yalta, de 1945, que concluiu com uma nova partilha do mundo, sob a égide dos Estados Unidos e colaboração da URSS.

Como previu o Programa de Transição, revoltas e revoluções se gestaram nas entranhas da guerra mundial. A Revolução Chinesa, de 1949, estabeleceu mais um marco no processo de transição do capitalismo ao socialismo. A expropriação da burguesia no Leste Europeu resultou em um golpe nas pretensões do imperialismo vencedor da guerra. A URSS não somente foi preservada, como se fortaleceu. O que contraditoriamente resultou no fortalecimento passageiro da burocracia estalinista, como se as vitórias obtidas sob a aliança com as potências, comprovariam a tese revisionista do “socialismo em um só país” e a possibilidade de estabelecer a “coexistência pacífica” com o imperialismo. Imediatamente ao fim da guerra, os Estados Unidos passaram a demarcar a nova hegemonia e organizar as forças voltadas a isolar a URSS e a derrubá-la.

A “Guerra Fria” e a criação da OTAN, já em 1949, indicaram que se abria um novo período de combate do imperialismo às revoluções e de organização mundialmente da contrarrevolução, cujo objetivo estratégico era o de interromper o processo de transição do capitalismo ao socialismo. A liquidação da III Internacional pôs em evidência a fraqueza do estalinismo diante do agigantamento dos Estados Unidos, e diminuiu a importância das conquistas revolucionárias durante e após a guerra, uma vez que dependiam do avanço da revolução mundial. O que seria possível se se fortalecessem as direções revolucionárias em cada país, como parte da luta internacional do proletariado, que, por sua vez, dependia do Partido Mundial da Revolução Socialista, como havia edificado a III Internacional sob a direção de Lênin e Trotsky.

A IV Internacional, nadando contra a corrente, não teve como cumprir esse papel histórico, do ponto de vista da organização e direção das lutas revolucionárias. A burocracia estalinista se baseou no cálculo de que a morte de Trotsky debilitaria a IV Internacional, que desde a sua formação careceu de uma direção à altura da tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, avançando no trabalho de construção da IV Internacional. As ilusões que se despertaram no interior a direção, de que o estalinismo poderia jogar um papel progressivo após a guerra, levaram ao revisionismo de toda caracterização marxista-leninista-trotskista do caráter contrarrevolucionário da burocratização do Partido Comunista e da regeneração do Estado Operário.

Os revisionistas desconhecem as previsões de Trotsky sobre a possibilidade da restauração capitalista se impor e derrubar a URSS. Passaram a negar a estratégia do Programa de Transição, de que “a principal tarefa continua a ser a derrubada da própria burocracia termidoriana.” Assim, menosprezaram como intelectuais pequeno-burgueses o prognóstico que se segue à estratégia: “Cada dia mais de sua dominação mais abala os elementos socialistas da economia e aumenta a possibilidade da restauração capitalista.” (...) “Só o levantamento revolucionário vitorioso das massas oprimidas pode regenerar o regime soviético e assegurar a marcha do socialismo. Só o partido da IV Internacional é capaz de conduzir as massas à insurreição”.

Afastando-se e, conseqüentemente, se opondo a essa linha, a direção da IV Internacional negou na prática o programa da revolução política. As lutas internas acabaram dividindo, estilhaçando e dissolvendo a IV Internacional. A crise de direção chega ao seu ponto mais alto. Esse é o problema de primeira ordem da atualidade. Os trotskistas de autêntica linhagem histórica do marxismo-leninismo se identificam com a luta sistemática pela reconstrução

do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

3. A liquidação da URSS, que foi desmoronada em dezembro de 1991, concluiu como vitória da contrarrevolução restauracionista. Ocorreu como parte de um amplo processo de derrubada das conquistas proletárias no Leste Europeu e abertura da China para a invasão do capital externo. A impostura do “socialismo em um só país” se revelou definitivamente. O estalinismo serviu aos objetivos do imperialismo de recuperar o terreno perdido para as revoluções, que tiveram como ponto de partida a Revolução Russa e edificação da URSS. Confirmou-se pela variante mais negativa o que Trotsky expôs com clareza meridiana no Programa de Transição. “O prognóstico político tem um caráter alternativo: ou a burocracia, tornando-se cada vez mais órgão da burguesia mundial nos Estados Operários, destrói as novas formas de propriedade e lança o país no capitalismo; ou a classe operária esmaga a burocracia e abre uma via para o socialismo.”

A retomada da crise mundial do capitalismo nas décadas de 1970, 1980 e 1990 arrastou a URSS para o precipício e impulsionou a fração mais francamente pró-capitalista do PCUS a destruir os fundamentos econômicos, políticos e sociais estabelecidos pela revolução social de outubro de 1917. O estalinismo desabou historicamente. A luta da Oposição de Esquerda sob a estratégia da revolução mundial, o conjunto de formulações de Trotsky nos dezessete anos à frente do combate ao revisionismo estalinista e as teses do Programa de Transição vieram à tona nos momentos mais convulsivos do processo de derrocada da URSS, confirmando plenamente que o “trotskismo” era a continuidade plena do marxismo-leninismo. No entanto, a IV estava dissolvida. O seu estilhaçamento em várias tendências refletiu a questão da crise de direção. O revisionismo havia atingido a sua direção. À exceção do Partido Operário Revolucionário (POR) da Bolívia, que estava mergulhado no desenvolvimento da revolução proletária, as demais correntes se formaram como parte do processo revisionista que inviabilizou a continuidade da IV Internacional, já nas décadas de 1950 e 1960.

Incapacitadas em responder às tendências convulsivas do capitalismo putrefato, aos levantes de massas e às posições restauracionistas da burocracia no Leste Europeu e na URSS, se mostraram alheias e distantes da aplicação da revolução política, que como tal corresponde ao programa da revolução mundial. Pode-se dizer que houve uma capitulação histórica diante do estalinismo. É o que explica as características particulares da atual crise de direção, mais ampla e profunda que a assinalada pelo Programa de Transição.

A burguesia, os seus lacaios reformistas e o estalinismo arrancaram da classe operária mundial, com suas particularidades nacionais, por meio das contrarrevoluções, as conquistas revolucionárias do bolchevismo e da III Internacional. A ausência de poderosas seções da IV Internacional deixou o campo aberto para a reação derrotar os levantes dos explorados e avançar no objetivo de interromper o processo de transição do capitalismo ao socialismo. Essa é a responsabilidade do revisionismo que despedaçou a IV Internacional, que como tal tem por conteúdo histórico a capitulação diante do estalinismo.

A reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista não virá pelo rejuntamento das inúmeras organizações, que apenas nominalmente se reivindicam do “trotskismo”. Parte significativa delas já se adaptou profundamente ao reformismo por meio das políticas centristas, cujas distinções são circunstanciais. Sobrevivem e agem como ala esquerda dos partidos nacional-reformistas. O que não quer dizer que não existam militantes de base que concluirão suas experiências com o centrismo, que tudo faz para se passar de “trotskista”, na medida em que as condições objetivas os coloquem em situação de não mais poderem permanecer no campo da esquerda centrista. Sobretudo na medida em que se impulsione a construção de partidos que apliquem o Programa de

Transição às particularidades nacionais da revolução proletária e constituam-se em direção das lutas.

4. A discussão sobre “as tarefas do trotskismo no Brasil hoje” deve partir de uma avaliação histórica do que se denomina genericamente de “trotskismo”. O estilhaçamento de correntes que se reivindicam do trotskismo indica que não é correto confundir-las sob a mesma denominação histórica. O centrismo – a esquerda centrista – não pode ser confundido com “trotskismo”. E mesmo entre as diversas correntes centristas há diferenças. Por serem centristas, oscilam entre o marxismo e o reformismo, tendo em sua base social a pequena-burguesia. De maneira que esta ou aquela pode estar mais próxima do trotskismo (do marxismo), ou mais degenerada, de tão comprometida que está com o reformismo. A luta de classes e a necessidade de superar a crise de direção decidirão uma separação e decantação de uma fração do oportunismo centrista, na perspectiva de assumir a luta de reconstrução da IV Internacional sob o Programa de Transição, em contraposição à sua deformação e negação promovidas pelo revisionismo.

A crise capitalista vem dando saltos de qualidade com a liquidação da URSS. A presente guerra na Ucrânia, a potenciação da guerra comercial dos Estados Unidos com a China, a escalada militar e o expansionismo da OTAN são acontecimentos interligados que expressam a decomposição do capitalismo e o impulso à barbárie. A ausência do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, é, no entanto, o fator principal. Isso porque somente a classe operária, organizada e unida, sob a estratégia da revolução social, pode combater o imperialismo, que se encontra no atoleiro da crise de superprodução, de agigantamento do capital financeiro parasitário e de novas disputas monopolistas pelo controle das fontes de matérias primas.

Há que se ter claro que a derrocada da URSS e o processo de restauração capitalista na China são parte do mesmo problema da decomposição do capitalismo e das leis históricas que levam a sua transformação e superação pela revolução mundial. O cerco imperialista, a guerra na Ucrânia, o agravamento da crise que abrange continentes inteiros e a militarização das relações econômicas trazem o espectro de uma terceira guerra mundial. Mais uma vez recorremos ao Programa de Transição. Diante dos fatores e movimentações que indicavam a possibilidade da eclosão de uma segunda guerra, Trotsky reforça o imperativo de determinar o conteúdo de classe da guerra, que pode ser de dominação (imperialista) ou de libertação (revolucionária). É nesse sentido que se formula programaticamente a linha estratégica: “O sucesso do partido revolucionário no próximo período dependerá, antes de mais nada, da sua política diante da guerra. Uma política correta compreende dois elementos: uma atitude intransigente para com o imperialismo e a sua guerra, e a capacidade de se apoiar na experiência das próprias massas.” Esse fundamento vale para o caso particular da guerra na Ucrânia, que envolve a aliança imperialista montada pelos Estados Unidos e a Rússia restauracionista. Essa particularidade não exige o partido revolucionário de caracterizar seu conteúdo de classe e seu caráter determinante que é o da guerra de dominação e não de libertação.

A guerra da Ucrânia, sobretudo, suscitou mais divisões em toda a esquerda. O atraso da classe operária europeia especialmente, mas também internacional, em se levantar pelo fim da guerra, favorece um maior estilhaçamento de posições e dificulta a luta pela reconstrução da IV Internacional. Não pode haver dúvida, porém, de que um posicionamento de classe, seguindo a concepção marxista das guerras, é decisivo para responder à questão principal das tarefas do marxismo-leninismo-trotskismo de recuperar o terreno perdido para a contrarrevolução e reconstituir a IV Internacional.

As questões nacionais estão vinculadas e, em última instância, condicionadas pelas tendências convulsivas do capitalismo mundial. A América Latina vem pagando caro por sua subordinação

ao domínio imperialista. A guerra comercial tende a envolver mais profundamente o continente. A classe operária também se acha em atraso quanto à luta independente. O controle do reformismo e das mais variadas tendências sindicais burocráticas sobre as organizações e movimentos tem cegado o proletariado e desviado a luta de classes para o apoio a governos burguesas. A crise econômica vem sendo descarregada pesadamente sobre a maioria oprimida. Entra governo e sai governo das mais variadas tendências – da ultradireita à da esquerda burguesa – e, no fundamental, realizam contrarreformas. A esquerda reformista se encontra profundamente adaptada ao grande capital e se submete sem grande medida às pressões do imperialismo. As tendências ditatoriais e fascizantes se potenciam diante do fracasso do reformismo em resolver os grandes problemas dos países semicoloniais, se gestam nas entranhas da classe média conservadora e vicejam sob a sombra da decrepita democracia ou de sua caricatura. No Brasil, a derrota eleitoral para o PT e sua aliança afastou provisoriamente a ultradireita do comando da presidência da República. O fracassado golpe de 8 de janeiro acabou por afastar importantes setores da classe capitalista do bolsonarismo, que já haviam apresentado sua discordância com a condução política e econômica do País. Mas, o PT e seus aliados à esquerda tiveram de se sujeitar à constituição de um governo de frente ampla, de centro-direita. A crise política não foi debelada, o que demonstra os imperativos das forças de centro-direita no Congresso Nacional. As contrarreformas continuam a ser impostas, como no caso do arcabouço fiscal, marco temporal e reforma tributária. Está a caminho a reforma administrativa. Formam um conjunto de medidas que servem ao capital financeiro, ao grande capital industrial e agroindustrial, bem como aos interesses do imperialismo, completando as contrarreformas trabalhista e previdenciária. O terceiro mandato de Lula se realiza nas condições de aprofundamento da crise mundial, em que prevalecem as tendências à estagnação e à recessão. As correntes de esquerda, entre elas as pseudo trotskistas, se enfileiraram em torno à candidatura de Lula, seja no primeiro, seja no segundo turno, sob o argumento de derrotar o fascismo. De forma que se acomodaram à frente ampla burguesa com partidos que se deslocaram da base governista da ultradireita e passaram para a defesa de um governo de centro-direita, em nome da democracia. Nesse processo, a classe operária não teve como ocupar um lugar de independência política, necessária tanto para combater o fascismo, como os reformistas que servem aos interesses do grande capital. Está em curso a implantação da terceirização e da informalização das relações de trabalho. A queda de Bolsonaro e a volta de Lula à Presidência não interrompeu e não vai interromper o avanço das contrarreformas. Os reformistas quando estavam na oposição foram incapazes de levar os sindicatos a organizarem a luta nacional contra o governo reacionário. Agora que se acham protegidos pelo governo que ajudaram a eleger renunciam até mesmo a resistência elementar às contrarreformas. Está clara a tarefa de libertar as organizações operárias e populares das direções reformistas e pseudorreformistas. Está colocada a constituição de uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula, que organize os trabalhadores sobre a base de um programa, método, democracia e estratégia próprios da classe operária. Por esse caminho, o proletariado passará a compreender e responder à crise mundial. Passará a se nortear pela necessidade de organizar o seu partido revolucionário e de combater sob o programa da revolução social. Essa luta na situação particular do Brasil encontrará os vasos comunicantes com a luta das massas latino-americanas. Esse movimento que cedo ou tarde ganhará corpo deve estar dirigido a reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista. O POR se empenha no fortalecimento do Comitê de Enlace Pela Reconstrução da IV Internacional, que se assenta na rica experiência e formulação programática do POR da Bolívia. Temos a convicção de que o avanço na construção do POR no Brasil ajudará no processo de decantação nas correntes centristas e no esforço de superar a crise de direção.

Argentina

Balanço das PASO:

Três candidatos do imperialismo disputarão a presidência do país Os oprimidos têm de preparar-se para enfrentá-los

Apesar da campanha que os governos e todos os partidos têm feito, por todos os meios, para que a população vá votar, o nível de abstenção foi um dos mais altos. Aproximadamente 69% dos eleitores votaram (quase 2 milhões de pessoas a menos do que na última presidencial PASO - Primárias, Abertas, Simultâneas e Obrigatórias). É um questionamento, ainda passivo, ao eleitoralismo. Os apelos, as ameaças com sanções e multas, ou a chantagem de que a democracia é validada por meios eleitorais não valeram a pena. 11.400.000 pessoas não votaram. 1.150.000 votaram em branco. E quase 300.000 anularam seus votos. Havia chapas de todas as variantes, da extrema direita à esquerda democratizante. Somente a classe operária, com sua política revolucionária, não tinha sua cédula sob as mangas.

Os resultados eleitorais são uma amostra distorcida da realidade, da luta de classes, mas podemos observar como cresce o descontentamento com as eleições e como a direita, setor mais reacionário do arco político, também está polarizada. Há um claro sinal de cansaço com toda a politicagem, com as mentiras de todos os candidatos, com sua impotência e covardia para responder aos problemas mais elementares das massas.

Mais de 95% dos votos válidos foram para candidatos, partidos e frentes que defendem o atual sistema capitalista em decomposição. Eles reconhecem as dívidas fraudulentas, aceitam o programa do FMI e todos os ajustes que esse órgão do imperialismo impõe. Esse é o modelo, não há outro. São a expressão de uma classe, a burguesia, que é antinacional, vendida, saqueadora, sonegadora, contrabandista, transferidora de divisas, corrupta, repressiva etc. Todas as instituições do seu Estado refletem essas características. Há diferenças entre todos esses candidatos, mas elas não são essenciais.

Os peronistas, apesar do seu fracasso político, conseguiram 27% dos votos. Apresentaram o candidato Massa como se não fizesse parte do atual governo, como se não fosse responsável pelas políticas que são aplicadas. Sofreu uma ampla derrota. Uma derrota histórica para o peronismo, que nunca havia ficado em terceiro lugar em uma eleição presidencial. E perdeu nada menos que 5,8 milhões de votos em relação às PASO de 2019.

Sua oposição eleitoral, por enquanto, tem ampla maioria que precisará confirmar no primeiro turno. O setor de Cambiemos também foi punido com a perda de 1,4 milhão de votos em relação às PASO de 2019.

O setor de Milei aparece com mais de 7 milhões de votos, como o mais votado, sem ter registro nas PASO 2019. Uma parte de seus eleitores vem daqueles que já votaram no peronismo, no cambemos e noutras forças menores de direita. Os resultados recentes nas províncias, e a comparação desse voto com a chapa presidencial e com os votos para legisladores mostram que a grande maioria de seus eleitores só se preocupa com a figura de Milei e o que ele simboliza. Seu embate agressivo com todos os partidos políticos e seus candidatos em nome da denúncia e combate à “casta”, promovido por todos os meios de comunicação de massa mais do que qualquer outro candidato, o fez aparecer como “antissistema”, em ruptura com toda a politicagem asquerosa. E ele aparece diante de seus eleitores dando sua solução para o drama da inflação insuportável. É evidente que ele canalizou também boa parte do “voto de protesto”.

Um personagem como Milei aparece num momento de crise e decomposição das forças burguesas tradicionais que fracassaram em seus governos, agravando a situação dos oprimidos, que passaram a trilhar um caminho de desilusão e rejeição. Suas propostas são ultraconservadoras, típicas do século XIX, e não correspondem à realidade da economia do país. A reivindicação de Menem ou Cavallo dá uma ideia de sua orientação política e do futuro que nos espera, se ele for eleito presidente. Foi patrocinado por poderosos empresários e meios de comunicação, que, tardiamente, perceberam que também poderia ser um perigo para seus próprios interesses.

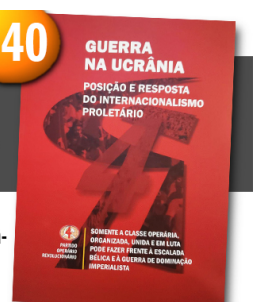
Seu discurso radical contra a politicagem ocupou o espaço que a esquerda deveria ter ocupado, se tivesse tido um discurso, com uma propaganda revolucionária, que atraísse especialmente a juventude. É preciso evitar que Milei se aproprie do slogan popular que presidiu o levante de 2001: “Que se vão todos”, “Que não sobre ninguém”. Foi justamente essa luta popular que irrompeu em rejeição às políticas de Menem-Cavallo, que Milei exige.

Os oprimidos usam as eleições para punir ou virar as costas a esse regime, não votando, anulando o voto, votando em branco e também votando em um candidato pretendendo “punir” outro com sua decisão. É o único espaço reservado a eles pela democracia burguesa para intervir na política.

O POR interveio na campanha eleitoral para tornar consciente essa raiva e descrença no voto, lutando pela independência política da classe operária, dos oprimidos, para que não sejam arrastados atrás de uma ou outra opção capitalista. Explicamos qual é o papel do voto e do Congresso, um verdadeiro covil de bandidos que legitimaram a dívida externa fraudulenta, da qual se aproveitaram um grupinho de empresários e fazem com que todos nós paguemos, mais uma vez, um dos maiores atos de corrupção. Explicamos repetidamente que devemos confiar em nossa própria força, em nossa organização, em nossos métodos de luta para impor todas as nossas demandas, desde as mais elementares.

Esse avanço eleitoral da direita, que inclui a direitização do peronismo, é o avanço de um cenário repressivo e de ajuste. Nós, oprimidos, temos de nos preparar, nos organizar para enfrentá-los, porque temos de enfrentar a direitização da burguesia, a agudização dos seus traços autoritários e repressivos com os métodos da luta de classes.

(Extraído do *Jornal Massas*, nº 440, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

LANÇAMENTO!**GUERRA NA
UCRÂNIA**Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário**R\$ 40****GUERRA
NA UCRÂNIA**
POSICÃO E RESPOSTA
DO INTERNACIONALISMO
PROLETÁRIOSomente a classe operária, organizada, unida e em luta
pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação
imperialista.Adquirir já com o distribuidor do *Jornal Massas*.

Argentina

O recuo eleitoral do centrismo

Os presságios de se beneficiarem do “voto de protesto” longe ficaram de se confirmar. As infundáveis aparições na mídia e os outdoors cobrindo as principais cidades não tiveram correlação com os percentuais finais de votos. Os milhões investidos nas redes sociais para plantar os nomes dos candidatos não se traduziram numa enxurrada de votos em favor deles. Com tudo isso e como resultado, a série de magras eleições provinciais indicaram – ao contrário do que aconteceu com Milei – o recuo do centrismo eleitoral na Argentina.

Especialmente a FIT-U – mas acompanhada do Nuevo-MAS e da “Política Obrera” – tem sido impotente para canalizar o voto diante do fracasso da política oficialista e do desencanto com a oposição de Juntos pela Mudança. Eles viram a enorme onda de descontentamento passar diante de seus narizes sem conseguir atraí-los para seus candidatos. Suas propostas políticas foram ignoradas pelas massas: os que convocaram para “abraçar o Congresso” nas conferências de dezembro de 2017; os que pediram que “Macri conclua seu mandato”; aqueles que clamam pela “eleição direta dos juízes” diante da perseguição judicial dos opositores, dificilmente podem se conectar com a desconfiança instintiva e incipiente nas instituições da burguesia. O alto grau de domesticação do centrismo democratizante explica seu fracasso atual e circunstancial.

A FIT-U e o fenômeno eleitoral

Elaboramos um balanço detalhado de cada uma das eleições provinciais e expusemos as principais conclusões nas páginas do nosso jornal nos últimos 5 meses. Observamos atentamente que o alto índice de abstenção nas eleições legislativas de 2021, longe de ser um fenômeno passageiro decorrente da pandemia do coronavírus, expressou uma descrença embrionária nas mudanças por meio do voto. Em 2023, cada Província, com poucas exceções, foi mostrando a confirmação desta hipótese, até que se tornou uma tendência firme referendada pelas PASO de 13 de agosto.

Os principais jornais e meios de comunicação da burguesia se aperceberam tardiamente dessa situação, então inundaram seus editoriais com rios de tinta para mudar o rumo, porém, ainda sem êxito. O centrismo, na ausência de política revolucionária, revelou seu vulgar seguidismo às ilusões na democracia burguesa. Em vez de buscar politizar a rejeição instintiva que começa a germinar nas massas, tem atuado alimentando ilusões, chocando-se contra essa desconfiança, buscando canalizá-la para trilhões institucionais.

“Recusar-se a votar não constitui qualquer punição para os partidos políticos responsáveis por estes padecimentos. Continuarão a governar para os capitalistas”, diz Sofía Hart (28/07/2023 Prensa Obrera). Pablo Vasco, por seu turno, no jornal digital do MST, nos diz que “se você optar por não ir votar para expressar esse descontentamento que cresce em todo o país, eles realmente não dão a mínima” (27/07/2023 Periodismo de Izquierda). A esquerda eleitoralista se arrasta há meses em busca de votos, mostrando a quantidade de projetos de lei apresentados por eles em todo o país, sem apontar sua impotência. Sem dúvida, estamos diante do que Marx e Engels chamaram de “cretinismo parlamentar”. O centrismo ameaça com a luta de classes, mas procura bater e punir com o boletim de voto.

Autoengano como método

É difícil construir algo sólido a partir de um método errado. Nós, revolucionários, começamos falando francamente e expondo a realidade como ela se apresenta, e não como gostaríamos que acontecesse. Guillermo Lora gostava de citar sempre a frase de Spinoza “nem rir nem chorar, mas compreender”, para indicar a atitude dos marxistas. Pelo contrário, os revisionistas do trotskismo trancaram-se nas suas próprias mentiras, cambaleando diante de cada novo acontecimento na realidade e esquivando-se cuidadosamente de realizar os balanços e autocríticas dos seus permanentes equívocos.

Há mais de dois anos se autoproclamam a “terceira força” para cair atualmente para o quinto lugar, sem que isso mereça sequer uma linha em nenhum de seus balanços (até agora). Myriam Bregman diz que a atual eleição deu um “resultado semelhante ao das eleições presidenciais de 2015 e 2019”, torcendo para que nenhum desavisado pegue maliciosamente às estatísticas oficiais e a conteste categoricamente. Para o PO, houve um “passo adiante para a FIT-U”, baseado no reagrupamento de outras organizações. O altamirismo diz que “desenvolvemos os nossos objetivos”, embora toda a campanha tenha propagandeado “vote-nos agora, para discutirmos em outubro”. O Novo MAS se atribui ter “evitado homenagear o eleitoralismo”, embora seus materiais tenham mostrado exatamente o contrário, e não falam uma palavra acerca dos quase 100.000 votos perdidos em relação a 2019.

O procedimento é muito conhecido: quando os números são bons, eles enxergam novos “pisos” de onde continuar avançando. Quando são ruins (como neste caso), vislumbram uma “consolidação” de novos militantes, locais, simpatizantes etc. Assim, o centrismo eleitoral acredita estar em uma ascensão gradual e permanente rumo à revolução, sem contratempos ou retrocessos políticos. Isso é estranho ao método de Lenin e dos bolcheviques.

A realidade indica que a FIT-U conquistou 630 mil votos, abaixo dos 720 mil de 2019 e do 730.000 de 2015, para comparar apenas com as presidenciais. Tanto em Buenos Aires quanto na Capital Federal, a FIT-U recuou em relação a 2019: em Buenos Aires, de 320.000 votos para Governador passou para 285.000; na Capital Federal, para Chefe de Governo, de 78.000 para 67.000. O Novo MAS passou de 180.000 a 85.000 votos em apenas 4 anos. Ou seja, os números apontam diretamente contra o discurso oficial do autoengano, que nada mais é do que um dano autoinfligido na hora de entender e intervir sobre a realidade.

O papel do centrismo

Para além dos votos, nós marxistas, usamos as eleições para fazer propaganda de nosso programa, para alertar sobre as artimanhas e enganos da democracia burguesa, para desmascarar o conteúdo de classe das ferramentas que o regime capitalista de produção utiliza. Não podemos descartar que o atual revés da FIT-U possa se tornar um elemento que consiga capitalizar o descontentamento em algum momento, como aconteceu em Jujuy 2021, em Salta em 2013 ou Mendoza 2015. No entanto, sempre será sobre a base do oportunismo, ou seja, de uma construção na areia.

Durante a campanha eleitoral, vimos difundir-se até o cansaço as palavras de ordem social-democratas dos revisionistas: “O voto que fere os donos do poder”, “por um governo dos trabalhadores”, “a saída é pela esquerda”, “a esquerda que se levanta”, que têm o mérito de não significar absolutamente nada. Nem os métodos, nem a estratégia, nem a questão do poder, nem a caracterização revolucionária das eleições podem ser substituídos por uma frase de marketing que só aumenta a confusão.

O centrismo eleitoral representa objetivamente um obstáculo à politização das massas, o que confirma nossa pronta caracterização da FIT-U e de outras organizações que se declaram abusivamente da classe operária. No cenário atual, eles não apenas não conseguiram explicar o descontentamento, mas também ajudaram a levá-lo para soluções burguesas, cenário semelhante à sua intervenção na crise chilena iniciada em outubro de 2019. Essa menção é importante porque a orientação dessas organizações dilapida a enorme energia de seus valiosíssimos militantes, ativistas e simpatizantes, em caminhos fadados a novas e enormes frustrações. O transcendental momento presente exige a clarificação política e a sinalização estratégica como pilares da atividade revolucionária.

(Extraído do Jornal Massas, nº 440, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Chile

Chile: cinquenta anos após a instalação do governo da ditadura cívico-militar

A perda das garantias democráticas burguesas, conquistadas pelas lutas do movimento operário chileno, desde o início do século XX, apesar das grandes perdas humanas, causadas pelos governos burgueses da época, como eram historicamente conhecidas as matanças: dos frigoríficos em Santiago, dos portuários em Valparaíso, da escola Santa Maria em Iquique e outras ao longo da história operária do Chile. No entanto, nas décadas de 1960 e 1970, o movimento operário chileno foi considerado o mais forte e organizado da América Latina.

Para desgraça do movimento operário e dos oprimidos do país, não contavam com a direção do partido operário revolucionário, porque lhe faltava o programa nacional e internacional devido à destruição da III Internacional de Lenin e Trotsky. Porque o traidor e revisionista Stalin, não satisfeito, formulou a política das frentes populares e a falsa ideia de socialismo em um só país, a revolução por etapas e o invento da construção através das leis burguesas, dum caminho para o socialismo, levado adiante por Salvador Allende e que transformou o Chile no último fracasso stalinista: o caminho pacífico para o socialismo, que alguns impostores, nos dias de hoje, ainda usam.

Os atores intelectuais e operários conheciam os planos do imperialismo norte-americano para impedir a ascensão de Allende à presidência, porque tinham plena consciência de que a classe operária iria além do governo. O medo do império era contra seu inimigo de classe, o proletariado, que tinha de ser subjugado e domesticado, afundado sob a dura bota militar.

Salvador Allende, conhecendo a história das Frentes Populares, traiu a classe operária e o povo, porque sempre as Frentes Populares acabaram abrindo as portas para o fascismo. Começou na China em 1927, Chiang Kai-Shek burguês engajado em uma frente popular que, em janeiro de 1928, ratifica um governo reacionário contra a classe operária e o povo chinês. Mais tarde, foi sucedido pela Alemanha de Hitler, pela Espanha de Franco, pela França de Leon Blum etc. Não faltaram exemplos da política stalinista das Frentes Populares no mundo.

No caso de Allende, é permitida a qualificação de traição, pois o instinto revolucionário da classe operária colocou sua intervenção no quadro da luta de classes, enquanto ele e seus apoiadores expressavam sua confiança nos militares de um exército burguês regular, sempre pronto a defender a classe opressora e exploradora com uma oficialidade tradicionalmente vinculada à classe burguesa. A partir de 11 de Setembro (1973), o governo cívico-militar começa com os planos da contrarrevolução, primeiro para pôr fim a qualquer vestígio de resistência, que induzia militantes dos tradicionais partidos operários PS, PC e outros que apoiavam a Unidade Popular (UP), a confiarem erradamente que se apresentariam às novas autoridades e regressariam à sua vida “normal”, razão pela qual muitas pessoas perderam a vida, milhares foram presas,

outras foram torturadas e desapareceram, confiando na convocação feita pela imprensa escrita, radiotelefonía e TV, polícia e Forças Armadas.

Passaram-se 50 anos de ditaduras cívico-militares e governos de ditadura civil, cujos efeitos são cada vez mais evidentes. Apesar da brutalidade repressiva, as organizações sindicais, sociais, mapuches estão se mobilizando de uma forma ou de outra, demonstrando seu descontentamento contra a soma de arbitrariedades baseadas na legalidade burguesa, lutando em defesa de demandas mínimas como o direito ao trabalho, saúde, educação, habitação e contra o arcabouço reacionário antioperário e antinacional, de submissão ao imperialismo, contrário a todo sistema básico de democracia burguesa que proclamaram, incentivando a destruição do país e caindo na mais absoluta vassalagem e servidão, com um sistema econômico que entrega as riquezas naturais em concessão, privatização dos serviços de educação e saúde, entregando as pensões de todos os trabalhadores para as transnacionais, enquanto os consumidores, com o imposto sobre bens de consumo essenciais que é o IVA, financiam os planos de governos incapazes e partidos políticos burgueses que, estando no poder, direcionam essas verbas para fundações dos círculos próximos aos governos, principalmente para financiar candidatos de sua preferência, prejudicando diretamente os mais necessitados que há décadas esperam por uma solução para os graves problemas que sofrem. Entretanto, a única maneira encontrada pelos oprimidos são as mobilizações de massa, unificadas em busca de soluções concretas, que nestes tempos de convulsão social, conseguem que a justiça acelere as respostas às demandas das vítimas, das agressões cometidas contra eles nos anos anteriores, pelas forças repressivas e guardas privadas das empresas varejistas.

Quem aspira a exercer um papel como político, no quadro das atuais relações de classe, sabe de antemão que o imperialismo, a burguesia, não tentará e muito menos experimentará um projeto de conciliação de classes, pelo contrário, aplicará seus próprios métodos de opressão. Só chamam à conciliação quando os oprimidos se submetem à arbitrariedade dos opressores. O caminho pacífico para o socialismo foi uma mentira grosseira e uma traição contra as maiorias nacionais, incluindo a nação-classe mapuche, ainda resistindo contra estados vizinhos opressores. A classe dominante nunca deixará o poder voluntariamente, e muito menos através de suas leis. Somente a classe operária, a única classe revolucionária no sistema capitalista de produção, será capaz de tal empreendimento, unindo todos os oprimidos. PARA ISSO É NECESSÁRIO QUE SE ESTRUTURE SOB O PROGRAMA DE TOMADA DO PODER E DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA, EM NÍVEL NACIONAL VINCULADO À REVOLUÇÃO PROLETÁRIA INTERNACIONAL.

(Extraído do Jornal Massas, nº 440, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)



R\$ 30

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS

**Lênin estrategista
da revolução proletária**
*Apontamentos sobre a história
do Partido Bolchevique*

LANÇAMENTO LIVRO

**Lênin estrategista
da revolução proletária**

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



**Novo
Coleção
Editorial**



O POR iniciou no jornal *Massas* 690 a publicação do folheto “A Guerra e a Internacional”, redigido por Trotsky, em outubro de 1914. Consta nesse número do *Massas* o prefácio do autor. A partir do jornal *Massas* 693, iniciamos a publicação dos capítulos. Dando sequência, publicamos agora o capítulo IV “A Guerra contra o Ocidente”.

O objetivo de apresentar documentos históricos dessa natureza corresponde à crise mundial do capitalismo e a guerra na Ucrânia. O Partido Operário Revolucionário tem feito o máximo esforço por expressar e fundamentar a campanha internacionalista do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) pelo fim da guerra, que somente será resolvida por meio da luta do proletariado europeu e mundial. As posições do CERQUI têm exigido a fundamentação marxista do caráter da guerra e da questão da autodeterminação das nações oprimidas. As formulações programáticas de Lênin e Trotsky são a fonte que recorreremos por sua justeza teórica e pela comprovação prática da revolução proletária de 1917 na Rússia.

A Guerra contra o Ocidente (Capítulo 4)



Ao retornar de sua viagem diplomática à Itália, o Dr. Südekum¹ escreveu no Vorwärts que os camaradas italianos não compreendiam suficientemente a natureza do czarismo. Concordamos com o Dr. Südekum que um alemão pode compreender mais facilmente a natureza do czarismo porque experimenta diariamente, em sua própria pele, a natureza do absolutismo prussiano-alemão. As duas “naturezas” são análogas.

O absolutismo alemão representa uma organização feudal-monárquica, apoiada sobre uma poderosa base capitalista, que o desenvolvimento do último meio século ergueu para ela.

A força do exército alemão, como voltamos a comprová-lo nas atrocidades que está cometendo no momento, não consiste apenas nos grandes recursos materiais e técnicos da nação, e na inteligência e precisão do trabalhador-soldado, que havia sido treinado na escola de indústria e nas suas próprias organizações de classe. Tem seus fundamentos também na casta de oficiais Junker, com suas tradições de mando, sua opressão dos que estão abaixo e sua subordinação aos que estão acima. O exército alemão, assim como o Estado alemão, é uma organização feudal-monárquica com recursos capitalistas inesgotáveis. Os escribas burgueses podem tagarelar o quanto quiserem sobre a supremacia do alemão, o homem do dever, sobre o francês, o homem do prazer; a verdadeira diferença não está nas qualidades raciais, mas nas condições sociais e políticas. O exército permanente, essa corporação fechada, esse estado autossuficiente dentro do estado, permanece, apesar do serviço

militar universal, uma organização de castas que, para prosperar, deve ter distinções artificiais de hierarquia e um topo monárquico para coroar a hierarquia de comando.

Em sua obra *O Novo Exército*, Jaurès² mostrou que o único exército que a França poderia ter é o de defesa construído sobre o plano de armar todos os cidadãos, ou seja, um exército democrático, uma milícia. A república burguesa francesa está agora pagando as consequências por ter feito do seu exército um contrapeso à sua organização estatal democrática. Ela criou, nas palavras de Jaurès, “um regime bastardo em que formas antiquadas se chocam com formas recém-desenvolvidas e se neutralizam”. Esta incongruência entre o exército permanente e o regime republicano é a fraqueza fundamental do sistema militar francês.

O inverso é verdadeiro para a Alemanha. O bárbaro sistema político retrógrado da Alemanha dá a ela uma grande supremacia militar. A burguesia alemã pode resmungar vez ou outra quando o espírito de casta pretoriana do corpo de oficiais leva a surtos como o de Saverne³. Eles podem fazer caretas para o príncipe herdeiro e seu slogan: “Duro e na cabeça!”⁴ A social-democracia alemã pode xingar contra os maus tratos praticados contra o soldado alemão, que causou o dobro de suicídios nos quartéis alemães do que nos quartéis de qualquer outro país. A verdade, porém, é que, como a burguesia alemã carece absolutamente de caráter político e que o partido socialista alemão não conseguiu inspirar o espírito revolucionário no proletariado, a classe dominante pôde erguer a gigantesca estrutura do militarismo, e colocar ao trabalhador alemão, tão eficiente e inteligente, sob o comando dos heróis da Saverne e seu grito de guerra, “Duro e na cabeça!”

1 Südekum, Albert Oskar Wilhelm (1871–1944): social-democrata de direita alemão. Reviscionista e chauvinista. Reichstag 1900-1918. Visitou a Itália e a Romênia na tentativa de conquistar os socialistas para o imperialismo alemão. Ministro das Finanças da Prússia 1918-1920.

2 Jean Auguste Jaurès (1859–1914): líder socialista francês. Fundador e editor *L’Humanité* 1904-1914. Figura de destaque na 2ª Internacional. Antimilitarista. Assassinado por oficiais franceses em 31 de julho de 1914, véspera da guerra.

3 Saverne. Uma cidade mineira na Alsácia que não havia sido completamente germanizada desde a anexação (1870), foi palco de atritos entre o exército e o povo em 1913 quando o tenente Barão von Forstner insultou a bandeira francesa diante de um grupo de recrutas. A história vazou e os recrutas foram presos sob a acusação de trair segredos militares. Houve uma manifestação e as tropas alemãs dispararam contra a multidão. Forstner resolveu dar uma “lição” aos minérios. Posteriormente disse que foi insultado nas ruas e tropas armadas foram enviadas contra uma multidão de mulheres, crianças e aleijados. A lei marcial foi proclamada, as casas revistadas e o juiz da cidade e o promotor público trancados durante a noite com outras 28 pessoas. Em 3 de dezembro, o assunto foi levado ao *Reichstag*. O ministro da Guerra, Falkenheyn, recusou-se a revelar a punição imposta a Forstner. O *Reichstag* aprovou um voto de desconfiança ao chanceler, Bethmann-Hollweg. Em janeiro de 1914, os recrutas da Alsácia foram condenados a três semanas por protestar. Em 4 de janeiro, Reuter, o Comandante, e Forstner foram absolvidos pela Corte Marcial. O príncipe herdeiro parabenizou Forstner e instou-o a “continuar assim ...” Reuter também foi premiado com a Ordem da Águia Vermelha.

4 “Duro e na cabeça!”: Guilherme da Prússia escreveu esta frase numa mensagem de saudação de ano novo, em meio à crise, aos responsáveis militares da Alsácia. Devido à indiscrição de um telegrafista local vazou e provocou um escândalo.

O professor Hans Delbrück⁵ buscou, com toda razão, o fundamento da força militar da Alemanha no antigo modelo da batalha do bosque de Teutoburgo.⁶

“O velho modelo militar germânico”, disse, “baseava-se na lealdade aos príncipes, considerados como guerreiros especialmente selecionados e uma massa guerreira que incluía toda a nação. Este é o sistema que temos hoje também. Quão diferentes são agora os métodos de luta daqueles de nossos ancestrais no bosque de Teutoburgo! Agora, temos a técnica maravilhosa das armas modernas e os morteiros e uma imensa organização de massas. Contudo, basicamente temos o mesmo modelo militar. O espírito guerreiro potenciado ao máximo, especializado ao máximo num organismo que antes era pequeno, mas que agora incluí muitos milhares de pessoas, leais aos seus senhores da guerra, como antes o eram aos príncipes, que colocam sob sua direção e sua disciplina a todo o povo. Eis o segredo do caráter guerreiro da nação alemã.

O comandante francês Driant⁷ olha – com a inveja própria de alguém que é republicano, não por convicção senão por imposição, o imperador alemão em seu uniforme branco de couraceiro, sem dúvida o mais imponente uniforme militar do mundo – e fica fascinado, como o Kaiser passa seu tempo “no meio de seu exército, aquela verdadeira família dos Hohenzollern!” A casta feudal, cuja hora de decadência política e moral havia chegado há muito tempo, encontrou sua ligação com a nação mais uma vez no solo fértil do imperialismo. E essa conexão com a nação se enraizou tão profundamente que as profecias do major Driant, escritas há vários anos, tornaram-se realidade. Profecias que até agora pareciam só insinuações venenosas de um bonapartista encoberto ou como a baboseira de um lunático.

“O Kaiser”, escreveu ele, é o Comandante-em-Chefe, e atrás dele está toda a classe operária da Alemanha como um só homem ... Os social-democratas de Bebel⁸ estão nas fileiras, com o dedo no gatilho, e eles também pensam apenas no bem-estar da Pátria. A indenização de guerra de dez bilhões que a França terá de pagar será uma ajuda maior para eles do que as quimeras socialistas, com as quais se alimentaram até agora”.

Sim, e agora eles estão escrevendo com toda insolência sobre essa futura indenização, até mesmo em alguns jornais social-democratas (!), porém, não de dez bilhões, mas de vinte ou trinta bilhões.

Uma vitória da Alemanha sobre a França – uma necessidade estratégica lamentável, de acordo com os social-democratas alemães – significaria não apenas a derrota do exército permanente da França; significaria principalmente a vitória do Estado feudal-monárquico sobre o Estado democrático-republicano.

Para a antiga raça de Hindenburg, Moltke e Kluck⁹, especialistas hereditários de assassinatos em massa, são uma condição tão indispensável para a vitória alemã quanto os canhões de 42 centímetros, a última palavra em destreza técnica. Toda a imprensa capitalista já fala da estabilidade inabalável da monarquia alemã, fortalecida pela Guerra. E os professores alemães, os mesmos que proclamaram Hindenburg doutor em todas as ciências, já proclamam que a escravidão política é uma forma superior de vida social.

“Quão pouca capacidade mostraram as repúblicas democráticas e as chamadas monarquias que estão sujeitas a um regime parlamentar, e todas as outras coisas belas que foram tão exaltadas, para resistir à tempestade!”

Estas são as coisas que os professores alemães estão escrevendo agora.

É bastante vergonhoso e humilhante ler as expressões dos socialistas franceses, que se mostraram fracos demais para romper a aliança da França com a Rússia ou mesmo impedir o retorno ao serviço militar de três anos, mas que, quando a guerra começou, não obstante, vestiram suas calças vermelhas e partiram para libertar a Alemanha. Mas somos tomados por um sentimento de absoluta indignação ao ler a imprensa do Partido Socialdemocrata Alemão, que, na linguagem dos escravos exaltados, elogia a brava casta heroica de opressores hereditários por suas façanhas armadas em território francês.

Em 15 de agosto de 1870, quando os vitoriosos exércitos alemães se aproximavam de Paris, Engels escreveu numa carta a Marx em que caracterizava o estado de confusão da defesa francesa:

“No entanto, um governo revolucionário, se vier logo, não precisa se desesperar. Mas deve deixar Paris entregue ao seu destino e continuar a guerra desde o sul. Dessa forma, é possível que tal governo resista até que armas e munições sejam trazidas e um novo exército organizado com o qual o inimigo possa ser gradualmente empurrado de volta para a fronteira. Esse seria o verdadeiro ponto culminante da guerra, em que ambos os países demonstrariam sua invencibilidade.”

E, no entanto, há pessoas que gritam como idiotas embriagados: “Para Paris!” e ao fazê-lo têm a impudência de invocar os nomes de Marx e Engels. Em que medida eles são superiores aos liberais russos que rastejaram de bruços diante de Sua Excelência, o comandante militar, que introduziu o chicote russo na Galícia oriental. Essa maneira de falar do caráter puramente “estratégico” da guerra na frente ocidental é uma arrogância covarde. Quem leva isso em conta? Certamente não as classes dominantes alemãs. Elas falam a linguagem da convicção e da força e chamam as coisas pelos seus verdadeiros nomes. Elas sabem o que querem e sabem lutar por isso.

Os sociais-democratas nos dizem que a guerra está sendo travada pela causa da independência nacional. “Isso não é verdade”, retorquiu Arthur Dix.

“Assim como a alta política do século passado”, escreveu Dix, “deveu seu caráter especialmente marcado à Ideia Nacional, os eventos políticos mundiais deste século estão sob o marco da Ideia Imperialista. A ideia imperialista que está destinada a dar o ímpeto, o alcance e o objetivo à luta pelo poder dos grandes.” (*Der Weltwirtschaftskrieg*, 1914, p. 3).

“É índice de uma fina sagacidade”, diz o mesmo Herr Arthur Dix, “da parte daqueles que se encarregaram dos preparativos militares da guerra, que o avanço de nossos exércitos contra a França e a Rússia na primeira etapa da guerra tenha ocorrido onde era mais importante manter a valiosa riqueza mineral alemã livre de invasão estrangeira e ocupar as posições do território inimigo de modo a complementar nossos próprios recursos minerais”. (*Ibid.*, p.38).

5 Hans Delbrück (1848–1929): historiador militar alemão. Membro do Reichstag 1884-1890. Foi um continuador da teoria militar de Carl Von Clausewitz.

6 Bosque de Teutoburgo: Nesse bosque, na época de Augusto, 9 EC, uma legião romana liderada por Varus foi completamente esmagada pelos Teutões de Herman na Floresta de Teutoburgo.

7 Émile Driant (1855–1916): soldado, político e romancista francês. Primeira baixa francesa de alto escalão na Batalha de Verdun, 1916.

8 August Bebel, (1840–1913): marxista de origem operária, cofundador com Wilhelm Liebknecht da social-democracia alemã em 1869. No Reichstag de 1867. Condenado com Liebknecht a dois anos de prisão por “traição” (oposição ao franco-alemão War) em 1872. Líder do SD alemão e da 2ª Internacional nos anos pré-guerra.

9 Alexander von Kluck (1846–1934): Comandante do Primeiro Exército Alemão na Primeira Guerra Mundial. Invadiu a Bélgica e foi responsável por inúmeras atrocidades.

A “estratégia” de que falam com tanta reverência os socialistas, na verdade começa suas operações com o roubo das riquezas naturais.

Os sociais-democratas nos dizem que a guerra é defensiva. Mas George Irmer¹⁰ diz claramente:

“É equívocado dizer, como ocorre amiúde, que a nação alemã chegou tarde demais na luta pela economia e pela dominação mundiais, e que o planeta já está repartido. A terra não foi dividida repetidas vezes em todas as épocas da história?” (Los vom englischen Weltjoch, 1914, p. 42.)

Os socialistas tentam nos confortar dizendo que a Bélgica foi apenas temporariamente esmagada e que a Alemanha em breve desocupará seus quartéis belgas. Mas Arthur Dix, que sabe muito bem o que quer, e tem o direito e o poder de querer, disse explicitamente que Alemanha deve ter uma saída para o Oceano Atlântico, o principal receio da Inglaterra.

“Por esta razão, continua, “não podemos deixar que a Bélgica saia das nossas mãos, nem permitir que a linha costeira de Ostende ao Somme caia novamente nas mãos de qualquer Estado que possa se tornar um vassallo político da Inglaterra. Devemos garantir que, de uma forma ou de outra, a influência alemã esteja firmemente estabelecida lá.”

Nas batalhas intermináveis entre Ostende e Dunquerque, a sagrada “estratégia” cumpre também a função de defender os interesses da Bolsa de Valores de Berlim.

Os socialistas nos dizem que a guerra entre a França e a Alemanha é apenas um breve prelúdio para uma aliança duradoura entre esses países. Mas aqui também Arthur Dix mostra todas as cartas. Segundo ele, “há apenas uma resposta: tentar destruir o comércio mundial inglês e desferir golpes mortais na economia nacional inglesa”.

“O objetivo da política externa do império alemão para as próximas décadas está claramente indicado”, anuncia o professor Franz von Liszt¹¹. Nossa bandeira deve ser nos protegermos contra Inglaterra (Ein mitteleuropäischer Staatenverband, 1914, p. 24.)

Devemos esmagar os mais traiçoeiros e maliciosos de nossos inimigos, grita um terceiro. Rompamos a tirania que a Inglaterra exerce sobre o mar com interesse egoísta e desprezo desavergo-

nhado pela justiça e pelo direito.

A guerra não é dirigida contra o czarismo, mas principalmente contra a supremacia marítima da Inglaterra.

“Pode-se dizer”, confessa o professor Schiemann¹², “que nenhum sucesso nosso nos deu tanta alegria quanto a derrota dos ingleses em Maubeuge e St. Quentin em 28 de agosto.”

Os sociais-democratas alemães nos dizem que o objetivo principal da guerra é o “acerto de contas com a Rússia”. Mas, ao mesmo tempo, simples e claramente, Rudolf Theuden, quer dar a Galícia e o norte da Pérsia à Rússia. Dessa forma, a Rússia “ficaria o suficientemente satisfeita durante muitos anos e poderia até se tornar nossa amiga”.

“O que a Guerra pode nos trazer?” pergunta Theuden, e então ele responde:

“A principal recompensa deve ser feita pela França. A França deve nos dar Belfort, aquela parte da Lorena que faz fronteira com o Mosela e, em caso de resistência obstinada, também aquela parte que faz fronteira com o Mosa. Se fizermos do Mosa e do Mosela fronteiras alemãs, os franceses talvez algum dia se afastem da ideia de fazer do Reno uma fronteira francesa.

Os políticos e professores burgueses nos dizem que a Inglaterra é o principal inimigo; que a Bélgica e a França são a porta de entrada para o Oceano Atlântico; que a esperança de uma indenização russa é apenas um sonho utópico; que a França terá de pagar com terras e com ouro as consequências da guerra ... e o Vorwärts exorta os trabalhadores alemães a “perseverarem até que a vitória decisiva seja nossa”.

Pois, apesar de tudo isto, ainda o Vorwärts nos diz que a guerra está sendo travada pela independência da nação alemã e pela libertação do povo russo. O que tudo isto significa finalmente? Não há que procurar ideias, lógica e verdade onde elas não existem. Isto não é mais que um abcesso de sentimentos servís que estouraram e espalham seu pus sobre as páginas da imprensa operária. Claramente se vê que a classe oprimida que avança com lentidão e inércia em seu caminho para a liberdade deve, na hora final, arrastar todas as suas esperanças e promessas nesse lodo e nesse sangue, antes que surja em sua alma a voz pura e impecável da honra revolucionária.

10 Georg Irmer (1853–1931): imperialista alemão. Membro do serviço colonial e posteriormente jornalista

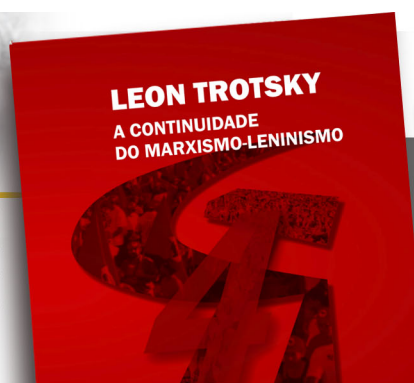
11 Franz von Liszt (1851–1919): acadêmico, jurista e político. Membro do Partido Popular Progressista. Membro do Reichstag desde 1912.

12 Theodor Schiemann (1847–1921): historiador alemão de origem alemã báltica. Editor. Professor da Academia Prussiana de Guerra. Amigo do Kaiser.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO